

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
NÍVEL DOUTORADO**

ALEX SANDER BARCELOS RETAMOSO

**FRONTEIRA, PONTE E RIO:
Limites e Passagens para Diferentes Atores em São Borja**

**São Leopoldo
2021**

ALEX SANDER BARCELOS RETAMOSO

FRONTEIRA, PONTE E RIO:

Limites e Passagens para Diferentes Atores em São Borja

Tese apresentada como requisito parcial
para obtenção do título de Doutor em
Ciências Sociais, pelo Programa de Pós-
Graduação em Ciências Sociais da
Universidade do Vale do Rio dos Sinos -
UNISINOS

Orientador: Prof. Dr. José Rogério Lopes

São Leopoldo

2021

R437f Retamoso, Alex Sander Barcelos.
 Fronteira, ponte e rio : limites e passagens para
diferentes atores em São Borja / Alex Sander Barcelos
Retamoso. – 2021.
 174 f. : il. ; 30 cm.

 Tese (doutorado) – Universidade do Vale do Rio dos
Sinos, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais,
2021.
 "Orientador: Prof. Dr. José Rogério Lopes."

 1. Fronteira – Santo Tomé (Argentina) – São Borja (Brasil).
2. Ponte Internacional da Integração. 3. Uruguai, Rio.
4. Esterilização das margens. I. Título.

CDU 341.222

ALEX SANDER BARCELOS RETAMOSO

**FRONTEIRA, PONTE E RIO:
Limites e Passagens para Diferentes Atores em São Borja**

Tese apresentada como requisito parcial
para obtenção do título de Doutor em
Ciências Sociais, pelo Programa de Pós-
Graduação em Ciências Sociais da
Universidade do Vale do Rio dos Sinos -
UNISINOS

Aprovado em 12 abril 2021.

BANCA EXAMINADORA

Dr. José Rogério Lopes – Unisinos

Dra. Adriana Dorfman – UFRGS

Dr. Carlos A. Gadea – Unisinos

Dra. Miriam Steffen Vieira – Unisinos

Dr. Muriel Pinto – Unipampa

AGRADECIMENTOS À CAPES

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

A quem mais haveria de dedicar esta tese além dos povos da fronteira, mais especificamente as pessoas que vivem margeadas ao longo do rio Uruguai? Dedico também ao meu pai, que sempre instigou a curiosidade por esta fronteira.

AGRADECIMENTOS

Talvez a tarefa de agradecer a todos os que contribuíram para que este estudo fosse realizado seja impossível por duas razões, a primeira é que são muitas as pessoas e muitos os vínculos interpessoais que levam a ele, e, em segundo lugar, porque muitas destas pessoas não sabem ler, como muitos dos pescadores que entrevistei. Contudo, atrevo-me a agradecer aos que a memória me assalta de pronto, como os companheiros de jornada e amigos fronteiriços, o Ulisses Souza, o Alessandro Mendes (Caracol) e o Jocelmo Kachuk (Miliquinho), pelas odisséias feitas de chalana ao longo do Rio Uruguai. Aos irmãos Valdo e Chuquel, ao Pintinho, ao seu Gilmar Rodrigues, à Dona Lurdes e ao seu Alcides, ao Tila e a todos os costeiros que encontrei nesta jornada. Um agradecimento especial pra Dona Tonha, mãe do Jocelmo, que reluz alegria e vida costeira. O meu *muchas gracias para mis hermanos* de rio e de margens, o Polaco Stapova (Tananá da Fronteira) e a professora Yolanda Aguillera, que mesmo em plena Pandemia de Covid 19 encontraram meios para contribuir com este estudo.

Meus sinceros agradecimentos aos meus orientadores, professores Dr. José Luiz Bica de Mélo e Dr. José Rogério Lopes, pela atenção dedicada e pelo companheirismo durante as etapas do processo de desenvolvimento desta tese.

Agradeço também à Unisinos e à CAPES, pela possibilidade de cursar esta pós-graduação *stricto sensu*, usufruindo de políticas públicas inclusivas que permitem as condições para que as pessoas de regiões desassistidas possam disputar os mesmos acessos dos moradores dos grandes centros.

À Universidade Federal do Pampa (Unipampa), pela possibilidade do afastamento integral, direito sem o qual o referido estudo não se concretizaria.

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Unisinos, na pessoa da professora Dra. Monika Veronika Dowbor, pelo estímulo crítico e pelos ensinamentos inesquecíveis, agradeço à secretaria do PPGCS, na pessoa da Maristela Simon, pela atenção e acolhimento que sempre dispendeu.

Agradeço ao amigo e futuro doutor em história Rodrigo Maurer pela transmissão do vírus da paixão acadêmica, e ao amigo, professor e colega Dr. Muriel Pinto por não me deixar desistir.

Agradeço o meu irmão Cristian Retamoso pela paciência em ouvir e pelo suporte emocional e ético dispendido nesta caminhada.

Agradeço a minha família toda, em especial meus filhos, Luan e Eric, que suportaram as horas de ausência, seja pela escrita, sejam pelos trabalhos de campo.

Agradeço a todas as pessoas que, de uma forma ou outra, contribuíram para que este estudo florescesse.

Por fim, agradeço à vida, por esta oportunidade, e a Deus, aos espíritos dos rios e dos pampas que abraçam o sul pela força e fé que emanam.

Com muito afeto relembro cada quadro desta trajetória com um brilho nos olhos e gratidão por cada um de vocês.

Na fronteira

*Informado de antemão
Que, em Espanhol, nombre é nome,
(No caso de sobrenome
não tinha a menor noção)
Alguém em certa ocasião,
Sem entender patavina
Dos trâmites de rotina,
Foi prestar informação
Junto à Identificação
Para ingressar na Argentina.
El Jefe que estava ali
Sentado, se escorropicha,
E indaga, preenchendo a ficha:
“– Cuál és tu nombre?” – É Darci.
O argentino pinga o i
Mal caprichado na escrita
E novamente lhe grita:
“– Y cuál es tu apellido?”
- No Brasil sou conhecido
Como Zóio-de-Bolita!
O Darci confirma o fato
Arrematando em seguida:
– Depois da ficha preenchida
Só me disse: “Aguarda un rato!”
Como argentino barato
Esse era o número um.
Não me fez favor algum
Que eu, cansado, vim embora.
Esperei quase uma hora
Mas não vi rato nenhum!
(CORREA, José Nelson. *A farsa da barateza são-
borjense*, 2006).*

RESUMO

A presente tese objetiva compreender as dinâmicas existentes entre a fronteira, ponte e rio, mais especificamente, a fronteira entre as cidades de Santo Tomé - AR e São Borja - BR, a Ponte Internacional da Integração, e o Rio Uruguai, a partir da vivência de atores de diferentes escalas de representação que atuam na região. O estudo buscou estabelecer relações entre a polissêmica rede de conceitos sobre fronteira, escalas de atuação e os dados empíricos, bem como explorar, nas dinâmicas sociais de alguns atores regionais, os argumentos que sustentem a hipótese que, ao monopolizar o passo, ou seja, a passagem na fronteira, a Ponte Internacional da Integração transformou significativamente estas dinâmicas, trazendo uma nova lógica logística e econômica imposta. Para este estudo, optou-se pela abordagem da pesquisa qualitativa, de natureza aplicada, de caráter e objetivo exploratórios, tendo sido utilizadas técnicas de coleta de dados como levantamento bibliográfico, aliadas a registros e análise de diários de campo com observação participante e entrevistas em profundidade com dezoito atores multiescalares. Foram utilizados também registros fotográficos de campo, e, o recorte temporal foi do ano da tese e compreende o período entre 2017 a 2021, contudo, o material coletado reflete mais de oito anos de envolvimento do autor com o referido tema. As consequências destas mudanças são a esterilização das margens, visto que torna ilegal qualquer interação física que não seja pela ponte, e muito embora tenha trazido inegáveis benefícios para as comunidades do entorno, também trouxe prejuízos e sequelas para uma parcela significativa da população, os pescadores, chibeiros e ribeirinhos, e, em virtude do prazo de vinte e cinco anos estar se encerrando em breve, é possível repensar o modelo proposto.

Palavras-chave: Fronteira Santo Tomé – AR e São Borja - BR. Ponte Internacional da Integração. Rio Uruguai. Esterilização das margens.

ABSTRACT

The present thesis aims to understand the dynamics between the border, bridge, and river, more specifically, the border between the cities of Santo Tomé - AR and São Borja - BR, the International Integration Bridge, and the Uruguay River, from the experience of actors of different scales of representation that operate in the region. The study sought to establish relationships between the polysemic network of concepts about the border, scales of action, and the empirical data, as well as to explore, in the social dynamics of some regional actors, the arguments that support the hypothesis that, by monopolizing the step, that is, the border crossing, the International Integration Bridge has significantly transformed these dynamics, bringing a new imposed logistical and economic logic. For this study, we opted for the qualitative research approach, of an applied nature, of exploratory character and objective, having used data collection techniques such as bibliographic survey, allied to records and field diary analysis with participant observation and in-depth interviews with eighteen multiscale actors. Photographic field records were also used, and, the temporal cut-off was from the year of the thesis and comprises the period from 2017 to 2021, however, the material collected reflects more than eight years of the author's involvement with the said topic. The consequences of these changes are the sterilization of the banks, since it makes any physical interaction other than through the bridge illegal, and although it has brought undeniable benefits for the surrounding communities, it has also brought damage and sequelae for a significant portion of the population, the fishermen, whalers, and riverbank dwellers, and, because the twenty-five-year term is ending soon, it is possible to rethink the proposed model.

Key-words: Border Santo Tomé - AR and São Borja - BR. International Integration Bridge. Uruguay River. Margins sterilization.

RESUMEN

Esta tesis tiene como objetivo comprender la dinámica entre la frontera, el puente y el río, más específicamente, la frontera entre las ciudades de Santo Tomé - AR y São Borja - BR, el Puente Internacional de la Integración y el río Uruguay, a partir de la experiencia de actores de diferentes escalas de representación que operan en la región. El estudio buscó establecer relaciones entre la red polisémica de conceptos sobre la frontera, las escalas de acción y los datos empíricos, así como explorar, en la dinámica social de algunos actores regionales, los argumentos que apoyan la hipótesis de que, al monopolizar el paso, es decir, el cruce de la frontera, el Puente Internacional de la Integración ha transformado significativamente esta dinámica, aportando una nueva lógica logística y económica impuesta. Para este estudio, se optó por el enfoque de investigación cualitativa, de naturaleza aplicada, de carácter exploratorio y objetivo, habiéndose utilizado técnicas de recolección de datos como encuesta bibliográfica, aliada al análisis de registros y diarios de campo con observación participante y entrevistas en profundidad con dieciocho actores multiescalares. También se utilizaron registros fotográficos de campo, y, el corte temporal fue a partir del año de la tesis y comprende el periodo entre 2017 y 2021, sin embargo, el material recolectado refleja más de ocho años de vinculación del autor con dicho tema. Las consecuencias de estos cambios son la esterilización de las riberas, ya que hace ilegal cualquier interacción física que no sea a través del puente, y aunque ha traído innegables beneficios para las comunidades aledañas, también ha traído perjuicios y secuelas para una parte importante de la población, los pescadores, chivatos y ribereños, y, debido a que el plazo de veinticinco años se cierra pronto, es posible replantear el modelo propuesto.

Palavras-Clave: Frontera Santo Tomé - AR y São Borja - BR. Puente de Integración Internacional. Río Uruguay. Esterilización de las orillas.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|-----|
| Figura 1 - Caminhos de um rio | 27 |
| Figura 2 - Mapas dos arcos do PDFF (2009)..... | 46 |
| Figura 3 - Mapa traçado por José Sánchez Labrador (1717-1798) | 80 |
| Figura 4 - Mapa da configuração dos trinta povos das missões | 81 |
| Figura 5 - Santo Tome – Anticua Reduccion..... | 82 |
| Figura 6 - Localização da fronteira São Borja-Brasil/Santo Tomé-Argentina | 88 |
| Figura 7 - Visão noturna da região platina..... | 88 |
| Figura 8 - Bacia do Rio Uruguai | 91 |
| Figura 9 - Fluxo dos rios Paraná, Paraguai e Uruguai..... | 92 |
| Figura 10 - Capilaridades da Bacia hidrográfica do Rio Uruguai em território brasileiro..... | 93 |
| Figura 11 - Capa dos Estudos de Inventário Hidroelétrico do Rio Uruguai..... | 94 |
| Figura 12 - Diferença entre usos agrícolas e florestais das margens do Rio Uruguai entre Brasil e Argentina..... | 95 |
| Figura 13 - Captação de água do Rio Uruguai na seca de 2020..... | 96 |
| Figura 14 - Navega Uruguay..... | 97 |
| Figura 15 - Sedimentos do Rio Uruguai na bacia do Rio da Prata | 99 |
| Figura 16 - Bacia hidrográfica do Rio da Prata | 100 |
| Figura 17 - Hidrovias no Brasil..... | 100 |
| Figura 18 - Empreendimentos hidroelétricos no Rio Uruguai..... | 101 |
| Figura 19 - Navegação fluvial em São Borja (1825) | 101 |
| Figura 20 - Primeira expedição de pesquisa ao Rio Uruguai | 102 |
| Figura 21 - Dados sobre a Ponte Internacional da Integração São Borja (BR)/Santo Tomé (AR)..... | 105 |
| Figura 22 - Ponte Internacional da Integração na seca de 2020 | 106 |
| Figura 23 - Centro Unificado de Fronteira (CUF) | 108 |
| Figura 24 - Trecho de rio das saídas de campo | 111 |
| Figura 25 - Contra fluxo do Rio Uruguai..... | 112 |
| Figura 26 - O rio e suas margens..... | 114 |
| Figura 27 - O rio é como a fronteira, sempre em movimento..... | 115 |
| Figura 28 - Pesqueiro do Miguel | 116 |
| Figura 29 - Entrada do pesqueiro do Miguel | 117 |

| | |
|--|-----|
| Figura 30 - Equipe de campo, menos o fotógrafo | 118 |
| Figura 31 - Pesqueiro dos Quatis..... | 119 |
| Figura 32 - Entrada do Pesqueiro dos Quatis | 120 |
| Figura 33 - Moradia do Gilmar | 121 |
| Figura 34 - Baldes de defensivos e insumos jogados na mata ciliar | 122 |
| Figura 35 - Acampamento na barranca..... | 123 |
| Figura 36 - Fogo de chão? | 125 |
| Figura 37 - Entrevista no contra fluxo..... | 126 |
| Figura 38 - Picada do Pesqueiro da Lurdes..... | 127 |
| Figura 39 - Palafita pesqueira..... | 128 |
| Figura 40 - O ventilador, o eu e a santa..... | 129 |
| Figura 41 - Pesqueiro do Tila..... | 130 |
| Figura 42 - O “chibo” nosso de cada dia..... | 131 |
| Figura 43 - Travessia na madrugada..... | 132 |
| Figura 44 - Acampamento do Polaco | 133 |
| Figura 45 - Interações em zonas de fronteira | 142 |
| Figura 46 - Um rio banhado a ouro..... | 143 |
| Figura 47 - Leito rochoso do Rio Uruguai na seca de 2020 | 147 |
| Figura 48 - Final da ponta da faixa (visível somente em grandes secas) | 149 |
| Figura 49 - A ponte de cima e a ponte de baixo | 151 |
| Figura 50 - Entardecer na ponte da Integração..... | 153 |

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|--|----|
| Gráfico 1 - Distribuição de frequência das teses encontradas e suas áreas de conhecimento | 34 |
| Gráfico 2 - Distribuição de frequência das teses sobre cidades-gêmeas por área do conhecimento | 35 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|---|----|
| Quadro 1 - Roteiro para pesquisa de campo | 25 |
| Quadro 2 - Tipologia de ações dominantes..... | 65 |
| Quadro 3 - Abrangência da bacia do Rio Uruguai..... | 90 |

LISTA DE SIGLAS

| | |
|------------|---|
| ALADI | Associação Latino-Americana de Integração |
| ALALC | Associação Latino-Americana de Livre Comércio |
| ANA | Agência Nacional das Águas e Saneamento Básico |
| ANTAQ | Agência Nacional de Transportes Aquaviários |
| BNDES | Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social |
| CAN | Comunidade Andina |
| CASA | Comunidade Sul-Americana das Nações |
| CEPAL | Comissão Econômica para a América Latina e Caribe |
| CIF | Comitê de Integração Fronteiriça |
| COMAB | Comissão Mista Brasileiro-Argentina |
| COPLISPLAN | Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento |
| COREDE | Conselho Regional de Desenvolvimento |
| ECOSOC | Conselho Econômico e Social das Nações Unidas |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| IIRSA | Integração da Infra Estrutura Regional Sul-Americana |
| IFFar | Instituto Federal Farroupilha |
| IRSA | Instituto de Responsabilidade Social das Américas |
| MCCA | Mercado Comum Centro-Americano |
| MERCOSUL | Mercado Comum do Sul |
| OEА | Organização dos Estados Americanos |
| PDSFF | Programa de Desenvolvimento Social da Faixa de Fronteira |
| PDFF | Programa de Promoção de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira |
| PED | Plano Estratégico de Desenvolvimento |
| PFFF | Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira |
| PNDR | Plano Nacional de Desenvolvimento Regional |
| POSGEA | Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRGS |
| PPA | Plano Plurianual |
| PPG | Programa de Pós-Graduação |
| PUC | Pontifícia Universidade Católica |
| TAE | Técnico Administrativo em Educação |
| SENASA | Serviço Nacional de Saúde Agrária |

| | |
|----------|--|
| UDELAR | Universidade da República |
| UE | União Europeia |
| UERGS | Universidade Estadual do Rio Grande do Sul |
| UFF | Universidade Federal Fluminense |
| UFRGS | Universidade Federal do Rio Grande do Sul |
| UFRJ | Universidade Federal do Rio de Janeiro |
| UFSM | Universidade Federal de Santa Maria |
| UNNE | Universidad Nacional del Nordeste |
| UNASUL | União das Nações Sul-Americanas |
| UNICAMP | Universidade Estadual de Campinas |
| UNIJUI | Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul |
| UNIPAMPA | Universidade Federal do Pampa |
| UNISC | Universidade de Santa Cruz do Sul |
| URCAMP | Centro Universitário da Região da Campanha |
| USP | Universidade de São Paulo |

SUMÁRIO

| | |
|--|------------|
| 1 INTRODUÇÃO..... | 18 |
| 2 FRONTEIRA: UMA COMPLEXA POLISSEMIA..... | 29 |
| 2.1 A Fronteira Mitológica: dos Mitos à Subjetivação | 29 |
| 2.2 O Debate Teórico sobre Fronteiras: a Polissemia Desvendada | 33 |
| 2.3 Dinâmicas na Fronteira: a Relação entre Práticas Sociais, Geografia e a Política | 42 |
| 3 ESCALAS, TERRITÓRIO E ESPAÇO: CONCEITOS E DIRETRIZES PARA PRODUÇÃO SOCIAL..... | 55 |
| 3.1 As Escalas Geográficas de Atuação..... | 55 |
| 4 ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DE UMA ANTIGA ZONA DE FRONTEIRA..... | 79 |
| 4.1 A Importância Estratégica de Antigos Povoados da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul | 79 |
| 4.2 A Transfronteira Simbólica e seus Efeitos..... | 85 |
| 4.3 Um Rio e suas Margens: Distintos Usos do Rio Uruguai no Percorso do Tempo | 89 |
| 4.4 Se o Rio é como uma Porta, uma Ponte Serve Pra Quê? | 104 |
| 5 REGISTROS DE CAMPO NO RIO URUGUAI..... | 110 |
| 5.1 Primeira Etapa: Expedição de Reconhecimento, Contato com o Povo do Rio e Reconhecimento do Trecho a Ser Estudado do Rio Uruguai do Lado Brasileiro | 112 |
| 5.2 Segunda Etapa: Desbravamento dos “Pesqueiros” do Trecho a Ser Estudado do Rio Uruguai do Lado Brasileiro | 116 |
| 5.2.1 Primeiro Pesqueiro: Pesqueiro do Senhor Miguel (tiram algumas fotos e partimos para o próximo) | 116 |
| 5.2.2 Segundo Pesqueiro: Pesqueiro dos Quatis..... | 118 |
| 5.2.3 Terceiro Pesqueiro: Pesqueiro do Pintinho..... | 122 |
| 5.2.4 Quarto Pesqueiro: Pesqueiro da Dona Lurdes e Seu Alcides..... | 126 |
| 5.2.5 Quinto Pesqueiro: Pesqueiro do Tila | 130 |
| 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 135 |
| REFERÊNCIAS..... | 160 |
| ANEXO A - OFÍCIO DA UNIPAMPA AO CÔNSUL ARGENTINO SOBRE A PONTE INTERNACIONAL DA INTEGRAÇÃO | 172 |

1 INTRODUÇÃO

A pandemia e a consequente quarentena trouxeram inúmeros imprevistos para todas as famílias do globo, de uma hora para outra, pais, filhos e demais familiares se viram obrigados a conviver e repartir os espaços domiciliares, tarefa nada fácil em se tratando, principalmente de filhos pequenos, em idade escolar, ávidos por convívio social com outros de sua idade, particularmente, somos dois adultos em home office, dividindo um apartamento com sacada, de dois quartos com mais duas crianças de 6 e 9 anos. A capacidade de concentração fica abalada sem as condições devidas de trabalho, a necessidade hercúlea de disciplinar as relações leva a um desgaste psíquico, a pressão dos prazos da tese, a pressão de participar de eventos e publicar e tantas outras demandas acadêmicas levam a uma sensação de incapacidade, as responsabilidades de cidadão, de pai de aluno se misturaram tanto em 2020 que suas sequelas estarão presentes em nossas entranhas por muito tempo.

Entretanto, cada vez mais a ciência e o meio acadêmico vêm contribuindo para uma melhor compreensão das realidades das regiões e é com muito esforço e satisfação que apresento esta tese.

A presente investigação teve como objetivo compreender de que modo as relações entre pessoas e instituições interferem na produção da ressignificação constante entre a fronteira, a ponte e o rio, a partir da compreensão das mudanças provocadas pela construção da Ponte da Integração, no Rio Uruguai, no trecho entre as cidades de São Borja (Brasil) e Santo Tomé (Argentina). O argumento central desta tese é que a Ponte da Integração institucionaliza monocraticamente as relações, gerando uma série de consequências locais, dentre elas, a esterilização¹ das margens do rio, em virtude do aparente desprezo pelas dinâmicas locais das suas margens e da fronteira, culminando na falta de políticas para o bom aproveitamento do rio e das atividades mobilidades locais, impelindo as pessoas que têm laços com o rio e com a histórica dinâmica de fronteira a desenvolverem novas formas de expressar e socializar estes conhecimentos.

¹ Esterilização é a destruição de todas as formas de vida microbiana por um processo que utiliza agentes químicos ou físicos, neste estudo é utilizado no sentido de que a nova dinâmica imposta pela ponte, ao rio e às margens, aniquila as possibilidades de vida concreta, ou ao menos legal, e as transforma em áreas onde o ilegal acontece.

Para concluir este estudo e demonstrar, da maneira mais adequada, os elementos que a cercam, foi preciso percorrer um longo caminho, que iniciou bem antes do ingresso deste pesquisador nesta trajetória de pesquisa.

Em uma primeira fase de interesse acadêmico sobre o tema da tese, o tripé – rio, ponte e fronteira – surgiu em 2006, quando ingressei via concurso público como Administrador (Técnico Administrativo em Educação - TAE) para, em conjunto com a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), atuar na implantação da Universidade Federal do Pampa como Coordenador Administrativo no campus São Borja. Neste período tive acesso a dados socioeconômicos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que demonstravam um esvaziamento populacional na região da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul, fato que se percebia pelos amigos e familiares que migravam em busca de novas oportunidades.

Em 2009, ingressei no mestrado em Desenvolvimento Regional na Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí) com um projeto sobre a referida região da fronteira, mas que, por circunstâncias diversas, acabou mudando de tema ao longo do curso, mas ainda havia ficado uma grande atração pela temática da fronteira.

Neste sentido, em 2016, a convite do Conselho Regional de Desenvolvimento da Fronteira Oeste, na pessoa de Hugo Chimenes, então vice-presidente do COREDE-FO, coordenei o processo de atualização do PED 2015/2030 (Plano Estratégico de Desenvolvimento da Fronteira Oeste), documento contendo todo o processo de levantamento, elaboração, acompanhamento e execução de políticas de investimento de recursos públicos do Estado do Rio Grande do Sul na região. Nesta experiência, tive a oportunidade de coordenar a realização de assembleias públicas municipais nos treze (13) municípios que compõem o recorte geográfico chamado Fronteira Oeste. Assim, para além de ser morador em uma fronteira, pude sentir na pele várias questões que, por vezes, passam despercebidas, como as grandes distâncias intermunicipais (característica da região da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul), as questões de mobilidade de fronteira (dificuldades de mobilidades de estudantes, pesquisadores e pessoas com família nos dois países), a falta de diversificação de cultura (comum em ambas as regiões estudadas), vastos campos desabitados e improdutivos (principalmente do lado brasileiro), conflitos nacionais e internacionais de terras e uso de águas, falta de aporte tecnológico, conflitos político ideológicos, descaso com o Rio Uruguai, dentre outros problemas.

Ao final do ano de 2016, movido pelo momento de minha vida, decidi que era hora de elaborar um projeto de pesquisa e submetê-lo a algum processo seletivo e escolhi disputar uma vaga para o corpo acadêmico do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Unisinos, em São Leopoldo, no qual, felizmente logrei êxito. Ao longo dos semestres, principalmente nas disciplinas cursadas, tive a minha disposição inúmeras lentes teóricas, que me permitiram investigar novos paradigmas e formas de abordagens envolvendo o tema escolhido para o estudo. Somado a isso, também de grande contribuição foram as orientações do professor Dr. José Luiz Bica de Mélo, que instigavam minha cognição, a partir de sugestões de bibliografia e das conversas que tínhamos, missioneiro e fronteiro de origem como eu. Este período terminou com a demissão do referido professor, ao final de 2018, e apesar das dificuldades emocionais e teóricas que esta ruptura causou, consegui encontrar no novo orientador, professor Dr. José Rogério Lopes, todo o aporte teórico e afetivo necessário para continuar este estudo, e pode causar espanto ao leitor, como uma piada de mau gosto, mas, ao final do ano de 2020, o referido professor também foi demitido da instituição, restando-nos esta banca final como despedida.

A temporalidade desta pesquisa de doutorado abrange o período do ano de 2017 até meados de 2021. Contudo, ela contém informações coletadas ao longo de mais de dez anos de envolvimento com o tema, direta ou indiretamente e, apesar de eu mesmo ser um fronteiro, e vivenciar cotidianamente, na pele, os aspectos ancestrais das questões da fronteira e do rio, não percebia o quão afastado estava do tema até abarcar este estudo. Sempre que ouvia meu pai contar as suas histórias de quando era menino e, aos seis anos de idade, por força das necessidades da vida, dirigia uma carroça cheia de farinha contrabandeada dos *hermanos*, que era imediatamente distribuída à surdina, nas madrugadas, para as padarias da cidade, imaginava que estas aventuras eram comigo e cresci cheio de imagens sobre esta trama. Contudo, pouco sabia da importância socioeconômica deste antigo arranjo para a compreensão das dinâmicas desta região.

As questões de pesquisa e os objetivos deste estudo foram elaborados visando investigar as transformações regionais provocadas pelo processo de institucionalização da fronteira, a partir da construção da Ponte da Integração entre Brasil e Argentina, considerando a criação de dispositivos institucionais que deslocam as mobilidades de atores e transformam suas práticas e manifestações.

Algumas das perguntas de pesquisa que esta tese buscou responder estão elencadas abaixo:

Qual a importância da fronteira para as pessoas que moram em São Borja e Santo Tomé? Como funcionam as relações entre fronteira, ponte e rio para as pessoas da região? Como as pessoas da região se relacionam com o rio e com o país vizinho? De que maneira as práticas históricas estão introjetadas nesta região? Que tipo de interação entre sociedade e Estado opera neste recorte territorial? A ponte da Integração integrou quem na fronteira? O que os atores pensam sobre a fronteira supracitada? Como estão as relações dos moradores com a fronteira? Quem se beneficia economicamente do status atual? Constatou-se, assim, que os objetivos deste estudo adicionaram elementos para a elucidação, contribuindo em parte para a compreensão e aplicabilidade de alguns destes questionamentos.

Para dar conta da empreitada, foi preciso estabelecer um arranjo metodológico dinâmico e que pudesse dar conta de incluir atores que vivem ao longo da referida fronteira. Para isso, segundo Gil (2007, p. 17) foi preciso definir um

procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa desenvolve-se por um processo constituído de várias fases, desde a formulação do problema até a apresentação e discussão dos resultados.

Uma outra ideia-valor a ser destacada como constituinte do ofício antropológico é a “observação participante”, que já mencionei momentos atrás. Permito-me dizer que talvez seja ela responsável por caracterizar o trabalho de campo da antropologia, singularizando-a, enquanto disciplina, dentre suas irmãs nas ciências sociais. Apesar de essa observação participante ter tido sua forma mais consolidada na investigação etnológica, junto a populações ágrafas e de pequena escala, tal não significa que ela não ocorra no exercício da pesquisa com segmentos urbanos ou rurais da sociedade a que pertence o próprio antropólogo. Dessa observação participante, sobre a qual muito ainda se poderia dizer, não acrescentarei mais do que umas poucas palavras; apenas para chamar a atenção para uma modalidade de observação que ganhou, ao longo do desenvolvimento da disciplina, um status alto na hierarquia das ideias-valor que a marcam emblematicamente. (OLIVEIRA, 1996, p. 30).

Neste sentido, as fases deste estudo foram estabelecidas através da escolha da modalidade e da natureza da pesquisa. A abordagem escolhida como mais adequada foi a pesquisa qualitativa, de natureza aplicada, de caráter exploratório e com objetivo exploratório, tendo sido utilizadas técnicas de coleta de dados, tais como levantamento bibliográfico e documental sobre o tema, aliadas a diários de

campo com observação participante e entrevistas em profundidade com atores pertencentes a diferentes escalas de atuação relacionados ao recorte e à temática.

Parte das entrevistas foi realizada em plena pandemia da Covid-19, algumas via Skype, outras via WhatsApp, principalmente com os entrevistados de Santo Tomé - AR. Outras foram realizadas nas margens do Rio Uruguai (sendo uma delas canoa com canoa), e outras na cidade de São Borja - BR. As entrevistas foram feitas com atores de fronteira, ligados ao rio ou à ponte, pescadores, ribeirinhos, líderes comunitários, autoridades dos municípios, membros de comissões binacionais e pessoas com dupla cidadania.

Foram utilizados para este estudo, algumas técnicas de coleta e interpretação de dados, dentre elas a análise de conteúdo das entrevistas gravadas em áudio, os registros visuais das trajetórias de campo, contendo as filmagens e as fotos dos deslocamentos pela água e das entrevistas que foram feitas nas margens do lado brasileiro do Rio Uruguai, e que demonstram não só a beleza e a complexidade do rio, mas também as dificuldades de navegação e deslocamento por ele. Estes registros visuais feitos ao longo do rio, expõem a sensibilidade da vida dos atores entrevistados e do fluxo do rio; com os registros fotográficos das paisagens e das pessoas desta fronteira pode-se absorver um pouco daquilo que rotineiramente faz parte da vida dos que vivem ligados ao rio e aos seus fluxos, elementos estes que complementam a análise deste estudo.

Assim, para a concretização dos objetivos do estudo, foram analisados alguns documentos oficiais e, eventualmente, alguns recortes de jornais que tenham publicado material relevante sobre a Ponte Internacional da Integração, fronteira Santo Tomé - AR e São Borja - BR e Rio Uruguai. Cabe destacar que a referida ponte, construída a partir do final da década de 1990, é um marco na integração comercial dos dois países por estabelecer novos e maiores fluxos de mercadorias, e da América Latina por oferecer um modelo único de Centro Unificado de Fronteira (CUF); e também que a referida fronteira participa, atualmente, do roteiro logístico do fluxo de mercados globais. O Rio Uruguai é um dos principais responsáveis pela saúde ambiental do Estuário do Prata e já foi de grande importância socioeconômica, pois, além de fornecer um grande aporte logístico via navegação até o Estuário do Prata, também se destaca como acesso para o traslado de índios guaranis da redução jesuítica de Santo Tomé, para fundarem a redução de São

Francisco de Borja (século XVI), além de ter sido via de escoamento da produção de charque e de erva-mate, que eram produzidas nessa região.

Os instrumentos de coleta de dados foram aplicados em dezoito (18) entrevistados, sendo quinze (15) deles brasileiros e três (3) argentinos. Em relação aos entrevistados do lado brasileiro, sete (7) são pescadores e/ou chibeiros, dois (2) são pesquisadores locais, três (3) são gestores de entidades com ligações binacionais e três (3) são moradores antigos do Bairro do Passo.

Em relação aos entrevistados do lado argentino, um é pescador e chibeiro, o outro era secretário de Relações Internacionais de Santo Tomé, e, por último, uma gestora da área da educação e jornalista, ambos com ligações binacionais. Devido à pandemia da Covid-19, que começou a assolar o planeta no início de 2020, não foi possível proceder com o plano de fazer campo (expedição via rio) do lado argentino do Rio Uruguai, tendo sido necessário apelar para contatos via web e telefone para coletar os dados do outro lado, e, mesmo assim, muitos foram os contatos não respondidos por parte dos argentinos e também por parte de atores ligados ao Centro Unificado de Fronteira, o que acabou por limitar parte do presente estudo.

Até o início do ano de 2020, haviam sido realizadas cinco entrevistas, duas com pescadores e barqueiros encontrados no contra fluxo do Rio Uruguai, uma com um cidadão com dupla cidadania brasileira e argentina e mais duas com lideranças comunitárias ligadas aos pescadores e à Secretaria de Assuntos Internacionais dos dois municípios citados neste estudo. As abordagens foram diretas e buscaram relatar a importância do papel destas entrevistas para o desenvolvimento deste estudo, pois alguns dos entrevistados recorrem a memória e aos hábitos locais que são os conhecimentos ancestrais repassados de uma geração para a outra e que contêm os elementos fundamentais do cotidiano fronteiriço. Observou-se, de início, certa desconfiança nas primeiras abordagens. Contudo, no desenvolvimento das entrevistas, os sujeitos acabaram por contemplar as arguições com comentários e dados empíricos próprios.

Embora estas perguntas norteadoras tenham introduzido o assunto, muitos outros elementos foram adicionados pelos entrevistados e que dinamizaram esta tese. Além disso, acompanhei a atuação de algumas instâncias deliberativas regionais, como o Comitê de Integração Fronteiriça, do qual faço parte da Comissão de Educação e Cultura. Os relatos e anotações coletadas nestes espaços fazem parte do corpo da análise desta pesquisa.

Cinco das entrevistas realizadas foram feitas ao longo do Rio Uruguai, mais especificamente nas margens onde estes sujeitos exercem suas atividades, a logística que envolve o fato de ter que haver deslocamento via barco para ter acesso a estes locais dificulta o processo de campo. Entretanto, coloca o pesquisador em contato com a dinâmica cotidiana do sujeito, fazendo com que a observação do território e de seus fluxos se tornem parte do quadro de análise deste estudo. As demais entrevistas, parte foi realizada nos locais de trabalho ou residência dos entrevistados e parte via aplicativo WhatsApp. O Quadro 1 apresenta o roteiro elaborado para a pesquisa de campo, contudo, principalmente durante as saídas de campo ao Rio Uruguai, a conversa acabou sendo feita livremente, deixando fluir os argumentos dos participantes de modo a capturar de forma mais espontânea seu discurso e seus argumentos.

Neste sentido, foi preciso estar com os olhos e os ouvidos atentos a fim de capturar aquilo que as saídas de campo elucidavam na fala dos entrevistados, nas paisagens do rio e das margens, nas dinâmicas dos deslocamentos, nos mais variados detalhes que compõem um mosaico de elementos a serem discutidos e interpretados à luz das teorias, fazendo uso das faculdades humanas para dar conta de observar e desvendar determinados fenômenos.

Mas se o Olhar e o Ouvir podem ser considerados como os atos cognitivos mais preliminares no trabalho de campo (trabalho que os antropólogos se acostumaram a se valer da expressão inglesa *fieldwork* para denominá-lo), é seguramente no ato de Escrever, portanto na configuração final do produto desse trabalho, que a questão do conhecimento se torna tanto ou mais crítica. (OLIVEIRA, 1996, p. 22).

É preciso levar em conta também que ao estabelecer o contato com as pessoas que foram entrevistadas, principalmente as que tinham uma ligação mais direta e afetiva com o rio (chibeiro, pescadores, etc.), esta pesquisa foi proporcionando uma maior sensibilidade na percepção das coisas dessa fronteira, os detalhes que a adornam, essa percepção, é um ponto de vista, o ponto de vista da fronteira.

Na prática, as duas funções da análise de conteúdo podem coexistir de maneira complementar. Isto ocorre, sobretudo, quando o analista se dedica a um domínio da investigação, ou a um tipo de mensagens pouco exploradas, onde faltam, ao mesmo tempo, a problemática de base e as técnicas a utilizar. (BARDIN, 1995, p. 30).

Quadro 1 - Roteiro para pesquisa de campo

| ROTEIRO PARA PESQUISA DE CAMPO | |
|--|--|
| <i>Representantes institucionais são-borjenses</i> | <i>Representantes civis são-borjenses</i> |
| Perguntas gerais | Perguntas gerais |
| Apresentação? | Apresentação? |
| Em poucas palavras, qual sua relação com a fronteira, a ponte e com o Rio Uruguai? | Em poucas palavras, qual sua relação com a fronteira, a ponte e com o Rio Uruguai? |
| Possui vínculos familiares na região? Quais? | Possui vínculos familiares na região? Quais? |
| Com qual frequência visita o país vizinho? Por qual motivo? | Com qual frequência visita o país vizinho? Por qual motivo? |
| Quais são os principais conflitos fronteiriços que você considera por ordem de importância? | Quais são os principais conflitos fronteiriços que você considera por ordem de importância? |
| Perguntas específicas | Perguntas específicas |
| Quais são e como chegam os assuntos relacionados à fronteira para esta instituição? | De que modo você aprendeu suas atividades econômicas principais? |
| Como são encaminhadas, internamente e externamente, as demandas de fronteira que chegam a vocês? | Qual a influência da Ponte da Integração na sua vida atualmente e como era antes da ponte? |
| Quais são os principais assuntos de fronteira que vocês enfrentam? | Quais são as vantagens e desvantagens, na sua opinião, do seu modo de vida? |
| <i>Representantes institucionais santotomeños</i> | <i>Representantes civis santotomeños</i> |
| Perguntas gerais | Perguntas gerais |
| Presentación? | Presentación? |
| En pocas palabras, ¿cuál es su relación con la frontera, la puente y con el río Uruguay? | En pocas palabras, ¿cuál es su relación con la frontera, la puentey con el río Uruguay? |
| ¿Tiene vínculos familiares en la región? ¿Qué? | ¿Tiene vínculos familiares en la región? ¿Qué? |
| ¿Con qué frecuencia visita el país vecino? ¿Por cual motivo? | ¿Con qué frecuencia visita el país vecino? ¿Por cual motivo? |
| Perguntas específicas | Perguntas específicas |
| ¿Cuáles y cómo llegan los asuntos relacionados con la frontera para esta institución? | ¿Cuáles son y cómo aprendió sus actividades económicas principales? |
| ¿Cómo se encaminan internamente y externamente las demandas de frontera que llegan a ustedes? | ¿Cuál es la influencia del Puente de la Integración en su vida actual y cómo era antes del puente? |
| ¿Cuáles son los principales asuntos de frontera que enfrenta? | ¿Cuáles son las ventajas y desventajas, en su opinión, de su modo de vida? |

Fonte: elaborado pelo autor.

Após coletadas as entrevistas, os dados produzidos por elas foram transcritos e analisados, à luz do conjunto de técnicas de análise de conteúdo proposto por Lawrence Bardin (1995).

O modelo adotado neste estudo, pode ser aplicável em todas as formas de comunicação e possui como características principais suas duas funções: a) uma função heurística, que enriquece a fase exploratória e aumenta a propensão para a descoberta; b) uma função de administração da prova, que são as hipóteses sob forma de questões ou afirmações, analisadas sistematicamente, a fim de serem confirmadas ou não.

Durante os trabalhos de campo ficou evidente, o potencial das paisagens e das imagens das margens e do rio, e que um registro visual sobre as saídas de

campo, além de transmitir a vida e as percepções do entorno, serviria também para complementar as percepções obtidas através das entrevistas e dos diários de campo, além disso, os registros visuais permitem outras possibilidades de interpretação (estética, econômica e ambiental).

A viabilização desta pesquisa de doutorado se deu pela possibilidade de afastamento integral, concedida pela Universidade Federal do Pampa, sem a qual jamais teria conseguido, e pela bolsa Capes/Unisinos, que viabilizaram qualidade de vida e tranquilidade com os deslocamentos, assim como no material usado na pesquisa.

Este estudo se justifica, pois além de trazer à luz o depoimento e parte das histórias de vida de pessoas ligadas à temática, expressando sua realidade e seu ponto de vista empírico, produziu também uma revisão teórica contemplando alguns pressupostos que tratam do tema de fronteiras, de forma multidisciplinar contribuindo com a difusão dos debates em torno destas perspectivas teóricas. Foram encontrados na História, na Geografia, na Antropologia, na Sociologia e também na Ciência Política os subsídios necessários para a compreensão dos elementos constitutivos dos fundamentos que sustentam os argumentos propostos nesta tese.

Tendo em vista estes pressupostos metodológicos, em termos formais, este trabalho está organizado em seis capítulos. Além desta introdução, que apresenta o tema e também busca contextualizar a trajetória da presente pesquisa e do pesquisador, o Capítulo dois, apresenta uma discussão sobre a polissemia da fronteira, ou seja, contextualiza vários prismas teóricos sobre o tema e apresenta os estudos consultados para este trabalho. No Capítulo três, é apresentado o conceito de escalas e suas inter-relações com o território, com ênfase na relação destes em uma fronteira, no Capítulo quatro são apresentados o recorte territorial e as suas peculiaridades, no Capítulo cinco são apresentados os resumos dos diários de campo com registros visuais e relatos escritos. Por fim, o Capítulo seis apresenta as considerações finais deste trabalho.

Figura 1 - Caminhos de um rio



Fonte: Acervo do autor.

A imensa variedade de estudos disponíveis sobre fronteira tornou possível perceber que, mesmo sendo um tema de grande relevância, somos tentados a generalizar conceitos, na busca por respostas. Contudo, a constante mutação de elementos que orbitam em torno das zonas de fronteira nos impele a realizar uma verificação *in locus* nestes espaços polissêmicos e com um elenco tão fluido.

Claude Raffestin (1993, p. 144), ao mencionar a geografia contemporânea sobre território e poder, afirma que o território vai além do Estado-Nação. O autor alega que a geografia política clássica que se aprende é uma “Geografia do Estado”. Incluindo outras variáveis, ele diferencia o poder através do Estado, dominando os recursos naturais e controlando a população. O território se apoia no espaço, mas não é espaço. “É uma produção a partir do espaço, que se inscreve num campo de poder”.

Para Raffestin (1993), o espaço é anterior ao território, que se efetiva a partir das relações sociais, é uma relação dialética e contínua, mas distinta, porque o espaço geográfico seria composto por diversos territórios.

Ficou evidente, no período da pandemia, como a dimensão fronteira se transforma, o seu fechamento total, alterou drasticamente, e de imediato a realidade

de vários atores ligados a ela, principalmente os agentes logísticos e o fluxo de mercadorias transnacionais, justamente os mais beneficiados nestes vinte e cinco anos de Ponte da Integração, assim, a pandemia de Covid19 atravessa esta tese, e muito embora não seja parte do objeto de estudo, produziu uma interseccionalidade forçada.

Nas páginas que seguem será apresentado o Capítulo dois, intitulado de *Fronteira: uma complexa polissemia* que tem por objetivo apresentar a trama teórica que deu sustentação para este trabalho.

2 FRONTEIRA: UMA COMPLEXA POLISSEMIA

No presente capítulo serão abordados os aspectos teóricos da fronteira, bem como o arcabouço de significados e elementos ligados ao tema proposto. Este capítulo está subdividido em três subcapítulos: o primeiro trata da importância da figura mitológica da fronteira para a subjetivação do que se denomina fronteira hoje; o segundo oferece um levantamento sobre o debate acadêmico no recorte temporal deste estudo e, por fim, o terceiro capítulo aborda a relação entre fronteira e escalas.

2.1 A Fronteira Mitológica: dos Mitos à Subjetivação

Esses viajantes inaugurais deslocam-se até as fronteiras são eles próprios marcos de fronteira, embora móveis. Vão e estão, por assim dizer, dos dois lados das fronteiras, grandes ou pequenas: ao mesmo tempo dentro e fora, intermediários, barqueiros, tradutores. Ao lado da viagem extrema, há o “aventureiro” que sulcou e correu o mundo: ele é chamado de *polyplanés*. (HARTOG, 2014, p. 15, grifo do autor).

Só o simples exercício de digitar a palavra fronteira no Google permite vislumbrar a magnitude de elementos que compõem a temática proposta. São mais de vinte e dois milhões de resultados disponíveis, que vão desde o nome de um restaurante em um centro metropolitano qualquer a complexos conceitos teóricos que representam os usos que se fazem de um território dito fronteiro.

Fronteira, limites, *borders*, interfaces, frentes, relações, recortes geográficos e uma infinidade de outras palavras fazem parte do arcabouço de elementos que pretendem representar e/ou qualificar a compreensão do significado do que se chama fronteira.

Os estudos sobre as fronteiras sejam elas físicas ou subjetivas, são tentativas de organizar teórica e espacialmente uma variedade de elementos que, ao entrar em contato, parecem formar o que se denomina fronteiras. Na tentativa de contribuir com estes estudos, foi elaborado um arranjo composto de elementos e argumentos que servirão de base para discutir a fronteira abordada nesta investigação.

Partiu-se da importância do termo fronteira para a compreensão do mundo atual. Cotidianamente, somos bombardeados com uma série de informações, que, em primeiro momento, não damos maior importância. Contudo, essas informações estão intimamente ligadas a elementos constitutivos de nossas relações e representações sociais.

O historiador francês François Hartog (2014), em seu livro *Memória de Ulisses*, nos questiona a respeito de quantas vezes lemos na proa de barcos ou em letreiros de restaurantes o nome de Ulisses ou Odisseu, e quantas outras aventuras históricas com o nome de odisseia conhecemos. Para o autor, esses nomes representam mais sobre nós do que aparentemente se apresenta, representam a subjetivação de um modelo, um arquétipo, oferecendo a perspectiva do homem-fronteira, um sujeito que, pelo próprio movimento, traça os contornos da sua identidade e da visão do outro, para si e para os seus semelhantes. Agente que marca e experimenta o desconhecido em nome de si e de outrem. “A zona fronteira, tal como a descoberta, é uma metáfora que ajuda o pensamento a transmutar-se em relações sociais e políticas. E não esqueçamos que a metáfora é o forte da cultura de fronteira e o forte da nossa língua.” (HARTOG, 2014, p. 15).

Para Hartog (2014), estes entes, os homens-fronteira, são homens-memória, reforçando a importância deste personagem na construção da identidade Grega e da visão do outro, mostrando a influência do regime de historicidade na construção da visão do outro ao longo do desenvolvimento da sociedade atual. Neste sentido, eles fornecem, a partir da fronteira, uma metáfora.

Nas suas reflexões comenta ainda que Ulisses representava o homem-fronteira, uma entidade usada na simbologia literária e política e, como signo na construção escrita da matriz de múltiplas identidades, lhe cabia como tarefa ser um modelo, era o retrato do homem que migrava, viajava, se deslocava por um objetivo, no caso supracitado, para a guerra de Troia, um compromisso mais que político. Contudo, pelas análises do autor, a fronteira apresenta um dilema próprio, por si só uma metáfora, o ir e o voltar. O próprio Ulisses era movido pela vontade de regressar ao próprio lar, rompia fronteiras, enfrentava desejos, ultrapassava obstáculos movidos pela vontade de volver ao mundo ao qual, antes, ele pertencia.

Ulisses, em suas viagens, pelo próprio movimento desse retorno sem cessar contrariado e diferido, traça os contornos de uma identidade grega. Ele a enclausura. Ele marca as fronteiras (entre o humano e o divino, por exemplo), ou, sobretudo, ele, o Resistente, prova-as ou experimenta-as, arriscando-se a perder-se totalmente. Móvel, agitado pelas ondas, tendo sempre de partir de novo, ele próprio é um home-fronteira e um homem-memória. Ele avança o mais longe possível, até além do que não permitiria mais retorno: aos limites extremos do mundo de baixo [...]. (HARTOG, 2014, p. 15).

Claude Raffestin (2005, p. 10) faz o alerta de que a fronteira é muito mais do que sua representação geopolítica estatal e territorial. Segundo o autor, é, ao mesmo tempo, material e moral, e não pertence a um universo de preocupações imediatas, é um processo que está enraizado na subjetivação, principalmente no caráter religioso ritualístico.

A representação que a cultura ocidental faz atualmente da fronteira é de uma pobreza tão absoluta, que precisa ser alertada, pois ela é a negação de toda uma história. E não somente da história que se deu conta de mudanças através do tempo, que não passam de uma “projeção de preocupações internas, imediatas e precárias”, e sim de uma história mais enraizada nos antigos ritos e práticas. A fronteira vai muito mais além do fato geográfico que ela realmente é, pois ela não é só isso. Para compreendê-la, é preciso retornar à expressão “*regere fines*” que significa traçar em linha reta as fronteiras, os limites. É o mesmo procedimento utilizado pelo padre na construção de um templo ou de uma cidade, quando ele determina esse espaço consagrado sobre o terreno. Nessa operação o caráter mágico fica evidente: trata-se de delimitar o interior e o exterior, o reino do sagrado e o reino do profano [...] pois segundo Benveniste, a noção de fronteira é ao mesmo tempo material e moral. Assim, uma fronteira não é somente um fato geográfico, mas também é um fato social de uma riqueza considerável pelas conotações religiosas nele implícitas. (RAFFESTIN, 2005, p. 10).

Ao que parece, a fronteira fornece a metáfora permanente da subjetivação e da objetivação dos vínculos que os povos têm entre si. Se na Ilíada, Ulisses parte como guerreiro ardiloso e é, em parte, responsável pela vitória dos Gregos (a ideia do cavalo de troia foi dele), na Odisseia, ele é um rei retornando ao seu reinado, duas alegorias de arquétipos diferentes em um mesmo ente, ou seja, a subjetivação dos maiores valores da época apresentados em forma de herói mítico.

Neste sentido, um dos entrevistados apresenta a ideia de que ser de fronteira é, ou pode vir a ser uma vantagem estratégica, pois, ser de fronteira pré-dispõe uma série de perspectivas de interações peculiares a esta posição.

“[...] porque o nativo dessa região, o daqui, todos os viajantes que passavam relatam, os caras eram bem vestidos, eram pessoas que sabiam se expressar, pessoas que tinham tato da fronteira, muitos alegam que inclusive que um dos principais méritos do Getúlio ter sido um grande estadista brasileiro era porque ele era um ser de fronteira o Swartzmann diz, naquela época não se tinha muito tato de diplomacia internacional e ele entendia porque ele tinha conflito com os caras ali, se relacionava com os caras aqui, passava pra ali e queria mandar, os Vargas sempre influenciaram né, então isso foi uma carta na manga pro Vargas quando ele assumiu a presidência porque quando tu assume a presidência de um país tu não está dialogando mais só com o Brasil tu

tem que dialogar com todo mundo que está na tua frente [...]” (Professor universitário, pesquisador e morador local).

Neste sentido, a vivência na fronteira faz conjurar elementos do sagrado e da linguagem, e neste exercício, explicita a noção metafórica do traçar uma linha, o delimitar o interior e o exterior, definindo assim, subjetivamente e objetivamente, os arquétipos da relação do eu com os outros.

Bem mais que o simbólico e o metafórico, a fronteira produz seu sentido a partir de suas configurações físicas, políticas e territoriais. Para uma interpretação equalizada sobre o tema, faz-se necessária a compreensão de alguns conceitos utilizados na área, para este estudo.

Uma das questões a considerar é a correta compreensão dos termos fronteira e limite de forma distinta, visto que são percebidos como sinônimos pelo senso comum. Assim, é preciso estar atento às diferenças de significado entre estas palavras. A palavra fronteira está explicitamente ligada à sua etimologia (o que está na frente), e sua origem remete a um fenômeno da vida humana em sociedade e não a preceitos legais. Para Lia Osorio Machado (1998, p. 41):

A origem histórica da palavra mostra que seu uso não estava associado a nenhum conceito legal e que não era um conceito essencialmente político ou intelectual. Nasceu como um fenômeno da vida social espontânea, indicando a margem do mundo habitado. Na medida que os padrões de civilização foram se desenvolvendo acima do nível de subsistência, as fronteiras entre ecúmenos tornaram-se *lugares de comunicação* e, por conseguinte, adquiriram um caráter político. Mesmo assim, não tinha a conotação de uma área ou zona que marcasse o limite definido ou fim de uma unidade política. Na realidade, o sentido de *fronteira* era não de fim mas do começo do Estado, o lugar para onde ele tendia a se expandir. Com este sentido, por exemplo, foi empregado por F. Turner para caracterizar a expansão do povoamento no Oeste norte-americano, e retomado, com sucesso, nos trabalhos sobre a ocupação recente da Amazônia. Mais recentemente, vemos o uso metafórico da palavra em textos que tratam da revolução tecnológica.

Já a palavra limite, segundo a mesma autora, “foi criada para designar o fim daquilo que mantém coesa uma unidade político-territorial”. (MACHADO, 1998, p. 41). Para a autora, essa conotação política tem se potencializado com o conceito de Estado Moderno e sua soberania absoluta sobre o território:

O monopólio legítimo do uso da força física, a capacidade exclusiva de forjar normas de trocas sociais reprodutivas (a moeda, os impostos), a capacidade de estruturar, de maneira singular, as formas de comunicação (a língua nacional, o sistema educativo, etc.) são elementos constitutivos da

soberania do estado, correspondendo ao território cujo controle efetivo é exercido pelo governo central (o *estado territorial*). (MACHADO, 1998, p. 42, grifo do autor)

Assim, ao passo que, ao falar em fronteira, não estamos necessariamente falando de limites entre Estados Nacionais, mas sim de fenômenos sociais humanos de aproximação, para a autora, a fronteira está orientada “para fora” (força centrífuga). Por outro lado, a palavra limite foi criada com a intenção política de estabelecer o contorno do Estado em si, e é orientado “para dentro” (forças centrípetas). (MACHADO, 1998).

Enquanto a *fronteira* é considerada uma fonte de perigo ou ameaça porque pode desenvolver interesses distintos aos do governo central, o *limite* jurídico do estado é criado e mantido pelo governo central, não tendo vida própria e nem mesmo existência material, é um polígono. O chamado “marco de fronteira” é na verdade um símbolo visível do limite. Visto desta forma, o *limite* não está ligado a presença de gente, sendo uma abstração, generalizada na lei nacional, sujeita às leis internacionais, mas distante, freqüentemente, dos desejos e aspirações dos habitantes da fronteira. Por isso mesmo, a fronteira é objeto permanente da preocupação dos estados no sentido de controle e vinculação. Por outro lado, enquanto a *fronteira* pode ser um fator de integração, na medida que for uma zona de interpenetração mútua e de constante manipulação de estruturas sociais, políticas e culturais distintas, o *limite* é um fator de separação, pois separa unidades políticas soberanas e permanece como um obstáculo fixo, não importando a presença de certos fatores comuns, físico-geográficos ou culturais. (MACHADO, 1998, p. 42, grifos do autor).

Em suma, a fronteira possui vida própria e seu arranjo, embora envolva o Estado nacional, não depende exclusivamente dele para o processamento de suas dinâmicas locais, ao passo que o estabelecimento de limites depende diretamente do governo.

2.2 O Debate Teórico sobre Fronteiras: a Polissemia Desvendada

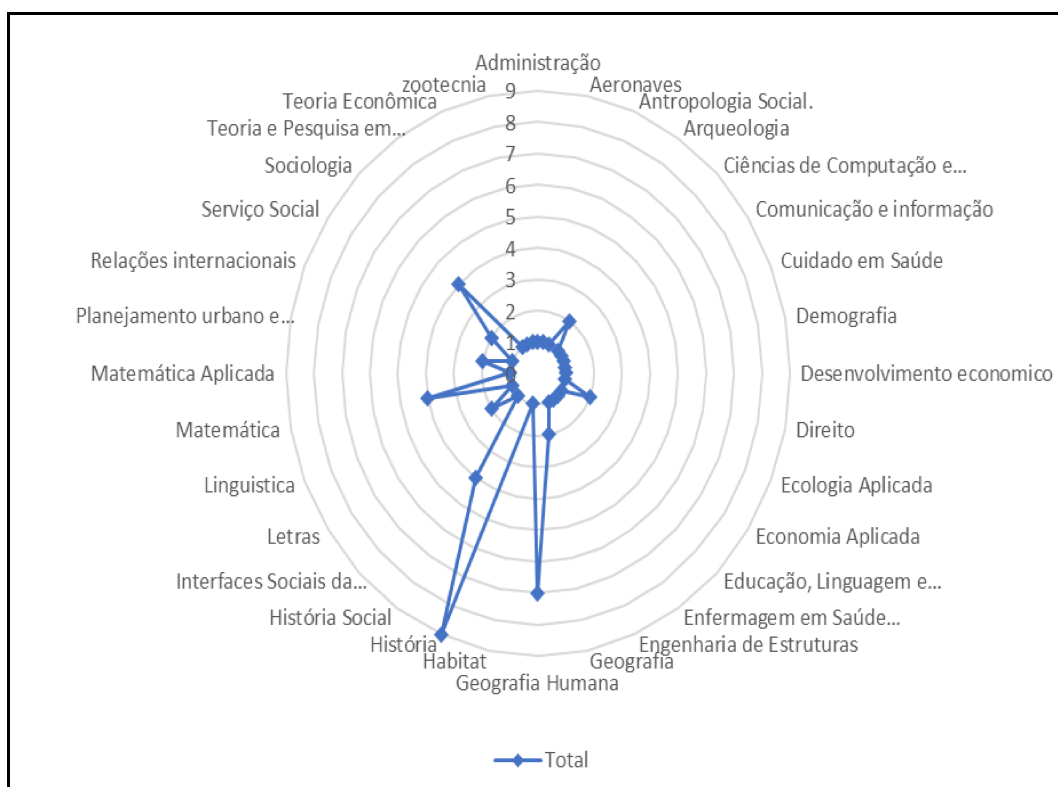
O ponto de partida para o desenvolvimento da proposta teórica do presente estudo de tese foi buscar situar o estado do debate sobre as palavras-chave selecionadas como síntese deste trabalho, que são: fronteira, cidades-gêmeas, Rio Uruguai, São Borja e Santo Tomé.

As pesquisas foram realizadas nos repositórios de teses das seguintes Instituições de Ensino Superior: Unicamp, USP, UFRGS, Unisinos, Unipampa, UFF e UFRJ. Não foram utilizados filtros por área do conhecimento, visando demonstrar a variada utilização da palavra fronteira. Utilizou-se o filtro temporal para teses

defendidas a partir do ano de 2010 até 2018 e as pesquisas foram realizadas entre os dias 01/09/2018 a 30/10/2018, chegando à distribuição apresentada no Gráfico 1, a seguir.

Através da análise dos dados obtidos com a pesquisa nos repositórios anteriormente citados, foi possível perceber algumas peculiaridades em relação aos termos pesquisados. Com relação à palavra-chave fronteira, foram observadas as várias formas com que as mais variadas áreas usam o termo fronteira, ora como limites empíricos, outrora como delimitação de áreas específicas de estudo, bem como as visões de fronteira de expansão, fronteira geopolítica e fronteira multiforme.

Gráfico 1 - Distribuição de frequência das teses encontradas e suas áreas de conhecimento



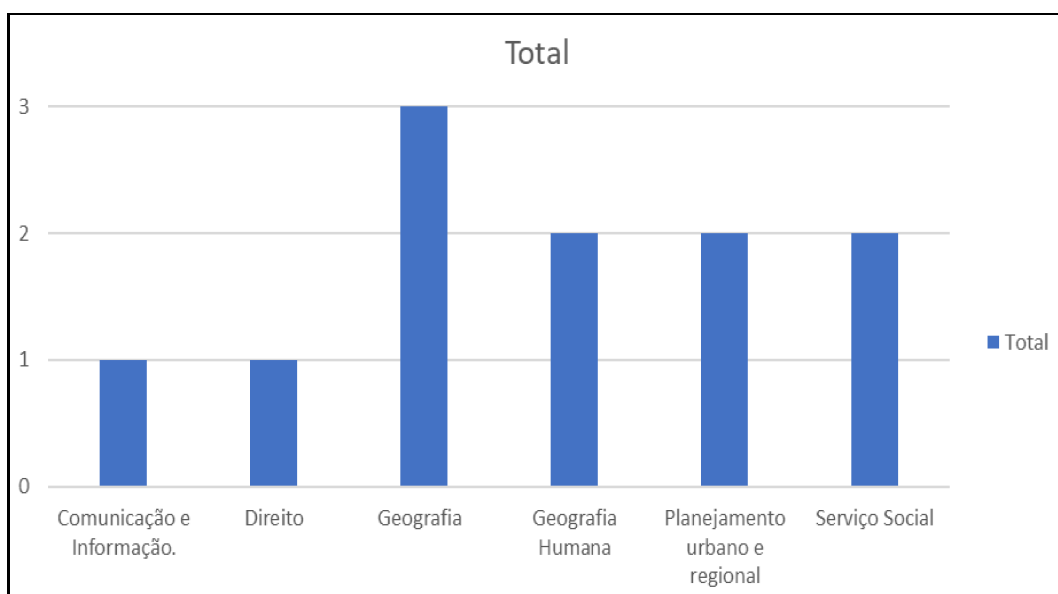
Fonte: Elaborado pelo autor.

Foram encontrados sessenta e um (61) trabalhos que mencionavam a palavra fronteira no título ou no conjunto de suas palavras-chave. São teses das mais variadas áreas, como História, Geografia Humana, Matemática, História Social, Sociologia, Direito, Ecologia e até em Aeronaves, dentre outras trinta e duas áreas mapeadas, conforme mostra o Gráfico 1.

A palavra-chave cidades-gêmeas mostrou resultado para onze (11) teses, sendo que foram seis (6) as áreas do conhecimento identificadas nas buscas e estão representadas no Gráfico 2.

Em relação às palavras-chave Rio Uruguai, São Borja e Santo Tomé, não foram encontrados registros que contivessem estas palavras no título do trabalho e nas palavras-chave, não produzindo nenhum registro relevante para este estudo.

Gráfico 2 - Distribuição de frequência das teses sobre cidades-gêmeas por área do conhecimento



Fonte: Elaborado pelo autor.

Partindo deste universo de pesquisas disponíveis, foram selecionadas 8 (oito) teses que contêm elementos que se coadunam aos temas abordados neste estudo. Desta forma, pôde-se realizar uma análise detalhada sobre os elementos que compõem a temática de fronteira no âmbito acadêmico. A seguir, será apresentado o detalhamento de cada um dos trabalhos selecionados.

Em relação à primeira tese analisada, intitula-se *Travessias e passagens em espaços urbanos fronteiriços: Brasil, Uruguai e Argentina*, elaborada por Karla Nunes de Barros Coelho (2014) e defendida no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da UFRGS. A pesquisa aborda que a Fronteira Internacional é uma área de características ambíguas, e que, ao mesmo tempo em que separa, representa uma área de contato constante entre duas nações. O recorte geoespacial da pesquisa é a Fronteira Platina, que abrange as fronteiras do Brasil, Uruguai e Argentina, tendo como foco de estudo as características que mostram que

este espaço carrega uma história e uma memória de união, e que as ambiguidades tornam-se mais complexas, pois foram investigadas as peculiaridades locais, nas cidades gêmeas de Santana do Livramento (BR) e Rivera (UY), e Uruguaiana (BR) e Paso de los Libres (AR). A referida tese propõe uma investigação sobre o espaço urbano, onde as manifestações de fronteira são vivenciadas cotidianamente. O arcabouço teórico abordado neste estudo está ancorado nas articulações de teorias atuais de fronteira com as teorias do território, da territorialidade, do cotidiano e da memória. Como metodologia de coleta dos dados, foram utilizados relatos e mapas mentais, produzidos a partir de entrevistas e histórias de vida de diferentes gerações de moradores da fronteira. O estudo conclui que as áreas de fronteira são áreas de transição, e que estas áreas podem ser ainda mais particulares onde acontecem as interseções, que são chamadas de espaços de integração binacional, e mesmo que os espaços urbanos não se toquem, os espaços de integração binacional são identificados a partir da territorialidade. O trabalho afirma, ainda, que a fronteira possui uma área de interseção, seja ela material, contida no espaço urbano, ou simbólico, em função das memórias de vizinhança e territorialidades. Considera que as cidades de fronteira se organizam de forma integrativa, binacional e a partir da relação com o vizinho, a partir da função de fronteira.

A segunda tese estudada tem por título *A participação da mídia na construção de representações sobre a fronteira São Borja/BR - Santo Tomé/AR*, elaborada por Tabita Strassburguer (2018), defendida no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da UFRGS. A pesquisa trata da compreensão das representações sobre a fronteira São Borja-Santo Tomé, que circulam entre os profissionais da mídia são-borjense e nos meios de comunicação em que trabalham, a partir de entrevistas com esses sujeitos e da análise de produções que elaboram. Como metodologia de coleta de dados, a autora relata que foram realizadas entradas de campo com entrevistas e diálogos informais com os moradores das cidades mencionadas; também foi realizada análise de conteúdo das produções jornalísticas informativas mapeadas nos meios de comunicação. Como resultado, a tese afirma que as representações de fronteira remetem a conceitos de interação e passagem e estão vinculadas a eixos temáticos relativos às Relações Comerciais, Institucionais, Culturais e Identitárias.

A terceira tese estudada é intitulada *Processos de transfronteirização na Bacia do Prata: a tríplice fronteira Brasil – Argentina – Paraguai*, elaborada por

Camilo Pereira Carneiro Filho (2013) e apresentada no POSGEA da UFRGS. A presente pesquisa aborda os processos de transfronteirização na Tríplice Fronteira Brasil-Argentina-Paraguai. Neste estudo, o autor buscou identificar os atores e os novos usos do território, bem como o papel das regiões transfronteiriças dentro dos blocos regionais de comércio, na América do Sul e na Europa. Foram analisadas, também, políticas para regiões transfronteiriças, como as iniciativas de integração, bem como a importância das infraestruturas viárias, energéticas e de telecomunicações, o papel do turismo, as diferentes iniciativas de cooperação e interação na Tríplice Fronteira, além de terem sido observados também os efeitos negativos da transfronteirização. Foram utilizados Coremas e mapas para representar os atores e processos de transfronteirização. As abordagens teóricas presentes neste estudo trazem os panoramas do conceito de transfronteirização, identidade e cultura, relações e redes fronteiriças e território, região e integração regional e faixa de fronteira. Os cruzamentos de dados de campo com as perspectivas teóricas produziram a sustentação para a ideia de que está surgindo uma região transfronteiriça no coração da Bacia do Prata.

A quarta tese analisada é intitulada *A identidade socioterritorial missioneira na cidade histórica de São Borja-RS: as hegemonias de poder sobre uma identidade tradicional enraizada entre antigas Reduções Jesuítico-Guarani*, elaborada por Muriel Pinto (2015), apresentada no POSGEA, da UFRGS. O debate desta investigação gira em torno de uma exposição da identidade missioneira que, ao mesmo tempo, é vivida e simbolizada através de diálogos socioterritoriais entre as práticas sociais tradicionais e os remanescentes urbanos reducionais nos espaços sociais missioneiros, a partir das vivências, dos ritos, das crenças, dos imaginários e dos vínculos territoriais. O seu recorte é a cidade de São Borja-RS e Santo Tomé-RS e seus processos históricos de formação, desde o período reducional. O estudo buscou compreender como esses territórios realizam comunicações socioculturais, que demarcam uma semelhança étnico-cultural entre esses povos nas margens do Rio Uruguai e de que modo esse período missioneiro enraizou modos de vida, saberes, crenças e marcadores arquitetônicos e artísticos ainda vivenciados nas áreas urbanas regionais. A metodologia utilizada foi a análise das redes territoriais e das representações sociais. O estudo traz evidências de que a identidade missioneira regional vem sofrendo, constantemente, com alteridades impostas por relações de força política, ideológica e econômica e, ainda, mantém práticas

tradicionais enraizadas nas vivências nativas, ritualidades, crenças sagradas e míticas através da afirmação discursiva e simbólica da musicalidade missioneira.

A quinta tese analisada foi de Mariana Flores da Cunha Thompson Flores (2012), defendida no PPG de História da PUC-RS e intitulada *Crimes de fronteira: a criminalidade na fronteira meridional do Brasil (1845-1889)*. O texto apresenta cinco capítulos, que buscam construir a ideia de que as zonas de fronteira são regiões naturalmente paradoxais, em função de estabelecerem, ao mesmo tempo, limite e contato, instabilidade, conflito e integração, principalmente no que se refere ao século XIX. O texto sugere que, nesta época, os estados se empenhavam em demarcar seus territórios, ao mesmo tempo em que suas próprias dinâmicas estavam vinculadas à atuação das redes locais de poder, que atravessavam o limite político, evoca o trabalho da historiadora Helen Osório sobre os massacres e extermínios na fronteira do Prata. Esta tese propôs demonstrar a validade estratégica da fronteira no campo da criminalidade, analisando práticas criminosas ocorridas nesse espaço. Tais crimes eram principalmente contrabandos, fugas e roubos de escravos, roubos de gado, deserções e crimes em geral, nos quais houve a fuga do criminoso pela fronteira, ou seja, situações nas quais o sujeito se valeu estrategicamente da fronteira, pretendendo imunizar-se, ao se colocar sob outra jurisdição e/ou dispor, em seu favor, das brechas existentes entre as distintas leis das soberanias justapostas na fronteira.

A sexta tese tem por título *Compatriotas franceses ocupam a fronteira: imigração e comércio na fronteira oeste do Rio Grande do Sul (segunda metade do século XIX)*, de autoria de Márcia Solange Volkmer (2013). A presente pesquisa está dividida em sete capítulos, sendo que o primeiro versa sobre as características do estudo propriamente dito, que se trata do mapeamento e análise da presença da inserção econômica e social dos imigrantes franceses na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul. Para isso, além de vasto material documental, oriundo de consultas no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Arquivo do Itamaraty, Arquivo Nacional, Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul e no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – Coleção João Pedro Gay, a autora utiliza vasta bibliografia em formato de livros, teses e dissertações, para desenvolver o conjunto de argumentos presentes no texto. A pesquisadora buscou analisar a dinâmica econômica e as formas de atuação dos imigrantes franceses na Bacia do Prata, principalmente nas cidades de Itaqui, Uruguaiana e São Borja.

A sétima tese, denominada *As políticas brasileiras para a faixa de fronteira: um olhar a partir das relações internacionais*, de Márcio Augusto Scherma (2015), defendida no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, explorou o tema das fronteiras brasileiras do ponto de vista das relações internacionais, a partir de uma perspectiva construtivista. A hipótese central do trabalho é que, a partir da redemocratização, há uma ruptura com o padrão anterior de atuação nas fronteiras. Tanto na doutrina como na ação, antes, predominava a segurança como o foco nacional. Entretanto, a partir de meados dos anos 80, o foco principal de atuação passa a ser o potencial de integração das fronteiras e o fomento ao desenvolvimento socioeconômico destas áreas.

A oitava tese estudada tem por título *O Estado e os ilegalismos nas margens do Brasil e do Uruguai: um estudo de caso sobre a fronteira de Sant'Ana do Livramento (BR) e Rivera (UY)*, de autoria de Leticia Nuñez Almeida (2015). Este trabalho está dividido em sete capítulos. O primeiro é a introdução do estudo. O segundo trata de contextualizar conceitos de criminalidade e demonstra construção do objeto de pesquisa da tese, um estudo sobre a relação entre Estado e os ilegalismos nas margens da República Federativa do Brasil e na República Oriental do Uruguai, tendo como recorte empírico a fronteira de Santana do Livramento (BR) e Rivera (UY). Ao final, a referida investigação busca construir uma análise sociológica da fronteira, por meio do triângulo de dispositivos foucaultianos: Soberania, Disciplina e Governo, buscando evidenciar outras fronteiras possíveis nas margens dos Estados, desdobramentos do encontro/separação entre as Soberanias e as Dinâmicas Sociais desses países.

Analizando quantitativamente as teses mencionadas, foi verificada uma multiplicidade consideravelmente grande de autores e áreas do conhecimento. Contudo, serão elencados vinte e três (23) autores que são comuns nos referidos trabalhos.

Destacam-se dois autores, que são mais recorrentes, como é o caso do antropólogo social argentino Alejandro Grimson e seus estudos de transfronteira, que é citado em seis (6) das oito (8) teses analisadas neste estudo. E a geógrafa Lia Osório Machado, que aparece citada em cinco das oito teses, contribui com seus estudos sobre Estado, territorialidade, redes e cidades-gêmeas na zona de fronteira sul-americana. São referência comum em três das teses analisadas os seguintes autores e suas abordagens: a geógrafa Adriana Dorfman e a fronteira como território

de controle; a geógrafa Gladys Teresa Betancor Rosés e a organização urbana das cidades-gêmeas; o cientista social José Lindomar Coelho de Albuquerque e os entrelaçamentos sociais nas zonas de fronteira; o historiador Michel de Certeau e suas reflexões sobre como o espaço é praticado no cotidiano; o geógrafo Rogério Haesbaerth e as redes de articulação local e global dos múltiplos atores do território; e a historiadora Sandra Jatahy Pesavento e o jogo social das representações, o conceito de espaço híbrido e a formação das identidades a partir da interação entre os países. Os autores que foram citados no mínimo em duas das teses analisadas foram o historiador e cientista político Boris Fausto e suas contribuições para a história do Brasil e do crime; o geógrafo Claude Raffestin e a produção do território a partir do espaço e fronteira; o antropólogo Fernando Rabossi e as dinâmicas locais da tríplice fronteira; o filósofo e sociólogo francês Henri Lefebvre e sua tese de que os espaços urbanos modernos, o artificial e o sofisticado se sobrepõem ao espontâneo e ao natural, onde a dialética social, temporal e espacial constitutiva do espaço social se sustenta pelas relações de produção e consumo; o historiador argentino José Carlos Chiaramonte e a organização mercantil da província de Corrientes; o sociólogo José Luiz Bica de Mélo e as peculiaridades e ambiguidades (espaços nacionais e sociais) da fronteira; a comunicóloga Karla Maria Müller e a identidade fronteiriça surgida do fenômeno “fronteira”; o historiador Luís Augusto Ebling Farinatti e a fronteira como espaço instável com a presença de “outros”; o geógrafo Milton Santos e seus argumentos sobre a interdependência na prática e a geopolítica das organizações; a geógrafa e urbanista Neiva Otero Schaffer e a integração e urbanização nas fronteiras do sul; o geógrafo Robert David Sack e suas três características da territorialidade: classificação ou definição de áreas, a comunicação e a forma de coação e controle; o geógrafo Roberto Lobato Corrêa e os monumentos que comunicam mensagens, instrumentos de modelagem do imaginário social; o historiador argentino Roberto Schmit e o Rio Uruguai como rota fluvial no século XIX; e, por fim, o historiador Tau Golin e a história comum das cidades na fronteira platina.

Os estudos do conjunto de teses visitadas foram pilar de sustentação para as ideias presentes neste trabalho e oferecem uma ampla gama de abordagens e conceitos que, ao mesmo tempo em que problematizam, desvelam aspectos da fronteira que não são visíveis a olho nu. Neste sentido, a tese de Karla Coelho (2014) demonstra, com seus argumentos, que a fronteira pode ser considerada uma

área de transição, pois perpassam por ela a territorialidade, a identidade, a institucionalidade e memórias, tornando-a um espaço simbólico e transitório.

Ao encontro deste simbolismo, a tese de Tabita Strassburguer (2018), que busca identificar quais são as representações sobre fronteira, presentes no discurso de atores regionais específicos, demonstra que as representações mais usuais são ligadas a conceitos de integração e passagem.

Outra tese que tem fundamental importância para compreender novas dinâmicas em fronteiras foi a de Carneiro Filho (2013), cujas evidências apontam para novos usos aplicados ao território estudado, demonstrando que está surgindo uma região transfronteiriça nesta fronteira específica.

Muriel Pinto (2015), em sua tese, aponta para as práticas tradicionais como modo de manutenção da identidade regional fronteiriça do recorte geoespacial da fronteira entre São Borja e Santo Tomé.

A respeito da tese da Mariana Flores (2012), esta apresenta a ideia de uma fronteira manejada, em que os atores regionais, através de suas próprias estratégias, operam de forma a manejar a fronteira em seu próprio proveito.

O trabalho de Márcia Volkmer (2013) sobre as dinâmicas e fluxos ao longo do Rio Uruguai demonstra a importância dos imigrantes franceses para a fronteira oeste do RS, bem como a mobilidade e o intenso uso do Rio Uruguai para navegação mercantil e de passageiros.

O estudo de Márcio Scherma (2015), com um enfoque norteado pela disciplina de Relações Internacionais, oferece a oportunidade de perceber as mudanças de paradigma da concepção de fronteira para os Governos Nacionais do Brasil nas últimas décadas, mostrando a mudança de agenda e de pontos de vista ao longo do tempo, passando de uma visão de segurança para uma visão de integração.

Já a tese de Leticia Nuñez Almeida (2015) busca contribuir com uma análise sociológica sobre as práticas de fronteira, principalmente as ligadas ao mercado fronteiriço.

Este conjunto de interpretações teóricas nos coloca o grande desafio de aprofundar a compreensão sobre este espaço tão, e cada vez mais, complexo. A fronteira se apresenta local e global ao mesmo tempo e, nessa medida, esta transitoriedade afeta as pessoas e o lugar. Eis um campo fértil e muito empolgante.

O conjunto de estudos acima descritos elenca os inúmeros vieses e interpretações sobre a fronteira e suas práticas sociais e institucionais. Além disso, demonstra a importância do tema, não só para a geopolítica internacional, mas também, nas configurações internas de poder e governança. Demonstra, ainda, a tentativa de alguns autores de estabelecer novos caminhos para interpretar estes espaços/territórios tão peculiares.

Fica perceptível, ao realizar o exercício de leitura das teses elencadas, a amplitude e a dinâmica que as ideias que envolvem fronteira abarcam. Contudo, foram três os elementos que mais chamaram a atenção deste pesquisador. O primeiro é a variedade de áreas do conhecimento envolvidas nos argumentos sobre fronteira, é realmente uma palavra de grande polissemia de significados. O segundo são as inúmeras perspectivas teóricas que, de algum modo, ora se complementam, ora se contrapõem, edificando diversas perspectivas sobre a fronteira. Por fim, o terceiro é o universo múltiplo de atores que estão envolvidos nestas perspectivas fronteiriças.

Assim, a fronteira pode ser descrita de inúmeras formas: fronteira manejada, transfronteira, cidades-gêmeas, espaços em disputa e outras abordagens que tentam cristalizar elementos que possam vir a contribuir no entendimento destes fenômenos complexos, que ocorrem nos espaços fronteiriços. Talvez uma das formas de compreender estes elementos seja tentar perceber as redes de atores e instituições que estão envolvidas em cada fronteira, ou de como eles interferem no fazer cotidiano das pessoas da fronteira.

2.3 Dinâmicas na Fronteira: a Relação entre Práticas Sociais, Geografia e a Política

Quando se fala em fronteiras, é possível pensar em inúmeros adjetivos: fronteiras fechadas e abertas, fronteiras internas e externas, etc. Há uma polissemia de configurações ligadas a este conceito. Ao mesmo tempo, diversas são as perguntas que surgem na mente, ao refletir sobre fronteiras: O que são fronteiras? Para quem existem as fronteiras, e por quê? Existem mobilidades criminalizadas? Existem sujeitos ilegais, pessoas ilegais? Qual é o arcabouço que delimita a mobilidade com a ilegalidade? Existe mobilidade como um modo social? Qual a

relação entre desenvolvimento e migração? Como controlar os deslocamentos? Quem pode circular livremente pelo mundo?

Para o historiador estadunidense Frederick Jackson Turner (1893), fronteira é uma linha de expansão das populações civilizadas diante das terras selvagens. Esta abordagem, conhecida como *frontiers thesis*, trata da centralidade do processo de expansão para o desenvolvimento da democracia em terras norte-americanas.

Nesse avanço, a fronteira é a borda externa da onda - o ponto de encontro entre a selvageria e civilização. Muito tem sido escrito sobre a fronteira do ponto de vista da guerra fronteiriça e a perseguição, mas como um campo para o estudo sério do economista e do historiador, foi negligenciado.¹ (TURNER, 1893, p. 2, tradução nossa).

Na perspectiva de Turner (1893), os pioneiros aplicam as instituições modernas nessas regiões (oeste) em processo de expansão. Contudo, a lógica da fronteira molda decisivamente essas instituições, produzindo algo novo. Essa noção de fronteira é também uma noção de cultura: postula que a fronteira separa, com sua linha de expansão, a cultura e a não-cultura.

Não existe tábula rasa. O teimoso meio ambiente americano está lá com sua convocação imperiosa para aceitar suas condições; as formas herdadas de fazer as coisas também estão lá; e ainda, apesar do ambiente, e apesar do costume, cada fronteira realmente forneceu uma nova oportunidade de campo, um portão de fuga da escravidão do passado; e o frescor, a confiança e o desprezo pela sociedade mais antiga, a impaciência de suas restrições e suas ideias e a indiferença por suas lições acompanharam a fronteira. O que o Mar Mediterrâneo foi para os gregos, quebrando o vínculo dos costumes, oferecendo novas experiências, chamando novas instituições e atividades, que, e mais, a fronteira cada vez mais recuada foi diretamente para os Estados Unidos, e para as nações da Europa mais remotamente. E agora, quatro séculos depois da descoberta da América, ao final de cem anos de vida sob a Constituição, a fronteira se foi e com sua passagem encerrou o primeiro período da história americana.² (TURNER, 1893, p. 3, tradução nossa).

¹ "In this advance, the frontier is the outer edge of the wave the meeting point between savagery and civilization. Much has been written about the frontier from the point of view of border warfare and the chase, but as a field for the serious study of the economist and the historian it has been neglected."

² "There is not tabula rasa. The stubborn American environment is there with its imperious summons to accept its conditions; the inherited ways of doing things are also there; and yet, in spite of environment, and in spite of custom, each frontier did indeed furnish a new field opportunity, a gate of escape from the bondage of the past; and freshness, and confidence, and scorn of older society, impatience of its restraints and its ideas, and indifference to its lessons, have accompanied the frontier. What the Mediterranean Sea was to the Greeks, breaking the bond of custom, offering new experiences, calling out new institutions and activities, that, and more, the ever retreating frontier has been to the United States directly, and to the nations of Europe more remotely. And now, four centuries the discovery of America, at the end of a hundred years of life under t Constitution, the frontier has gone, and with its going has closed the first period of American history."

Para Alejandro Grimson (2005), a compreensão dos processos fronteiriços é fundamental para compreender as questões contemporâneas, visto que, para o autor, a situação de fronteira é uma situação de contato e, por essa razão, oferece a possibilidade de estudar os limites entre as identificações dos grupos, observando como os indivíduos se incluem ou se excluem e quais os dispositivos que articulam na construção de suas identificações.

Os processos de fronteira constituem uma porta de entrada estratégica para a compreensão dos processos socioculturais contemporâneos. Há várias décadas, pelo menos desde Barth (1976) e Cardoso de Oliveira (1976 e 1996), sabemos que estudar identificações é estudar seus limites. Ou seja, grupos e identificações não podem ser compreendidos em si mesmos, mas em relação aos outros, em uma rede de relações que substitui uma situação de contato, uma situação de fronteira. Estudando os limites, podemos saber o que um grupo ou uma identificação inclui e exclui, bem como os dispositivos pelos quais eles constroem essas diferenças, articulando-as na maioria dos casos com formas de desigualdade.³ (GRIMSON, 2005, p. 127, tradução nossa).

A fim de elencar o peso da fronteira para o contexto nacional, pode-se citar o Plano de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF), elaborado em 2009, buscando contemplar um planejamento a nível nacional sobre as fronteiras brasileiras, que, por sua vez, dividiu analiticamente a faixa de fronteira em arcos: Arco Norte, Arco Central e Arco Sul, conforme Figura 2.

Sobre a “porosidade das fronteiras” e a “eventual perda de sentido dos limites internacionais” Machado (2005, p. 11), alerta que as regiões de fronteira estão isoladas dos centros nacionais e também dos seus respectivos Estados, e que o contexto apresentado a partir dos anos 2000 motivou o interesse em focalizar a fronteira. Neste sentido, a região de fronteira pesquisada, entre São Borja (BR) e Santo Tomé (AR) está localizada a seiscentos (600) quilômetros de distância da capital do Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, e a aproximadamente quatrocentos quilômetros de Corrientes, Capital da Província de Corrientes na Argentina.

³ “LOS PROCESOS FRONTERIZOS constituyen una entrada estratégica para la comprensión de los procesos socioculturales contemporáneos. Hace varias décadas, al menos desde Barth (1976) y Cardoso de Oliveira (1976 y 1996), sabemos que estudiar identificaciones es estudiar sus límites. Es decir, los grupos y las identificaciones no pueden comprenderse en sí mismos, sino en relación con otros, en un entramado de relaciones que repone una situación de contacto, una situación de frontera. Estudiando límites podemos saber aquello que un grupo o una identificación incluyen y excluyen, así como los dispositivos a través de los cuales construyen esas diferencias, articulándolas en la mayor parte de los casos con formas de desigualdade.”

Grande parte das regiões de fronteira está isolada dos centros nacionais de seus respectivos Estados, quer pela ausência de redes de transporte e de comunicação, quer pelo peso político e econômico menor que possuem. Por outro lado, as regiões de fronteira estão também formalmente isoladas dos Estados vizinhos pelo papel disjuntor dos limites políticos. Sem instituições para instrumentá-la, a cooperação entre países vizinhos em regiões de fronteira tem sido feita informalmente, e através de acordos tácitos entre as autoridades locais dos países fronteiriços. Para vários autores, esse quadro tende a mudar. Em primeira instância, pela maior importância assumida e atribuída às cidades e regiões de fronteira pelos estados nacionais no contexto atual, podendo gerar um novo tipo de atuação, facilitado pela criação de novos mecanismos legais e administrativos. Em segundo lugar, pela integração de países em blocos regionais, que poderá transformar essas regiões, por sua própria localização geográfica, em zonas de cooperação entre países vizinhos. Ainda assim, é morosa a reação do Estado à nova situação. (MACHADO, 2005, p. 11).

Sendo o Brasil o maior país da América do Sul e o oitavo do mundo, ao levar em conta que a fronteira brasileira corresponde a mais ou menos 27% de todo o território nacional, sua amplitude territorial impressiona, pois corresponde a 150 quilômetros de largura, sendo residência de cerca de dez milhões de brasileiros e com fronteiras tão distintas, a tarefa do planejamento, nem de longe parece fácil. Ademais, ao olhar o mapa político do referido território, a fronteira brasileira é praticamente uma linha imaginária, dividindo quase ao meio a América do Sul.

Ainda, a despeito das configurações espaciais da fronteira, Grimson (2007, p. 25, tradução nossa),

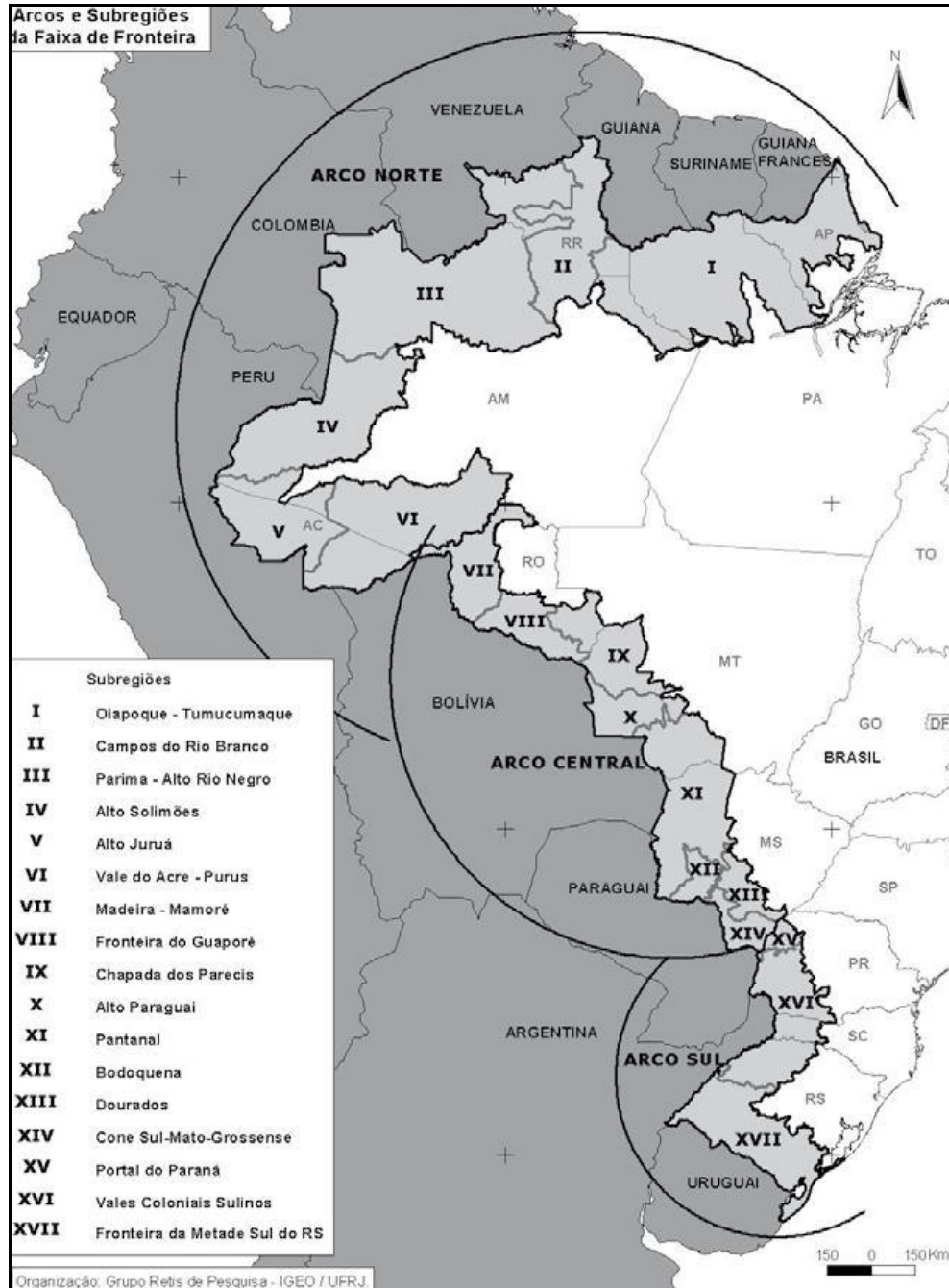
Pensar os problemas políticos e culturais a partir das fronteiras implicava romper com uma certa tradição, um processo que, embora inscrito noutras tradições, também teve novos desenvolvimentos na América Latina (como García Canclini, 1992; Cardoso de Oliveira, 1997 e 2001). No Cone Sul, as perspectivas mais alargadas das ciências sociais tinham e têm ainda fortes características centralistas; as histórias e processos políticos são pensados a partir das grandes cidades.⁴

Por outro lado, o controle sobre as populações fronteiriças parece ter sido reforçado, em relação à circulação tanto de pessoas como de pequenos bens do chamado “contrabando formiga” (contrabando em pequena escala). Assim, em muitos casos, os residentes fronteiriços percebem uma presença maior - e não menor - do Estado. O Estado retira-se da sua função protetora e reaparece no seu papel de controle e regulação. Por outras palavras, podemos estar a assistir - em vez de uma “desterritorialização” generalizada

⁴ “Pensar problemas políticos y culturales desde las fronteras implicaba romper con una cierta tradición, proceso que aunque se inscribía en otras tradiciones también contaba en América Latina con nuevos desarrollos (como García Canclini, 1992; Cardoso de Oliveira, 1997 y 2001)”. En el Cono Sur, las perspectivas más expandidas de las ciencias sociales tenían y tienen fuertes características centralistas; las historias y los procesos políticos son pensados desde las grandes ciudades.”

- à substituição de um modelo de territorialização por outro.⁵ (GRIMSON, 2007, p. 28).

Figura 2 - Mapas dos arcos do PDFF (2009)



Fonte: Adaptado do Plano de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (BRASIL, 2005, p. 53).

⁵ “Por otra parte, el control sobre las poblaciones fronterizas parece haberse fortalecido, en relación a la circulación tanto de personas como de pequeñas mercaderías del llamado “contrabando hormiga”. Así, en muchos casos, los pobladores fronterizos perciben una mayor –no una menor– presencia estatal. El estado se retira en su función de protección y reaparece en su papel de control y regulación. En otras palabras, podríamos estar asistiendo – más que a una “desterritorialización” generalizada– a la sustitución de un modelo de territorialización por otro.”

A Faixa de Fronteira interna do Brasil com os países vizinhos foi estabelecida em 150 km de largura (Lei 6.634, de 2/5/1979), paralela à linha divisória terrestre do território nacional. A largura da Faixa foi sendo modificada desde o Segundo Império (60 km) por sucessivas Constituições Federais (1934; 1937; 1946) até a atual, que ratificou sua largura em 150 km. (BRASIL, 2005, p. 9).

Esta linha imaginária, na realidade, corresponde a territórios fronteiriços cada qual com suas especificidades. Há trechos onde a divisa imaginária se dá em parques naturais e densas florestas, outros trechos onde marcadores territoriais delimitam as fronteiras (rios) e, ainda, as áreas contíguas de algumas cidades gêmeas (Livramento-Rivera).

Uma análise criteriosa da região de fronteira – que representa 27% do território nacional, onde residem cerca de dez milhões de brasileiros – demonstra que as ameaças ao Estado residem, isto sim, no progressivo esgarçamento do tecido social, na miséria que condena importantes segmentos da população ao não exercício de uma cidadania plena, no desafio cotidiano perpetrado pelo crime organizado e na falta de integração com os países vizinhos. Estas são as principais ameaças presentes na Faixa de Fronteira, que colocam o desenvolvimento regional como estratégia prioritária para a soberania brasileira e a integração continental. (BRASIL, 2005, p. 9).

Para Sahlins (2000, p. 42): “A primeira foi a ideia de que ‘a história do mundo se observa melhor da fronteira’, para citar Pierre Vilar.”^{6,7} Neste sentido, o autor enfatiza que, pelas peculiaridades das zonas de fronteira, a transforma em um terreno onde a história do mundo está sempre acontecendo, é um setor nevralgico do sistema de vida humano.

Assim, é preciso dar a devida relevância para os grupos e atores locais, pois os mesmos foram e são cruciais para a compreensão da construção das identidades e para a formação dos territórios. Além do mais, são os mesmos agentes que determinam a dinâmica das fronteiras políticas locais. No caso europeu, segundo Sahlins (2000), os Estados se viram forçados a negociar com a sociedade local e os grupos locais, criar e manter a fronteira nacional.

Entre os séculos XVII e XIX, os nascentes estados-nação da França e da Espanha traçaram as fronteiras imaginárias que delineavam seus territórios, estados e identidades. O processo de construção do Estado e da nação ganhou destaque dramático nas fronteiras, onde cada estado procurou

⁶ “La primera fue la idea de que ‘la historia del mundo se observa mejor desde la frontera’, para citar Pierre Vilar.”

⁷ Pierre Vilar foi um historiador francês especialista na história da Catalunha e ativo membro do Centro de Irmandade Occitano-Catalão.

articular seu território e sua identidade em oposição ao outro.⁸ (SAHLINS, 2000, p. 42, tradução nossa).

Para o autor, o fato de que, nas fronteiras entre a França e a Espanha em meados do século XVII os processos impostos pela figura do recente Estado nacional possuíam um caráter dualista, estabelecendo as prerrogativas do seu território a partir da oposição ao outro, repercutia no fato de que os grupos, atores e agentes locais, ou seja, as pessoas que viviam e conheciam as peculiaridades do território, eram peças fundamentais no estabelecimento e manutenção do Estado nacional.

Isto levou-me a uma segunda conclusão relevante para o estudo da Europa e, de modo mais geral, para o estudo das fronteiras: a importância dos grupos locais como agentes e atores históricos na formação de identidades e territórios. Daí a terceira conclusão: as ações coletivas e individuais dos camponeses, nobres e aldeões na criação de identidades nacionais desenvolveram-se sem abandonar os seus próprios interesses ou o seu sentido de pertença ao lugar. Nem abandonaram a sua prática da sua própria cultura, distinta da de cada um dos seus estados nacionais. Isto porque a sociedade local adotou um conjunto instrumental de identidades, tanto francesas como espanholas, como uma das modalidades das suas múltiplas indexações: o argumento dos *Bourdaries* centrou-se na forma como as comunidades aldeãs e as classes locais passaram de conflitos locais específicos para uma afirmação mais ampla das suas identidades nacionais, sem nunca perderem as dimensões pragmáticas e localizadas dos seus próprios interesses. Estes grupos “nacionalizaram” os seus conflitos locais, trazendo o Estado e a nação para a aldeia.⁹ (SAHLINS, 2000, p. 45, tradução nossa).

Neste sentido, é fator determinante, não só no caso europeu, ao qual se refere Sahlins (2000), a atuação dos agentes e grupos locais na articulação com outros atores de outras escalas, como o Estado, o Mercado e outros grupos ligados

⁸ “Entre los siglos XVII y XIX, los nacientes estados-nacionales de Francia y España dibujaron los límites imaginados que delinearon sus territorios, estados e identidades. El proceso de construcción de Estado y de la nación quedó dramáticamente re-saltado em las tierras fronterizas, donde cada Estado intentó articular su territorio y su identidad em oposición al otro.”

⁹ “Esto me lle-vó a uma segunda conclusión relevante para el estudio de Europa y más generalmente para el estudio de fronteras: la importancia de los grupos locales como agentes y actores históricos em la forma-ción de identidades y territorios. De ahí la tercera conclusión: las acciones colectivas e individuales de los campesinos, nobles y aldeanos em la creación de las identidades nacionales se desarrollaron sin abandonar sus propios intereses o su sentido de pertenencia al lugar. Tampoco abandonaron su práctica em uma cultura propia, distinta de la de cada uno de sus estados nacionales. Esto fue así porque la sociedade local adoptó um conjunto *instrumental* de identidades em tanto franceses y españoles, como uma de las modalidades de sus indetificaciones *múltiples*: el argumento de *Bourdaries* se centróen como las comunidades aldeanas y las clases locales se desplazaron desde los conflictos específicos y locales hacia uma afirmación más amplia de sus identidades nacionales, sin nunca perder las dimensiones pragmáticas y localizadas de sus propios intereses. Estos grupos “nacionalizaron” sus conflictos locales, trayendo al Estado y a la nación hacia el interior de la aldeã.”

a outras dinâmicas em outros territórios. Com a globalização, este cruzamento cria exponenciais potencialidades de articulações. Assim, as fronteiras citadas pelo autor não foram simplesmente ditadas de cima para baixo, como anteriormente se pensava, mas havia uma sistemática de articulação entre os grupos e agentes locais e o nascente Estado nacional.

Na verdade, as identidades francesa e espanhola, bem como a fronteira entre a França e a Espanha, não foram impostas de cima pelos dois estados, mas surgiram de baixo, de disputas de fronteira locais dentro e entre comunidades aldeãs, e em disputas dentro da aldeia comunidades sobre direitos e privilégios associados à associação local. A criação de diferentes regimes fiscais e de propriedade no século 18, por exemplo, encorajou a aquisição de propriedades e a manipulação da residência entre as elites locais nas cidades fronteiriças. O desenvolvimento de sistemas tarifários criou um contrabando maciço, de especiarias a laranjas, que cruzou a Cerdanya e sustentou milhares de camponeses pobres em ambos os lados da fronteira.¹⁰ (SAHLINS, 2000, p. 45, tradução nossa).

No sentido trabalhado pelo autor, o contrabando, ou como chamam nesta região de fronteira o “chibo”, fez e faz parte do desenvolvimento desta comunidade de fronteira. Tal atributo está disposto no imaginário na vida das pessoas da fronteira de modo direto ou indireto, para a entrevistada número 5:

“[...] dai nós chibiava e depois descarregava, o senhor sabe, até cavalo o pai comprava pra carrocear, eu no remo e ele puxando o cavalo nadando, acho que aqui não tem acho que esses quaisquer que trabalhasse igual que eu lá, com garoa com chuvinha fina, eu era nova 8, 10 12 anos, a gente trabalhava, lavava uma bolsada de roupa, ia às pedras lavar, e chibiei em quantia né, depois pra não pagar arrendo, a gente trabalhava chegava o dia lavar, e comprei as coisas açúcar e tudo e vim pra costa vender na minha casinha que eu tenho na beira do rio, e o senhor sabe que gente chegava e despachava até 7 8 bolsa de açúcar trocar por farinha, vinha àquela gente tudo assim, bota 10 pra mim, me da uma bolsa e comprava uma bolsa e repartia com os outros, e traziam farinha [...]” (Moradora do bairro do Passo, 93 anos, foi chibeira a vida toda).

¹⁰ “Em efecto, tanto las identidades de franceses como de españoles, así como la frontera entre Francia y España, no fueron impuestas desde arriba por los dos estados, sino que surgieron desde abajo, a partir de disputas fronterizas locales dentro y entre comunidades aldeanas, y en disputas dentro de las comunidades aldeanas sobre derechos y privilegios ligados a la membresía local. La creación de regímenes diferentes de propiedades e impuestos en el siglo XVIII, por ejemplo, alento la adquisición de propiedades y la manipulación de la residencia entre las elites locales de los pueblos fronterizos. El desarrollo de sistemas de aranceles creó um contrabando massivo, desde espécies hasta naranjas, que atravesaba Cerdanya y que sostenia a miles de campesinos pobres em ambos lados de la frontera.”

Para Sahlins (2000), o sistema normativo jurídico, principalmente o sistema de direitos e de posse de terras, serve de *background* legal para as articulações locais e, de certa forma, impeliu os moradores a desenvolverem estratégias de suprimento, em especial, o contrabando.

Por fim, acho que subestimei a singularidade das áreas de fronteira e suas configurações especiais de estado e localidade. É verdade que nos últimos dez anos prevaleceu a ideia de que todos os processos de universalização implicam um processo de diferenciação equivalente e oposto. Mas os processos que ocorrem nos interstícios do estado têm uma propriedade fundamentalmente distinta. Especificamente, o modelo de segmento, que enfatiza a naturalização relacional e contingente de identidades a partir da ampliação das distinções entre “nós” e “eles”, é muito mais evidente nas áreas de fronteira do que em outros lugares, onde está presente na vida e nas atividades cotidianas.¹¹ (SAHLINS, 2000, p. 47, tradução nossa).

A fronteira, segundo o autor, possui configurações espaciais, tanto de Estado quando de localidade, que oferecem as condições necessárias para evidenciar determinadas questões, dentre elas as inerentes ao reconhecimento do “eu” e do “outro”. Desse modo, uma vez que, na fronteira, se está cara a cara com o “outro”, essa oposição cotidiana oferece os meios para a construção desta “comunidade imaginada”, termo cunhado por Benedict Anderson (1993), ao referir-se à formação das nações. (SAHLINS, 2000).

Ao mesmo tempo em que a “nação” se torna uma realidade, pela articulação dos Estados nascentes propriamente ditos, as articulações locais que permitem esta materialização “imaginada” desse processo, também criam situações onde a percepção do indivíduo é enraizada nas práticas familiares e sociais também presentes, concomitantemente nos espaços de vida das pessoas. Para a entrevistada 8, a comunidade imaginada na fronteira é, em partes, sem fronteiras.

“[...] Yo soy hija de madre brasileira tengo abuelos brasileños que son de la zona de río grande del sur de la campaña, de Porto Alegre de Santa Catalina, el estado de Santa Catalina, de manera que hay un fuerte vínculo por parte de madre con el Brasil, e para mí la frontera, este, non existe

¹¹ “Por último, creo que subestime la singularidad de las zonas fronterizas y sus configuraciones especiales de Estado y localidade. Es cierto que los últimos diez años han sido testigos del predominio de la idea de que todos los procesos de universalización implican um processo equivalente y opuesto de diferenciación. Pero los procesos que ocurren em los interstícios del Estado tienen una pro-priedad fundamentalmente distintiva. Especificamente, el modelo segmentário, que enfatiza la naturaliza relacional y contingente de las identidades basándose em magnificar las distinciones entre “nosotros” y “ellos”, es mucho más evidente em zonas fronterizas que em qualquer outra parte, donde se encuentra presente em la vida y em las actividades cotidianas.”

em mi vida particular historicamente, como soy profesora de história, hago una pequeña referencia a esta región tanto dun lado como del otro para los pueblos guaranis no existia la frontera, todo esto formava parte de uma mesma e única região, que és la gran nación Jesuítica-Guarany, com 30 pueblos, no existia frontera, era lo mismo nascer em la reduccion de Santo Angelo, como em la reducción de Yapejú ou de Santo Tomé, era la misma nación, e o termino limite começa a usarse em tiempos mas modernos, es una definicion de limite que lhe establecen los paises para determinar las áreas de posesion de uno o outro, de manera que com isto te digo que em mi vida la frontera non há existido yo me siento tan este rio-grandense como qualquiera de ustedes ou como correntina, [...].” (Professora, historiadora e moradora de Santo Tomé).

Para Anderson (1993), o conceito de comunidade imaginada tem uma profunda ligação com as transformações sociais e meios de comunicação, pois, são estas transformações que permitem pensar a comunidade imaginada, no caso, a Nação:

No entanto, seria míope conceber comunidades imaginadas de nações como algo que simplesmente emergiu de comunidades religiosas e reinos dinásticos para as substituir. Sob o declínio das comunidades sagradas, línguas e linhagens, estava a ocorrer uma mudança fundamental nos modos de apreensão do mundo que, mais do que qualquer outra coisa, permitia que a nação fosse “pensada”.¹² (ANDERSON, 1993, p. 43, tradução nossa).

Assim, talvez a estratégia contida nas entrelinhas da formação dos Estados nacionais esteja expressa nos relatos das transformações impostas e nos discursos explícitos nos conteúdos dos jornais locais, conforme comenta Anderson (1993, p. 47, tradução nossa):

A importância desta transformação para a emergência da comunidade imaginária da nação pode ser melhor compreendida se considerarmos a estrutura básica de duas formas de imaginação que floresceram no século XVIII: o romance e o jornal. Estas formas forneceram os meios técnicos necessários para a “representação” do tipo de comunidade imaginada que é a nação.¹³

¹² “Sin embargo, sería miope la concepción de las comunidades de naciones imaginadas como algo que simplemente surgió de las comunidades religiosas y los reinos dinásticos para sustituirlos. Debajo de la declinación de las comunidades, las lenguas y los linajes sagrados, estaba ocurriendo un cambio fundamental en los modos de aprehensión del mundo que, más que cualquiera otra cosa, permitía “pensar” a la nación.”

¹³ “Podrá entenderse mejor la importancia de esta transformación, para el surgimiento de la comunidad imaginada de la nación si consideramos la estructura básica de dos formas de la imaginación aue florecieron em el siglo XVIII: la novela y el periódico. Estas formas proyeron los medios técnicos necesarios para la “representación” de la *classe* de comunidad imaginada que es la nación.”

Neste sentido, a fronteira vem a ser não só uma linha de divisão entre um “eu” nacional e o “outro” nacional, mas também um campo de batalha conceitual onde os exércitos opostos engendram estratégias locais (imagem mental imaginada), a fim de apropriar-se sob sua perspectiva, de um território historicamente em movimento.

A respeito disso, um dos entrevistados nos apresenta a seguinte perspectiva:

“[...] vários pesquisadores antropólogos, pessoal da sociologia enfim que estuda a antropologia das fronteiras, a sociologia das fronteiras alega que o conceito de fronteira nessa região surgiu a partir da demarcação da propriedade privada né, quando o sistema né antes da questão das políticas administrativas, da independência dos países, da questão das repúblicas, a demarcação do território, ou seja as propriedades, a distribuição das áreas acabou criando limites no território, então é muitos alegam que o conceito de fronteira surge antes do conceito das proclamações das repúblicas, tem uma divisão político administrativa, já havia fronteiras né, e isso teve uma grande influência, e vem tendo uma grande influência até hoje nesta região né, acho que eu escrevo um pouco disso na minha tese de doutorado né, que é a influência que a estância tem nessa região ainda né, porque toda essa nova organização territorial ela também trouxe uma nova organização social e cultural né, entre as comunidades e no meio disso vieram então estes colonizadores muitos aristocratas rurais vieram, uma espécie de nobreza, alguns já vieram especialmente espanhóis e portugueses que não eram militares mas eram próximos dos reis e de quem estava comandando no império, e acabaram impondo um modelo sócio produtivo né, e de pensamento na região né, que acaba tendo uma grande influência neste processo de integração eu vejo, porque no meio desses aristocratas, desses estancieiros e desses colonizadores nós temos as comunidades primitivas e tradicionais que constituíram esta região e essas comunidades elas acabaram sendo deslocadas para as periferias da cidade, mas elas eram que habitavam nas áreas centrais, alguns migraram e outras foram dizimadas e outras se movimentaram para outras regiões aqui do prata [...]” (Professor universitário, pesquisador e morador local).

Sobre esta mobilidade na fronteira, Lucena (2013) oferece a perspectiva de que a fronteira mudou nos últimos cem anos e que são variadas as transformações, mobilidades e configurações que os atores fronteiriços experimentam em diferentes tempos históricos.

A fronteira é um conceito impregnado de mobilidade. A condição da fronteira deve ser borda, margem, limite e sempre caracterizada pelo movimento. Desta forma, parece mais instigante utilizar o conceito no plural - fronteiras - porque as fronteiras, no início do século XXI, apresentam uma lógica territorial diferente da que tinham há cem anos. A fronteira é modificada na sua demarcação devido à mobilidade entre diferentes grupos étnicos nos diferentes movimentos de exploração territorial e também da

luta expansionista. Há muitos trânsitos, intercâmbios e configurações vividos pelos atores nos diferentes tempos de fronteira histórica. As fronteiras causam integrações, trocas, socializações, tensões e desequilíbrios de poder. A fronteira é um limite sem limites, é um conceito impregnado de múltiplas combinações. As fronteiras induzem o pensamento à passagem, comunicação e diálogo, resultando assim num trânsito, não só de lugar, mas também de situações e tempos, bem como de população. Esta dimensão aponta para uma nova reflexão: aquela que, devido ao contato e à permeabilidade, a fronteira é, acima de tudo, híbrida e mestiça. Tendo em consideração que o significado dos espaços, territórios, lugares e fronteiras são configurados pelos atores sociais ao longo das suas vidas, parece mais atrativo pensar nisso de uma perspectiva cultural. As fronteiras culturais referem-se à experiência, socializações, modos de pensar intercambiáveis, ethos, valores, significados contidos nas coisas, palavras, gestos, ritos, comportamentos e ideias.¹⁴ (LUCENA, 2013, p. 45, tradução nossa).

Para o doutor em Sociologia José Lindomar Coelho de Albuquerque (2012, p. 186), as fronteiras são catalizadores de fenômenos sociais contemporâneos e “dividem os corpos territoriais das nações”, produzindo zonas de contato entre suas populações, signos, mercados e outros atores. Para Albuquerque, assim como para Lia Osório Machado (1998) e Claude Raffestin (2005), as fronteiras traduzem as tensões entre as forças centrípetas e centrífugas as quais estão sujeitas.

A maioria das fronteiras entre os Estados atuais não delimita espaços vazios. Não se refere aos denominados limites entre a civilização e a barbárie (Sarmiento, 2007; Turner, 1996), embora historicamente vários Estados nacionais expansionistas tenham visto “o outro lado da fronteira” como espaços bárbaros a serem conquistados e atraídos pela civilização “do lado de cá”. As fronteiras nacionais demarcam territórios repletos de significados políticos, econômicos, culturais, jurídicos e simbólicos. Os limites entre os Estados expressam as divisões entre soberanias, cidadanias, legislações e punições, línguas e símbolos nacionais, instituições políticas, militares, jurídicas e sociais. (ALBUQUERQUE, 2012 p. 187).

¹⁴ “La frontera es un concepto impregnado de movilidad. La condición de la frontera es ser borde, margen, límite y siempre caracterizada por el movimiento. De esa manera, parece más instigador utilizar el concepto en el plural –fronteras–; porque las fronteras, a principios del siglo XXI, presentan una lógica territorial diversa de la que tenían hace cien años. La frontera es modificada en su demarcación debido a la movilidad entre diferentes grupos étnicos en los distintos movimientos de la explotación territorial y también de la lucha expansionista. Son muchos tránsitos, intercambios y configuraciones experimentadas por los actores en los diferentes tiempos históricos fronterizos. Las fronteras ocasionan integraciones, intercambios, socializaciones, tensiones y desequilibrios de poder. La frontera es un límite sin límites, es un concepto impregnado de combinaciones múltiples. Las fronteras inducen el pensamiento al pasaje, a la comunicación y al diálogo, resultando así en un tránsito, no a penas de lugar, pero también de situaciones y épocas, así como de la población. Esta dimensión apunta para una nueva reflexión: la de que, por el contacto y permeabilidad, la frontera es ante todo híbrida y mestiza. Llevando en consideración que la significación de los espacios, territorios, lugares y fronteras son configurados por los actores sociales a lo largo de sus vidas, así, más atractivo parece pensarla en la perspectiva cultural. Fronteras culturales remiten a la vivencia, a las socializaciones, a las formas de pensar intercambiables, a los ethos, valores, significados contenidos en las cosas, palabras, gestos, ritos, comportamientos e ideas.”

As divisões entre soberanias, cidadanias e linguagens estabeleceram clivagens entre os atores, permitindo que cada um atue em determinadas instâncias ou escalas de atuação, as quais representam a amplitude e o tipo de poder que aquele ator reproduz. O local, o nacional e o global atuam nos territórios cada qual conforme sua potência.

A autora Adriana Dorfman (2009, p. 23), em sua tese, classifica as escalas geográficas como “[...] um instrumento para analisar o lugar em sua posição relativa, ou situação, diante de um espaço mais amplo, um conjunto maior, permitindo compreender polarizações e trocas”.

Para a autora:

Os fronteiriços parecem ter uma interpretação bastante acurada de sua situação, estando equipados pela tradição, atualizada na prática, a situar-se diante das questões específicas do lugar complexo onde vivem, lugar esse marcado pela dinâmica do setor terciário legal e ilegal, pela cristalização do aparato nacional civil e militar direcionado ao controle do limite e pelos campos de força da política local, institucional ou não. A fronteira mostra-se como um lugar privilegiado para interpretar as diferentes escalas em que se entrelaçam cultura, economia e política global. (DORFMAN, 2009, p. 238).

Ao observar o mapa político da América do Sul em cores, fica difícil não pensar no Brasil, pois sua dimensão territorial impressiona se comparada ao sulino continente. Ocupando praticamente metade do continente, o Brasil possui mais de oito milhões de quilômetros quadrados de extensão territorial e conta com mais de sete mil quilômetros de costa marítima virada para o Atlântico. Concorre em extensão com outros países, cuja soberania é milenar.

3 ESCALAS, TERRITÓRIO E ESPAÇO: CONCEITOS E DIRETRIZES PARA PRODUÇÃO SOCIAL

Neste capítulo será abordado o conceito de escalas e sua aplicação nos Estudos Sociais, bem como a implicação das escalas no território e como elas representam os atores do referido recorte.

3.1 As Escalas Geográficas de Atuação

Tal como o astrônomo, também o historiador está empenhado em retratar o tempo. As escalas são diferentes. O tempo histórico é muito curto, mas tanto o historiador como o astrônomo transpõem, reduzem, compõem e dão cor a um fac-símile que descreve a forma do tempo. É claro que o tempo histórico pode ocupar uma situação próxima do centro da escala proporcional das possíveis magnitudes do tempo, tal como o homem é uma magnitude física ao meio-caminho entre o sol e o átomo, situada no centro proporcional do sistema solar, e expressa tanto em gramas de massa como em centímetros de diâmetro. (KUBLER, 1973, p. 35).

A atuação dos seres humanos no meio onde vivem é transformadora. Para tanto, o homem se organiza em sociedade. Contudo, as sociedades não são igualitárias, e essa desigualdade se manifesta inclusive na amplitude da atuação humana em seu espectro cotidiano. Alguns conseguem atuar mais que outros em determinadas questões, isso nos faz pensar em: Através de que tipo de grandezas serão medidas as coisas humanas? Quais são suas escalas? Estas escalas funcionam em todos os espaços? Como estas escalas resolvem seus problemas?

Para Grimson (2007), a questão da cultura se encontra no cerne do conflito político, os atores que participam da disputa adotam suas posturas de interação ou confrontação a partir de suas próprias culturas, que servem não só para diferenciação, senão também para buscar algo compartilhado com outros atores.

Compreendemos que a cultura está na base do conflito político no sentido em que se refere às formas peculiares, contingentes e históricas com que os atores se confrontam, se aliam ou negociam. Assim, diferentes atores envolvidos numa disputa podem inserir as suas ações numa lógica de interação e confrontação partilhada. Desta forma, podem pertencer pelo menos parcialmente a mundos imaginativos semelhantes. Neste sentido, a cultura serve não só para contrastar, mas também para tentar vislumbrar se existe algo partilhado entre atores aparentemente diferentes, que reclamam diferenças ideológicas com os seus opositores ou mesmo afirmam que um

abismo entre duas “culturas políticas” os separa irredutivelmente.¹ (GRIMSON, 2007, p. 26, tradução nossa).

Na busca por elementos que ofereçam suporte para a compreensão de como funcionam os mecanismos que levam a fronteira a permitir uma polissemia de interpretações e ações atuando simultaneamente em um território, encontra-se o conceito de espaço.

Para este estudo, o conceito de espaço adotado surge da abordagem de Santos (1997, p. 2), que significa olhar para o espaço como uma instância da sociedade “ao mesmo título que a instância econômica e a instância cultural-ideológica”. Assim, como instância “contém e é contido pelas demais instâncias, assim como cada uma delas o contém e é por ele contida”. Para o autor, o espaço é formado pela sociedade mais a “configuração geográfica”, “cada fração da natureza abriga uma fração da sociedade atual”.

Ainda conforme o autor:

Assim, temos, paralelamente, de um lado, um conjunto de objetos geográficos distribuídos sobre um território, sua *configuração geográfica* ou sua *configuração espacial* e a maneira como esses objetos se dão aos nossos olhos, na sua continuidade visível, isto é, a paisagem; de outro lado, o que dá vida a esses objetos, seu princípio ativo, isto é, todos os processos sociais representativos de uma sociedade em um dado momento. Esses *processos*, resolvidos em *funções*, se realizam através de *formas*. (SANTOS, 1997, p. 2, grifo do autor).

Deste modo, surge um movimento dialético no espaço, o da forma e do conteúdo, ou seja, o espaço é mutante a partir da relação momentânea das forças que emolduram a forma e o conteúdo dos objetos dispostos em um território e o movimento histórico, ao qual estamos sempre sujeitos, muda seus significados, visto que, para Santos (1997, p. 2, grifo do autor) “Como as formas geográficas contêm frações do social, elas não são apenas formas, mas *formas-conteúdo*”.

Esse movimento dialético, onde forma e conteúdo mudam de significação “na medida em que o movimento social lhes atribui, a cada momento, frações diferentes

¹ “Entendemos que la cultura se encuentra en la base del conflicto político en el sentido de que se refiere a los modos peculiares, contingentes, históricos, en que los actores se enfrentan, se alían o negocian. Por lo tanto, diferentes actores que participan de una disputa pueden insertar sus acciones en una lógica de la interacción y la confrontación compartida. De este modo, pueden pertenecer al menos parcialmente a mundos imaginativos similares. En este sentido, cultura no sólo sirve para contrastar, sino también para intentar vislumbrar si hay algo compartido entre actores aparentemente disímiles, que afirman diferencias ideológicas con sus contrincantes o, incluso, que reclaman que un abismo entre dos “culturas políticas” los separa de manera irreductible.”

do todo social” (SANTOS, 1997, p. 2), ao passo que as formas estão em permanente mutação.

Daí a necessidade de observar a realidade do território a partir de um conjunto de variáveis que possam dar conta de identificar os elementos que compõem a significação mutante de cada instante onde uma fração da sociedade se manifesta no constante movimento dialético característico. Nesse sentido, o autor aponta para a necessidade de não se confundir localização com lugar, “O lugar pode ser o mesmo, as localizações mudam. E lugar é o objeto ou conjunto de objetos. A localização é um feixe de forças sociais se exercendo em um lugar” (SANTOS, 1997, p. 3), traduzindo em uma relação entre conteúdo e forma.

Como forças sociais, pode-se vislumbrar o poder de atuação materializado de cada parte que compõe o panteão de “elementos” envolvidos na produção das formas-conteúdo. Como “elementos” entende-se, segundo Santos (1997, p. 5), uma categoria “[...] (cuja propriedade essencial é a força, e não, a extensão)”. Estes elementos “[...] os homens, as firmas, as instituições, o chamado meio ecológico e as infraestruturas”.

“Então, eles viam o decreto como forma de retaliar o decreto só atingi só nós na fronteira, atingi o cidadão de São Borja que vai poder ir lá a Santo Tomé e consultar no hospital e o pessoal de Santo Tomé chegar aqui e vai poder consultar no nosso ESF's, nós os são-borjenses vamos poder frequentar as escolas públicas de Santo Tomé e vice versa. A comercializam dos produtos das duas cidades, claro sempre com as barreiras sanitárias, mas esse comercio vai poder um brasileiro trabalhar lá com a carteira vicinal tu vai ter os mesmos direitos em Santo Tomé que aqui em São Borja. Nós aqui fomos tratos que nenhuma empresa podia se instalar aqui há 160km da fronteira, nós era uma espécie de proteção esta aqui para fazer segurança para o argentino não invadir os paraguaios, os uruguaios não invadissem o país. Fomos esquecidos as coisas ficavam tudo no centro, aqui não na área de fronteira só existe para não entrarem e se adornarem. Não se investia nada aqui a não ser em quarteis, com esse decreto vamos se redimir um pouco do passado, mas tem muito para avançar a nossa fronteira para a gente se tornar um polo de desenvolvimento, para se tornar uma região desenvolvida.” (Ex-Secretário das Relações Internacionais da cidade de São Borja).

Outra questão importante a ser destacada é o que nos aponta Dietz (2008, p. 48), “que as cidades da fronteira desempenham função de “nós articulares, mas com importância econômica e política distinta dos pontos nodais representados pelas grandes cidades”. Além disso, segundo a autora, as mercadorias que são

produzidas nas regiões de fronteira, de maneira geral, são mercadorias com pequeno valor agregado e “nem sempre tem como destino o país vizinho, mas outros mercados consumidores localizados em outros continentes”.

“Aquilo devia ser uns 1963 por aí, eu sou de 1953, eu trazia de lá pra padaria era só farinha, eu pegava lá era ali quem vai pra praia, não era na entrada pela praia era nos trilhos era onde os trilhos iam até o fim, era lá onde morava os irmão metralha, é bem pra cá da praia, não me lembro direito, mas era uma descida naquela época hoje não é mais descida, hoje já está tudo meio plano ali, era uma subida porque a gente tinha que subir e as vezes tinha que pedir ajuda pra empurrar as rodas da carroça, eu lembro que eu ia pegar lá dos cara trazia ali era madrugada e passava a meia noite na ruas das carroças, era contrabando né, não tinha nada de luz, não podia aparecer, nem barulho podia fazer só o barulho da água quando batia na beirada, eu só trazia a farinha, os caras carregavam na carroça e eu trazia, era uns 500 kg de farinha, tipos uns 10 sacos, acho que era de 60 kg cada saco, eu era muito pequeno né eu era novo, claro que eu ganhava um troco, eu ganhava o frete, tipo eu cobrava 500 pila por exemplo pra carregar a farinha. Era eu sozinho trabalhava sozinho, eu era independente, naquela época eu já era independente, depois a minha madrinha comprou uma jardineira e eu entrava com o cavalo, o cavalo era meu, e ela trabalhava na Argentina, aí sim eu pegava as mercadoria no porto ia de lancha, não era nada legalizado, trazia lá 50 kg de graxa, cebola, bolacha, farinha, trazia farinha de quilo, daí nós saia a vender com ela, eu vendia aqui pra vó Elias ali no tempo que eu era piá eu cruzava por aqui e ela me comprava, comprava da madrinha no caso né, mas eu cruzava por aí o pessoal aqui na época aqueles véio eram tudo meus freguês, nós vendia de casa em casa, tinha já os clientes certos pra vender, era chibo aí nós trazia azeitona, essa coisa que vinha da Argentina, vidro de azeitona, mandolate, mas aí se desacertemos e eu aluguei uma carroça do seu Cândido, que era um cara que tinha um armazém ali na esquina ali que vai pro Celso Rigo, na 24 de fevereiro, o pai tinha bolicho bem lá na frente lá, na mesma rua, e aí eu aluguei essa carroça e botei o meu cavalo, aí a madrinha ficou sem cavalo, daí ela vendeu a carroça porque ela não tinha, eu fazia umas bragerada, ela trazia da Argentina eu ia esperar ela no porto, nós levava pra casa dela toda mercadoria, aí no outro dia ela embalava, eu ia lá carregar e nos saia a vender, ela ia junto comigo, não me lembro se era uns dois três dias por semana que nós saia, ele levava ela as compras ela que comprava e me pagava por dia pra carregar ela, não tinha muita gente que fazia, e outra vez eu trabalhava também lá no porto carregava das lanchas pras carroças, mas isso fiz pouco tempo, aquilo ali tinha um monopólio, tinha uns guri que trabalhavam ali que não deixavam, ninguém entrar, mas como eu era dali, mas muito pouco tempo depois que eu peguei a carroça eu larguei o carro, os caras cobravam por volume, eu me lembro até como se fosse hoje, nos pegava da lancha e trazia até as carroças de carro de mão, lá no porto na ponta da faixa, uns vinham do formigueiro e outros iam até Santo Tomé, eu cheguei a ir a Santo Tomé mas muito poucas

vezes, eu me lembro um pouco, tinha umas árvores grandes que o pessoal ficava esperando as lanchas, com ia por ali umas mortadelas, umas coisas baguala, sem organização, faziam fila pra cruzar por aqueles caras, uma humilhação barbara, empurravam as mulher, tinha um que chamavam de Carlito, um gendarme abusava das mulher, sempre teve isso, tinha umas que traziam o que queriam, tinha gente que enriqueceu [...].” (Meu pai).

Para Almeida (2015), na fronteira, devido às dinâmicas de poder existentes estarem ligadas a uma “economia translocal histórica”, apresenta um constante movimento de negociação, principalmente de legalidades, entre as escalas de atores presentes no território.

Dessa forma, busca-se aqui pensar as fronteiras não como espaços limites e periféricos ao poder central e sim como margens, onde lia uma produção do poder local que “convive” e talvez se alimente do poder central (DAS; POOLE, 2008). No caso das fronteiras, considera-se que esses poderes estão ligados a uma economia translocal histórica nas margens do território brasileiro, onde o Estado é abstração (leis e mapas) e também é rotina cotidiana (técnicas de governo). A lei e seus dispositivos talvez não apenas reprimam as ilegalidades, mas as diferenciem, fazendo uma “economia geral” (FOUCAULT, 2009, p. 258). A qual pode determinar dinâmicas sociais e o que Thompson (2013) denominou de “economia moral”, um conceito que não conduz a um único raciocínio, mas a uma confluência de raciocínios que buscam evidenciar a cultura política ou, como denomina o autor, a mentalité da “multidão” nas relações entre população e governantes. Se de um lado há uma gestão dos ilegalismos, vinculada à Lei, de outro, pode haver uma economia que estabelece o que é ou não moral nas atividades de mercado de uma determinada localidade, nesse caso, translocalidade. Diferente da ideia de que as Fronteiras são terras sem lei, entende-se que esses espaços pós-nacionais são terras de uma multiplicidade de leis que se aproximam e afastam e estão em constante movimento e negociação entre o Estado (governo, segurança e disciplina), a população (dinâmicas e fluxos) e o indivíduo (economia moral). (ALMEIDA, 2015, p. 30).

Se por um lado as interações produzem necessidades, que são satisfeitas pelo ato de produzir, de certa forma, viram uma espécie de tendência, um ciclo de produção e consumo. Sendo ele propício a uma determinada tendência de consumo, a norma da padronização da oferta segue o curso do ditame do consumo que, por sua vez, segue os ditames das maiores forças agentes no território. Nesse sentido:

As interações produzem necessidades, satisfeitas pelo ato de produzir, que se circunscrevem em formas de produção e consumo, com suas respectivas divisões dos segmentos e relações sociais. Aí é que se definem os investimentos a serem feitos, que modificam o meio ecológico, mediados pelas firmas e instituições, configurando as infraestruturas, em diversas escalas. Nesse processo, a natureza muda, se transfigura, e o meio modificado é cada vez mais meio técnico. (SANTOS, 1997, p. 8).

Ao que parece, as desigualdades provocadas pelas características da fronteira (língua, câmbio, nacionalidade e etc...), ao menos para os habitantes das margens dessa fronteira, servem para corrigir, ou contra balancear algumas desigualdades geradas tanto do planejamento quanto da geografização dos objetos impostos na fronteira, ou seja, a materialização dos sentidos da ação, no caso do contrabando das diferenças de câmbio e de qualidade dos produtos que são ofertados nos mercados ao entorno são materializações de contra estratégias que só se consolidam na fronteira. Para Cibim (2012, p. 48):

Pode-se concluir que no caso das bacias transfronteiriças, a soberania é uma questão de gestão dos recursos hídricos de maneira a manter os direitos e obrigações de cada Estado, considerando sua responsabilidade para com os Estados limítrofes. Assim, poder-se-ia dizer que a soberania na bacia é individual e múltipla, pois há partilha de responsabilidade e partilha de benefícios pelo uso múltiplo da água.

Alguns teóricos sustentam que a região tinha forte papel comercial e logístico para toda a Bacia do Prata, e quanto a isso, Colvero (2003, p. 142-143), nos apresenta que:

A região da Campanha, em especial a fronteira oeste, após a invasão dos espanhóis à Colônia do Sacramento, assumiu o papel de fronteira-zona, como ponto de troca de mercadorias na região entre os brasileiros e os países que faziam parte da Bacia do Prata. Sabe-se que o fator que facilitava as trocas nessas regiões era o transporte fluvial, ainda que limitado pela segurança, que era precária. Por sua vez, o transporte por terra estava limitado às estradas, que eram muito escassas e exigiam o acompanhamento de pessoas que conhecessem bem a região para transpor os obstáculos geográficos existentes.

Esse espaço econômico de fronteira privilegiou, como se viu, o contrabando, chamando a atenção de comerciantes da Europa que se encontravam em regiões próximas, vindos daquele continente por causa das guerras e atraídos pela facilidade de acúmulo de capital através da venda de produtos industrializados, fabricados especialmente na Inglaterra e na França. Esses comerciantes instalaram-se em Uruguaiana desde seu surgimento, formando uma zona de grande fluência econômica, contrabalançando com a atividade predominante na região, a pecuária, que desde seus primórdios pastoris, quando não havia aglomerações urbanas, era largamente desenvolvida.

Bordieu (2004) afirma que não existem critérios capazes de fundamentar as classificações em regiões “naturais” separadas por fronteiras “naturais”. Trata-se de representações, que podem estar embasadas em critérios objetivos, como

ascendência, território, língua, religião, atividade econômica, ou subjetivos, como o sentimento de pertencimento.

“[...] Hoje esta cruzando vinho, o forte até onde termina o Uruguai, agora só vinho, os mais caros, passam por aí, das adegas de Mendoza direto a SP e RJ neste momento e uns três pra cá, tão caindo preso aí pra cima, mas seguem, perdem umas 20 cargas, mas levam mais vinte, e hoje amanhã vai terminar, amanhã no sei o que vai empesar [...]” (Argentino, pescador, chibeiro e ex-marinheiro).

Sendo os elementos conceitos (abstração) variáveis quanti e qualitativamente, seus significados dependem do momento temporal em que são analisados, ou seja, o movimento do contexto histórico no qual se desenvolveram, sendo conceitos mutantes.

Muito provavelmente o que encanta nesse contexto é o movimento, esse lampejo que reluz em momentos em que parece que aquela lógica havia se extinguido. No entanto, ela ressurge com uma releitura, uma nova forma-conceito, um objeto com sua particular ação no território.

Esse valor da variável advém de seu papel no núcleo de um conjunto. Assim, é necessário compreender o movimento do conjunto para valorizar e analisar cada parte, partindo de um processo de classificação a fim de compreender como ocorrem as relações sociais e espaciais.

Em particular, Milton Santos (1997, p. 5) pondera sobre a influência do meio técnico para a definição do valor dos elementos, que variam de acordo com tecnologias específicas que combinam componentes de capital e trabalho, configurando distintos modos de produção, e que, por sua vez, são particulares em um lugar.

Para Santos, Souza e Silveira (1998, p. 15), é preciso ter noção de que são os “quadros da vida” das pessoas os verdadeiros objetos de análise social e que é o uso do território que materializa sua configuração. Neste sentido, é necessário compreender com mais profundidade os “quadros de vida” dos diferentes atores, a fim de perceber quais são as principais escalas que atuam sobre determinado território. Assim, é possível ter em mãos um arcabouço de elementos que materializem as dinâmicas locais e globais deste fenômeno, que é a produção da fronteira.

Vivemos com uma noção de território herdada da Modernidade incompleta e do seu legado de conceitos puros, tantas vezes atravessando os séculos praticamente intocados. É o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto de análise social. Trata-se de uma forma impura, um híbrido, uma noção, que, por isso mesmo, carece de constante revisão histórica. O que ele tem de permanente é ser nosso quadro de vida. Seu entendimento é, pois, fundamental para afastar o risco de alienação, o risco da perda do sentido da existência individual e coletiva, o risco de renúncia ao futuro. (SANTOS; SOUZA; SILVEIRA, 1998, p. 15).

Na fronteira, a presença constante de um “outro”, que é ao mesmo tempo próximo geograficamente, mas distante na perspectiva dos Estados nacionais, distante no perfil socioeconômico e distante na língua materna, os quadros de vida das pessoas passam a contar com um novo elemento a partir do último século, a globalização, fenômeno multifacetado e que envolve a vinculação dos territórios locais com estruturas jurídicas internacionais, as organizações multinacionais.

Neste sentido Ianni (1998, p. 79) afirma que as forças características da globalização tornam “anacrônico o Estado-nação e quimérica a soberania, ao mesmo tempo em que se criam novas exigências de ordenamento jurídico mundial”. Assim, segundo o autor, o “Estado-nação” perde parte de seu “significado tradicional”, ao passo que as economias “nacionais” “transformam-se em meras províncias da economia global”. (IANNI, 1998, p. 79). Com a adição de uma nova lógica, a globalização, a fronteira, entidade já mutante, pelo movimento, muda novamente pelas dinâmicas dos fluxos internacionais de capitais, estabelecendo novas estruturas, processos e relações.

Especialmente em se tratando das fronteiras da América sulina, deve-se levar em consideração suas peculiaridades. Uma delas é linguística, visto que somente o Brasil tem o Português como língua oficial, o que, por si só, já traz elementos de análise sobre a formação destas fronteiras. Outra peculiaridade fundamental na construção do significado de fronteira para esta região foi o comércio e o contrabando.

No início do século XX o porto de Santo Tomé teve grande atividade e nesse mesmo período, na cidade foram desenvolvidos o comércio e as comunicações devido à chegada da ferrovia. Os produtores de gado da cidade estão nucleados na Sociedad Rural de Santo Tomé, fundada em 1915. Em 1969 foi construído o atracadouro de balsas de Puerto Hormiguero. A partir da década de 1970 os habitantes de Santo Tomé e de São Borja começaram a pressionar as autoridades para que fosse construída uma ponte ligando as duas cidades. A Ponte Internacional, também conhecida como Ponte da Integração, inaugurada no final da década de 1990, é uma importante obra viária que une Santo Tomé a São

Borja, intensificando o intercâmbio comercial dentro do MERCOSUL. (CARNEIRO FILHO, 2008, p. 48).

Alguns autores como Coelho (2014), destacam o importante papel das memórias na formação das pessoas da fronteira, sendo que os atores e suas escalas de atuação, também recebem influência destas memórias pesadas, mas ainda muito presentes nas relações do entorno.

Os lugares da memória se destacam como pontos de referência, ou locais ainda hoje frequentados e apropriados pelo fronteiriço, percebidos nos relatos dos cidadãos. O câmbio também marca o tipo de relação entre as cidades. Nas histórias de vida dos habitantes da população, esteve presente a relação cambial e a compra de produtos de um lado ou de outro em função de câmbio vigente. O câmbio está presente no cotidiano destas populações desde os primórdios das relações entre as cidades. As oportunidades vezes são melhores de um lado, as vezes do outro, e o cidadão tira partido destas. (COELHO, 2014, p. 203).

Ainda sobre a globalização, Ciccolella (1998, p. 299) observa que, para além de diferenças sobre os aspectos de raça, cultura e religião, quando se atravessa uma fronteira, ou seja, quando passamos de um país para o outro, experimenta-se uma “mudança do sistema de poder, do sistema monetário e do sistema de preços”.

As novas realidades conduzem necessariamente à reformulação das estratégias e dos instrumentos de planificação social e territorial. A transferência de funções para os poderes regionais, provinciais ou departamentais, num extremo, e a configuração de mercados e estruturas regulatórias supranacionais e supra estatais, no outro, estão a denunciar o declínio da capacidade de manobra e significação do Estado nacional como entidade reguladora e planificadora. De fato, cada porção do planeta se insere agora mais ou menos diretamente na rede de relações multiescalares que caracteriza e mundializa suas relações, configurando uma nova trama relacional – espaço global/espaço local -, nem sempre mediatizada pelo Estado nacional. (CICCOLELLA, 1998, p. 297).

Para o argentino Alejandro Grimson (2005), até pouco tempo, nas histórias contadas sobre a fronteira, alguns atores eram deixados de fora, não compunham o panteão de personagens que construíram a fronteira, ou se compunham, faziam parte da representação do “outro”, da dualidade.

No Cone Sul, embora não conheçamos casos tão extremos, recém começamos a assumir o desafio de pensar como agentes os jesuítas e as reduções, os guaranis, os bandeirantes, os fazendeiros rio-grandenses e muitos outros setores sociais que desempenharam um papel relevante - através dos seus próprios sucessos e fracassos, como a Guerra Guaranítica de meados do século XVIII - na construção de fronteiras políticas no Cone Sul. Se o processo de construção e definição das fronteiras políticas não se

esgota nas ações destes atores locais, uma vez que os respectivos Estados desempenharam um papel fundamental, tampouco se pode compreender a própria ação estatal sem sinalizar seus complexos vínculos com os atores sociais nas fronteiras.² (GRIMSON, 2005, p. 128, tradução nossa).

O vínculo dos atores sociais para com o Estado representa, na fronteira, a manutenção ou não das ações emanadas dessa centralidade na busca por estabelecer uma nova ordem. Assim, talvez o povo da fronteira acabe por ser mais suscetível a conflitos em períodos de crise, pois a proximidade com outras realidades interfere na percepção e nas decisões dos indivíduos que vivem nestas regiões.

Neste aspecto, é fácil pensar que esta fronteira tenha sofrido influências das relações socioculturais específicas a cada período histórico. Essas camadas de tempo e memória parecem ainda vivas, nas práticas e no imaginário local, tanto de um lado como do outro lado da fronteira, e se manifestam, ainda hoje, nesse cara a cara cotidiano Sahlins (2000, p. 47, tradução nossa): “Para passar ao nível da ‘comunidade imaginada’ é necessário construir estas oposições discursivamente e através de uma vasta gama de meios, o que não é o mesmo que viver as oposições diariamente e cara a cara.”³

Assim, para Grimson (2000, p. 47), ao compor um cenário da fronteira, é necessário identificar as escalas de atuação dos atores que interferem no referido território. Esses agentes escalares são compostos por “*nosotros*” e “*ellos*”, sendo que “*ellos*”, em um contexto da globalização, não se trata mais apenas do país vizinho geograficamente, mas de uma intrincada rede de instituições multinacionais. Contudo, interessa saber em que escala estes elementos podem ser trabalhados.

Milton Santos (1997, p. 99) aponta que, para a compreensão da noção de escalas, é necessário levar em consideração que a mesma se aplica aos eventos a partir do que o autor chamou de “duas acepções”. A primeira diz respeito à “origem” das variáveis envolvidas na produção do “evento”, é a escala que representa as

² “En el Cono Sur, aunque no conozcamos casos tan extremos, recién comienza a asumirse el desafío de pensar como *agentes fronterizos* a los jesuitas de las reducciones, a los guaraníes, a los *bandeirantes*, a los *fazendeiros* riograndenses y a muchos otros sectores sociales que tuvieron un papel relevante –a través de sus propios éxitos y sus fracasos, como la Guerra Guaranítica de mediados del siglo XVIII– en la construcción de las fronteras políticas en el Cono Sur. Si el proceso de construcción y definición de las fronteras políticas no se agota en las acciones de estos actores locales, ya que los respectivos estados tuvieron un papel clave, tampoco puede comprenderse la propia acción estatal sin analizar sus complejos vínculos con los actores sociales en las fronteras.”

³ “Para desplazarse al nivel de la ‘comunidade imaginada’ es necesario construir estas oposiciones discursivamente y a través de una amplia gama de medios, lo que nos es mismo que vivir las oposiciones cotidianamente y cara a cara.”

“forças operantes” que operam o “evento”. A segunda representa a escala da “área de ocorrência”, ou, mais especificamente, a “escala do seu impacto, de sua realização”.

Ao propor uma decomposição da compreensão das escalas que atuam em determinado evento, em determinado recorte, o autor propõe dividir os momentos da análise sobre estas escalas. Além disso, para Santos (1997, p. 99):

Além do mais, os eventos históricos não se dão isoladamente. Esse não-isolamento se traduz por dois tipos de solidariedade. O primeiro tem como base a origem do evento, sua causa eficiente, cuja incidência se faz, ao mesmo tempo, em diversos lugares, próximos ou longínquos. Trata-se, aqui, de eventos solidários, mas não superpostos: sua ligação vem do movimento de uma totalidade superior à do lugar em que se instalam. O outro tipo de solidariedade tem como base o lugar da objetivação do evento, sua própria geografização. Aqui os diversos eventos concomitantes são solidários porque estão superpostos, ocorrendo numa área comum.

Assim, ao observar os eventos históricos, deve-se ter em conta que eles “não se dão isoladamente”, o que leva a “dois tipos de solidariedade”. O primeiro tipo é ligado à origem do evento, ao “movimento de uma totalidade superior à do lugar que se instalam”. O segundo tipo está ligado à sua aplicação espacial no território, a escala de origem “tem a ver com a força do seu emissor”. Pois a escala de realização, para Santos (1997, p. 99):

Enquanto isso, no âmbito geográfico de uma região ou de um lugar, as escalas superiores de ação estão frequentemente enviando vetores. Esses vetores de diferentes níveis hierárquicos se combinam para solidariamente constituir uma área comum de ocorrência, que é a sua escala de realização.

Neste sentido, existe uma hierarquização das ações no território, que é refletida no evento ou objeto presentes no território, as quais, por conta da força das instâncias às quais estão mais ou menos ligadas, dá o tom para a materialização das escalas de atuação.

Quadro 2 - Tipologia de ações dominantes

| Tipologia | Descrição |
|---------------|---|
| Margem | A população fronteiriça de cada lado do limite internacional mantém pouco contato entre si, exceto de tipo familiar ou para modestas trocas comerciais. Apesar da vizinhança, as relações são mais fortes com o nacional de cada país do que entre si, ou seja, a primazia da dinâmica é local ou nacional. |

| | |
|---------------------|---|
| Zonas-tampão | Constituem as zonas estratégicas onde o Estado restringe ou interdita o acesso à faixa e zona de fronteira, criando parques naturais nacionais, áreas protegidas ou áreas de reserva, como é o caso das terras indígenas. Mesmo que em certos locais exista uma relação de tipo cultural ou de ordem comercial ou, ainda, uma combinação de ambos, a situação de bloqueio espaço-institucional promovida ‘pelo alto’ (governo central) pode criar uma dicotomia espacial com potencial de conflito entre o institucional e os nexos de deslocamento e expansão espontânea do povoamento em nível local. |
| Frentes | Empregado para “frentes pioneiras”, nome proposto há mais de cinquenta anos para caracterizar frentes de povoamento. No caso das interações fronteiriças, o modelo “frente” também designa outros tipos de dinâmicas espaciais, como a frente “cultural” (afinidades seletivas), “frente indígena” ou “frente militar”. A frente militar difere da frente pioneira (a pioneira pode ser identificada como um tipo de frente cultural), os investimentos dos Estados atendo-se a ações fronteiriças somente na perspectiva tática (aeródromos, pista de helicópteros, etc.). |
| Capilar | As interações podem se dar somente no nível local, como no caso das feiras, exemplo concreto de interação e integração fronteira espontânea. Também podem ocorrer através de trocas difusas entre vizinhos fronteiriços com limitadas redes de comunicação, ou, ainda, podem resultar de zonas de integração espontânea, em que o Estado pouco intervém, principalmente não patrocinando a construção de infraestrutura de articulação transfronteira. A primazia é o local, antes de ser nacional ou bilateral, similar ao modelo sináptico. |
| Sinapse | Termo importado da biologia, se refere à presença de alto grau de troca entre as populações fronteiriças. Esse tipo de interação é ativamente apoiado pelos Estados contíguos que geralmente constroem, em certos lugares de comunicação e trânsito, infraestrutura especializada e operacional de suporte, mecanismos de apoio ao intercâmbio e regulamentação de dinâmicas, principalmente mercantis. As cidades-gêmeas mais dinâmicas podem ser caracterizadas de acordo com este modelo. No caso da sinapse, os fluxos comerciais internacionais se justapõem aos locais. |

Fonte: Adaptado de Machado *et al.* (2005, p. 109).

Ao compreendermos as escalas e seus elementos, pode-se estabelecer vínculos de atuação perante os objetos e/ou eventos que ocorrem em determinado território. No caso específico das fronteiras, é possível destacar a metodologia adotada para pensar o Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PFFF), e que estabelece uma categorização representada no quadro acima. Sobre isso Machado *et al.* (2005) propõem pensar fronteiras a partir de um modelo aplicado às cidades-gêmeas. Trata-se de superposições de tipologias:

Os mesmos modelos foram aplicados às cidades-gêmeas, embora essas cidades não sejam contempladas no trabalho de Cuisinier-Raynal, cujo enfoque se restringia ao limite político internacional. Embora as superposições de tipos de interação sejam mais comuns, é possível identificar 5 tipos dominantes: (1) margem; (2) zona-tampão; (3) frentes; (4) capilar; (5) sinapse. (MACHADO *et al.*, 2005, p. 108).

Assim, contando com uma sistematização de interações dominantes na fronteira, é possível estabelecer vínculos entre dinâmicas e escalas, bem como é um passo para compreender como e quem representa cada escala e qual o contexto envolvido.

Para Lucena (2013, p. 45), é justamente o “movimento” que surge na fronteira que desperta o interesse acadêmico. Este “movimento” se caracteriza pelo modo como as pessoas que vivem nas regiões de fronteira vivem a fronteira, como entendem, como se relacionam e como é materializada a produção da ideia de fronteira na própria fronteira, ou seja, o que pensam sobre fronteira os que moram na nela, porque pensam desta forma e o que isto representa para o contexto das Ciências Sociais.

A fronteira tanto liga como separa e, se pode ser olhada como uma barreira, também a vemos transcendida pelas redes sociais que servem de sustentação às culturas de orla. Os amigos e “os amigos dos amigos”, para retomar o título da obra de Jeremy Boissevain (1972), as relações inatas e aquelas em que cada indivíduo se torna empreendedor, dilatando nuns sentidos e não noutros a sua rede e estabelecendo coligações, conferem abertura a qualquer unidade de pesquisa estabelecida sobre fronteira. O objeto de estudo exige que se reconheça nessa realidade de trocas um domínio privilegiado para ler duas ou mais sociedades. (GODINHO, 2007, p. 77).

O estudo sobre a complexidade de qualquer zona de fronteira requer a devida contextualização da história regional de cada território fronteiriço, visto que divergem tanto em tempos históricos quanto em fluxos produtivos e sociais. Contudo, devido aos inúmeros estudos já publicados sobre estes antecedentes históricos relatados por Pesavento (2002), Pinto (2015) e Pinto, Maurer e Retamoso (2015), dentre outros, este trabalho não se deterá em detalhamentos históricos profundos. Contudo, caso seja observada de maneira mais detalhada a história regional, nota-se que as cidades de São Borja e Santo Tomé já estiveram ligadas por laços familiares em um passado remoto, o Período Reduacional.

Em síntese, a minha perspectiva foi informada pelo desejo de inverter a literatura dominante sobre a construção da nação de há dez anos atrás. Nessa altura, argumentou-se que as nações emergem como algo imposto e construído a partir do centro para fora: que o centro - a capital, mas também os grupos sociais dominantes - força a periferia a abandonar as identidades e territórios locais, mesmo as formulações mais imaginativas desta perspectiva (como a de Benedict Anderson) partilhavam um ponto de vista que eu chamo o “mito do centro dominante”: a ideia de que a identidade é construída como uma série de círculos concêntricos, nos quais a lealdade à aldeia dá lugar à lealdade à aldeia, à região, à província e finalmente à nação. Associado ao mito do centro dominante está o mito da conformidade inevitável: o pressuposto de que as localidades estão a perecer cada vez

mais para a nação e que a aldeia se torna simplesmente uma nação em miniatura.⁴ (SAHLINS, 2000, p. 46, tradução nossa).

Ao que parece, a separação entre Brasil e Argentina possui uma fronteira fortemente relacionada ao seu principal marcador territorial, que é o Rio Uruguai, e que, diferentemente da fronteira com o território Uruguaio, onde basta atravessar uma rua ou um campo, a travessia de um rio requer habilidades específicas, como infraestrutura. Este exercício dialógico sobre outra região trouxe ainda mais questionamentos sobre o porquê das coisas na fronteira oeste parecerem ainda mais complexas: pela ausência de instituições, pelos indicadores sociais, pela diferença das posturas e diálogos, pelos costumes, dialetos e atividades econômicas.

Essas fronteiras não separam somente os níveis: o local, o regional, o nacional, o mundial. Elas distinguem as zonas onde as pessoas devem se reduzir “à sua mais simples expressão”, ao seu “denominador comum”, para sobreviver – e as zonas onde podem se esparramar confortavelmente as pessoas, onde elas têm tempo e espaço, esses luxos essenciais. Fronteiras? Essa palavra frágil oculta o essencial. Linhas de fratura na homogeneidade, diremos nós, que desenham as verdadeiras configurações, muito acidentadas ainda que invisíveis aos olhares, do espaço social “real”. (LEFEBVRE, 2000, p. 430).

Caso seja feito um exercício hipotético e, por um momento, seja imaginada a fronteira como fluxo, utilizando a metáfora de Hannerz (1997, p. 14) sobre as cidades, assim como o fluxo de um rio que transborda e que, depois de uma enchente, deixa vestígios e marcas nos territórios margeados quando cede o seu volume, pode-se imaginar o território nativo e original da fronteira que sofreu alterações que alteraram drasticamente os fluxos cotidianos dos povos deste território. Este contato estabeleceu um novo fluxo que, por sua vez, foi novamente alterado com o Tratado de Madri. A fronteira é mutante em forma e fluxo. Porém, parece ser clivagens e demarcação.

⁴ “Em síntesis, mi perspectiva estaba informada por el anhelo de revertir la bibliografía dominante hace diez años sobre la construcción nacional. En ese momento se sostenía que las naciones emergen como algo impuesto y construido desde el centro hacia afuera: que el centro – el capitólio, pero también los grupos sociales dominantes – fuerza a la periferia a abandonar identidades y territorios locales, incluso las formulaciones más imaginativas de esta perspectiva (como la de Benedict Anderson) compartían una visión que llamo el “mito del centro dominante”: la idea de que la identidad es construida como una serie de círculos concéntricos, en los cuales la fidelidad a la aldea cede su lugar a la lealdad al valle, a la región, a la provincia y finalmente a la nación. Asociado al mito del centro dominante está el mito de la conformidad inevitable: el supuesto de que las localidades van pereciéndose crecientemente a la nación de que la aldea simplemente se convierte en una nación en miniatura.”

Não se trata apenas de que a idéia de fluxo se opõe ao pensamento estático; ela insinua, além do mais, a possibilidade de pensar tanto em rios caudalosos quanto em estreitos riachos, tanto em correntezas isoladas quanto em confluências, “redemoinhos” (como diz Barth acima), até mesmo vazamentos e viscosidades no fluxo de significados. (HANNERZ, 1997, p. 12).

Essas peculiaridades regionais e locais (atores, história, práticas sociais e etc.) se inter-relacionam com elementos globais (globalização econômica, mercado internacional, políticas exteriores, etc.) que, de alguma forma, se materializam naquilo que se chama de empírico. Outro aspecto relevante é que as maiores extensões das fronteiras do Brasil com seus vizinhos são fronteiras hídricas, ou seja, são divididas por rios.

Assim, se cada fronteira é o resultado de interesses expansionistas, podemos pensar neles no plural e, sobretudo, a partir da dimensão dos movimentos em diferentes temporalidades. Se as fronteiras são o resultado de misturas e hibridizações, são consideradas culturais, compreendidas como lugares de identidade e alteridade, assim, as populações fronteiriças estabelecendo hierarquias e criando discursos de identificação, reforçam estereótipos e atribuem significados ao real.⁵ (LUCENA, 2013, p. 46, tradução nossa).

Desta forma, a temática relacionada às fronteiras tem estimulado a fazer reflexões, acerca não só das formas institucionais que a humanidade faz uso para estabelecer sua territorialidade, mas também em escalas de como as pessoas que vivem efetivamente nos espaços de fronteira reagem a essa mistura de elementos subjetivos e materiais, formais e informais. Neste sentido um dos entrevistados alude as múltiplas escalas que atuam em um território de fronteira.

“[...] acabaram impondo um modelo sócio produtivo né, e de pensamento na região né, que acaba tendo uma grande influência neste processo de integração eu vejo, porque no meio desses aristocratas, desses estancieiros e desses colonizadores nós temos as comunidades primitivas e tradicionais que constituíram esta região e essas comunidades elas acabaram sendo deslocadas para as periferias da cidade, mas elas eram que habitavam nas áreas centrais, alguns migraram e outras foram dizimadas e outras se movimentaram para outras regiões aqui do Prata, bueno, onde é que eu quero chegar, que a iniciativa privada então que um pouco o que o Leandro Goya fala nos estudo dele, que a privatização do

⁵ “Entonces, si toda frontera es resultado de intereses expansionistas, se admite pensarlas en el plural y sobre todo, a partir de la dimensión de los movimientos en diferentes temporalidades. Si las fronteras son fruto de mezclas y de hibridaciones, son consideradas culturales, —comprendidas como lugares de identidad y de alteridad, así, las poblaciones fronterizas al establecer jerarquías y al crear discursos de identificación, refuerzan estereotipos y atribuyen significados al real.”

território, ou seja essa nova lógica produtiva privada trás todo um novo *modus operandi* de vida né para essa região que até então era uma vida mais comunitária em rede né não existia Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai era uma rede né de mobilidade entre as comunidades que existia, era um sistema digamos era um sistema sócio produtivo talvez um local complementasse o outro né, iam se auto complementando, e essa entrada da iniciativa privada que foi muito próxima da proclamação as repúblicas, metade do século 19 mais ou menos ali, mais ou menos no meio desse período se juntou com a nova organização político administrativo dos estado nacionais que tinham interesse primeiramente em se reorganizar enquanto uma nova república né e próximo disso a guerra do Paraguai que foi em 1860 e poucos, então tem esses três elementos a Guerra do Paraguai a Iniciativa privada e a Proclamação da República e digamos o suspiro final das missões né que finalizou em 1750 mas que depois de 100 anos tem resquícios, quase 200 anos ficou aqui em São Miguel mesmo tem relatos que em 1920 antes do primeiro governo Vargas o governo brasileiro não reconhecia esta região como território brasileiro, reconhecia como território espanhol, era como se fosse um gueto espanhol dentro do território brasileiro porque o governo não reconhecia, qual que era o principal, tem um historiador que eu li chamado Swartzmann tem um livro dele legal que fala isso, porque que ele não reconhecia, porque o governo não investia na região era uma forma de mostrar que ele não reconhecia como território brasileiro, tinha resquícios espanhóis tinha movimento, era como se fosse um espaço descartado que era da Espanha e o governo não tinha interesse, era no campo era ao léu, abandonada, não servia pra nada, era uma região de descarte como diz o Gagiotti, o pampa era uma região fadado ao fracasso, era uma região que não produzia para o fluxo do capital internacional do século XIX, então depois dessa lógica ao fadado ao fracasso surge o gado né o Gagiotti diz, como matéria a prima pro capital internacional daí que se cria as propriedades se cerca e se criam as fronteiras, e que acabam consequentemente sendo as primeiras, porque antes das fronteiras da estância nós tínhamos as fronteiras das missões, que as reduções eram organizadas em divisas também, só que tu não sabe precisar até onde ia uma ou outra, a estância de São Borja dizem que ia até Bagé, e é aí onde eu quero chegar ó, nós enquanto fronteiroço não conseguimos dimensionar quantos atores externos influenciam nesta região, desde o período das missões ali se tu for vindo depois que terminou as missões daí veio essa nova sesmaria né, tem atores que eram braços direito de imperadores de Governos de prefeitos de governadores que tinham uma relação muito forte com essa região, entendeu, e influência política, enfim, tem um documento muito legal, que eu acho que te ajudaria muito para o teu trabalho, pena que está fechado, tem que pegar o Clóvis na casa dele e pedir pra ele abrir pra ti, o Clóvis sabe qual que é o Benevenuto, tem uma carta no arquivo, do governador de Corrientes convidando o pessoal de São Borja para uma reunião para criarem a questão federativa que eles queriam criar [...].” (Pesquisador, professor universitário e morador local).

Essas fronteiras não separam somente os níveis: o local, o regional, o nacional, o mundial. Elas distinguem as zonas onde as pessoas devem se reduzir “à sua mais simples expressão”, ao seu “denominador comum”, para sobreviver – e as zonas onde podem se esparramar confortavelmente as pessoas, onde elas têm tempo e espaço, esses luxos essenciais. Fronteiras? Essa palavra frágil oculta o essencial. Linhas de fratura na homogeneidade, diremos nós, que desenham as verdadeiras configurações, muito acidentadas ainda que invisíveis aos olhares, do espaço social “real”. (LEFEBVRE, 2000, p. 430).

Para Lefebvre (2000, p. 132), os lugares não só se justapõem no espaço social, mas também “se interpõem, se compõem e às vezes se chocam”, tendo como sua resultante que:

Múltiplos fluxos atravessam esses espaços. O espaço social começa a aparecer em sua hiper-complexidade: unidades individuais e particularidades, fixidades relativas, movimentos, fluxos e ondas, uns se compenetraram, outros se afrontam etc.

Neste sentido, o do atravessamento do espaço por fluxos diversos, onde múltiplos atores se manifestam em escalas com mais ou menos poder e influência, pode se observar o discurso de alguns atores que representam algumas escalas do fazer desta fronteira. Para um dos entrevistados:

“[...] o que acontecia aqui vou te dizer, São Borja sempre foi um ninho de política, porque era terra do Jango e basicamente terra do Getúlio, no tempo do Getúlio era só política o Getúlio era irmão do Dr. Protásio que era do PSD e o Getúlio era do PTB, aquela coisa toda, então sempre vinha pra cá, o Getúlio foi ditador não sei quanto tempo depois presidente da república então era o foco [...]” (Morador local, advogado, político e ativista dos direitos humanos).

Com relação à configuração das escalas, a perspectiva de Santos (2006) sugere que o caráter mutante dos limites e seus conteúdos estão sujeitos a forças modificadoras, destas a primeira é o Estado, que ao zelar pelo “uso legítimo da força”, age sobre uma totalidade de pessoas e instituições.

Vista desse modo, a escala é um limite e um conteúdo, que estão sempre mudando, ao sabor das variáveis dinâmicas que decidem sobre o acontecer regional ou local. Que forças são capazes de produzir eventos que incidam, num mesmo momento, sobre áreas extensas? A primeira delas é o Estado, pelo seu “uso legítimo da força”, encarnado ou não no direito. A lei, ou o que toma seu nome, é, por natureza, geral. Assim, uma norma pública age sobre a totalidade das pessoas, das empresas, das instituições e do território. Essa é a superioridade da ação do Estado sobre outras macro organizações. Nem as instituições supranacionais, nem as empresas multinacionais têm esse poder. Se estas podem colher indiretamente

resultados globais, seus efeitos diretos são sobretudo pontuais ou lineares. (SANTOS, 2006, p. 98).

Para o autor, a região e o lugar não têm uma existência própria, e são resultantes de uma abstração, onde sua significação muda com o movimento do momento histórico ao qual se reporta. De acordo com Santos (2006, p. 109) “A cada momento histórico, tais recursos são distribuídos de diferentes maneiras e localmente combinados, o que acarreta uma diferenciação no interior do espaço total e confere a cada região ou lugar sua especificidade e definição particular”.

A luta pelo uso do espaço coloca em posição ativa as empresas gigantes e reserva às demais uma posição passiva, subordinada. Essa é uma situação de conflito, a ser mantida, atenuada, suprimida, segundo as circunstâncias, mas, em todo caso, regulada. O “mundo” não dispõe dos respectivos instrumentos de regulação, o que constitui tarefa do poder nacional e dos poderes locais, nos seus diversos níveis. Mas, enquanto no “mundo” só o que conta é o global, nos territórios nacionais, tudo conta. Empresas e instituições dos mais diversos níveis, e não só empresas gigantes, convivem no conflito. Convivência necessária, conflito inevitável. Quanto mais desigual a sociedade e a economia, tanto maior o conflito. É o caso dos países subdesenvolvidos, sobretudo em suas grandes cidades. Mas em todos os casos há conflitos reclamando regulação. (SANTOS, 2006, p. 228).

Assim, as escalas que representam os atores que compartilham o território, estabelecem uma relação de conflito pois, estão sempre em disputa pelo território, no caso da fronteira, nesta fronteira mais especificamente, a presença de inúmeros atores nacionais, internacionais, regionais e locais. Para Rambo e Rückert (2008, p. 100):

A questão da escala vem adquirindo relevância em função do processo globalizador estar deixando o espaço mais dinâmico, mais interconectado. Acaba-se estabelecendo um maior número de fluxos entre os lugares que tendem a assumir um caráter hegemônico ou hegemônico. Nessa realidade a escala acaba se caracterizando como um método eficiente que, ao estabelecer um subconjunto, torna sua compreensão possível.

Com relação às escalas estatais, Grimson (2000, p. 68) sugere que, além de uma trama de agentes estatais inerentes aos interesses pela função fronteira, “Em cada cidade e zona fronteira há pessoas que trabalham para passar as mercadorias para o outro lado, evitando os controles aduaneiros. Vivem ao atravessar a fronteira”.⁶

⁶ “En cada ciudad y espacio fronterizo hay personas que trabajan de pasar mercaderías al otro lado evitando los controles aduaneros. Viven de cruzar la frontera.”

Entre os atores políticos institucionais, é necessário diferenciar entre pelo menos três órgãos estatais. O Estado central estabelece e altera regulamentos comerciais e de segurança para as zonas fronteiriças, constrói sedes administrativas, envia funcionários de outras regiões, intervém na vida quotidiana da fronteira. Os governos estaduais/provinciais e as intendências/prefeituras não têm qualquer poder jurisdicional sobre a fronteira. No entanto, são importantes interlocutores e mediadores entre os atores locais e o Estado central. Em particular, as intendências/prefeituras têm ligações estreitas com atores locais e constituem o eixo da ação política em cada cidade.⁷ (GRIMSON, 2000, p. 67, tradução nossa).

Para Certeau (1998), o problema teórico da fronteira é “a quem pertence a fronteira?”, pois a dinâmica de passagem é precedida pela predisposição dos atores embricados no contexto seja o rio, a árvore ou a ponte, neste sentido o autor aloca a fronteira como sendo um espaço entre dois. Assim, os personagens da fronteira, norteados pelas escalas as quais estão vinculados, operam os dispositivos legais e ilegais neste espaço com uma dinâmica de dupla articulação, atuando em uma lógica que pode ser local ou global.

Desta forma pode-se observar, que o posicionamento da infraestrutura da Ponte Internacional da Integração foi construída em um local de fácil acesso rodoviário, nas margens do perímetro urbano das duas cidades, facilitando o fluxo da logística do transporte de mercadorias e veículos automotores, entretanto, ao impor este movimento de isolamento do urbano, transformou a mobilidade que havia entre as margens, o próprio bairro do Passo, que antes era por onde as mercadorias e pessoas “passavam”, não passam mais. Legalmente ao menos.

Problema teórico e prático da fronteira: a quem pertence a fronteira? O rio, a parede ou a árvore faz fronteira. Não tem o caráter de não-lugar que o traçado cartográfico supõe no limite. Tem um papel mediador. Também a narração o faz falar: “Pára!” - diz a floresta de onde sai o lobo. “Stop!” - diz o rio mostrando o seu jacaré. Mas este ator, pelo simples fato de ser a palavra do limite, cria a comunicação assim como a separação: e muito mais, só põe uma margem dizendo aquilo que o atravessa, vindo da outra margem. Articula. E também uma passagem. No relato, a fronteira funciona como um terceiro. Ela é um “entre dois” - “um espaço entre dois” [...]. (CERTEAU, 1998, p. 213).

⁷ “Entre los actores políticos institucionales es necesario diferenciar al menos tres instancias del estado. El estado central fija y cambia normativas comerciales y de seguridad para las zonas fronterizas, edifica sedes de administraciones, envía funcionarios de otras regiones, interviene en la vida cotidiana de la frontera. Los gobiernos estaduais/provinciales y las intendencias/ *prefeituras* no tienen poder jurisdiccional sobre la frontera. Sin embargo, son importantes interlocutores y mediadores entre actores locales y el estado central. En particular las intendencias/ *prefeituras* tienen una estrecha vinculación con los actores locales y constituyen el eje de la acción política de cada Ciudad.”

Ao se referir aos relatos como forma de produção e manutenção de práticas e ritos, Certeau (1998, p. 214), sugere que a função fronteira opera como intermediário entre dois, um espaço entre dois, ao estabelecer contato com a lógica as quais as escalas de atores operam, obtêm-se o perfil de suas construções sociais, e os relatos sobre a fronteira mudam a lógica interpretativa do objeto, “O relato, ao contrário, privilegia, por suas histórias de interação, uma “lógica da ambigüidade. ‘Muda’ a fronteira em ponto de passagem, e o rio em ponte”.

O espaço é tudo isso, mais a sociedade: cada fração da natureza abriga uma fração da sociedade atual. Assim, temos, paralelamente, de um lado, um conjunto de objetos geográficos distribuídos sobre um território, sua *configuração geográfica* ou sua *configuração espacial* e a maneira como esses objetos se dão aos nossos olhos, na sua continuidade visível, isto é, a paisagem; de outro lado, o que dá vida a esses objetos, seu princípio ativo, isto é, todos os processos sociais representativos de uma sociedade em um dado momento. O movimento dialético entre forma e conteúdo, a que o espaço, soma dos dois, preside, é, igualmente, o movimento dialético do todo social, apreendido na e através da realidade geográfica. Cada *localização* é, pois, um momento do imenso movimento do mundo, apreendido em um ponto geográfico, um lugar. Por isso mesmo, cada lugar está sempre mudando de significação, graças ao movimento social: a cada instante as frações da sociedade que lhe cabem não são as mesmas. (SANTOS, 1997, p. 2, grifos do autor).

Para Grimson (2000), o grande conflito da fronteira surge com a imposição de uma concepção de nação como uma falsa consciência imposta, e que os setores populares regem no sentido de contra resposta às pressões que sofrem, o autor sugere, em crítica direta às ideias de Abínzano (1993), que os mapas não incluem as dinâmicas de “*hermandad de los pueblos*”, assim, as populações da fronteira não são meras vítimas de um processo de nacionalização, mas sim, trabalham ativamente na construção de seus vínculos escalares.

Creio que ainda persiste na América Latina uma concepção (geralmente não explicitada) da nação como uma falsa consciência imposta pelas classes dominantes aos sectores populares que, no entanto, (e isto é uma dose de populismo) conseguem resistir a esta pressão. No Cone Sul, uma parte importante da investigação ainda enfatiza que as fronteiras “só têm uma existência real nos mapas” (Abínzano 1993:76) e numa suposta “irmandade de povos” que tende a essencializar e a desistorizar as relações sociais. Nesta perspectiva, as populações fronteiriças são concebidas apenas como vítimas das políticas de nacionalização do Estado e não como agentes ativos na construção das suas próprias filiações de identidade.⁸ (GRIMSON, 2000, p. 67, tradução nossa).

⁸ “Creo que aún persiste en América Latina una concepción (generalmente no explicitada) de la nación como falsa conciencia impuesta por clases dominantes a sectores populares que, sin

Ao que parece, a fronteira fornece a metáfora permanente da subjetivação e da objetivação dos vínculos que os povos têm entre si, ao evidenciar a complexidade de elementos que configuram as fronteiras, aduz-se à ideia de que os territórios, onde as fronteiras existem, são afetados de diferentes formas de contradições, e por diferentes escalas que operam em diferentes dinâmicas. Segundo Hall (2003, p. 161),

Há distintas contradições sociais cujas origens são também diversas; [...] as contradições que impulsionam os processos históricos nem sempre surgem no mesmo lugar, nem causam os mesmos efeitos históricos. Devemos pensar sobre a articulação entre as diversas contradições, sobre as distintas especificidades e durações pelas quais elas operam, sobre as diferentes modalidades nas quais funcionam.

Assim, as modulações operadas pelos atores nas práticas políticas, sociais e econômicas nesta fronteira funcionam de modo a apresentar uma “dupla articulação”, nos termos de Hall (2003, p. 167), uma articulação entre estrutura e prática, que tem impacto nos sujeitos. Para o autor, os sujeitos partem das condições dadas de existência e aplicam-nas em suas práticas.

Por “dupla articulação” quero dizer que a estrutura – as condições dadas de existência, a estrutura das determinações em qualquer situação – pode também ser compreendida, de outra perspectiva, como simples resultado de práticas anteriores. Pode-se dizer que uma estrutura é o resultado de práticas anteriormente estruturadas. Estas, portanto, constituem as “condições dadas”, o ponto de partida necessário, para novas gerações de práticas. Em nenhum caso deverá a “prática” ser tratada como algo transparentemente intencional; fazemos a história, mas com base em condições anteriores não produzidas por nós mesmos. A prática é a forma como uma estrutura é ativamente reproduzida. (HALL, 2003, p. 167).

O conceito de articulação em Hall (2003, p. 161) admite que uma dupla-articulação entre estrutura e prática, sendo que as práticas advêm das “condições dadas”, levando em conta que estas posições, estruturas e práticas se interseccionam. A articulação permite estabelecer melhor as estrutura e práticas em uma dimensão e situação específica.

embargo, (y esta es una dosis de populismo) consiguen resistir esa presión. En el Cono Sur una parte importante de las investigaciones aún hace hincapié en que las fronteras «solo tienen una existencia real en los mapas» (Abinzano 1993:76) y en una supuesta «hermandad de los pueblos» que tiende a esencializar y deshistorizar las relaciones sociales. Desde esa perspectiva, las poblaciones fronterizas son concebidas sólo como víctimas de las políticas de nacionalización del estado y no como agentes activos de la construcción de sus propias afiliaciones identitarias.”

A trama que se desenvolve a partir do tripé ponte, rio e margens se complexifica na medida em que se intersecciona com a fronteira, pois estes contextos e os fenômenos ligados a eles ocorrem concomitantemente, e de maneira síncrona e assíncrona. Este tripé, transforma e é transformado na medida em que se articula com atores e escalas que operam no entorno, esta relação influencia na vida das pessoas e instituições, a partir do senso comum. Pode-se dizer que a fronteira natural separa e a ponte é o artefato que une, contudo pode a ponte separar? Pode o rio unir? Este estudo está repleto de indícios destas respostas. Carneiro Filho (2008, p. 63), nos apresenta que:

Entre São Borja e Santo Tomé o comércio formiga praticamente acabou. Os chibeiros, nome dado na região às pessoas que fazem o contrabando formiga, traziam as mercadorias da Argentina através do porto de São Borja. Com a inauguração da ponte o porto encerrou suas atividades. As balsas foram levadas para outros municípios situados à margem do rio Uruguai. O local que abrigava o porto foi totalmente transformado. A prefeitura construiu um parque onde foi instalado um conjunto de restaurantes e bares com uma linda vista para o rio Uruguai. O bairro do Passo foi um dos que mais sofreu com o fim das atividades do porto. Nesse bairro, de população de baixa renda, existia um grande mercado popular de produtos trazidos por meio do contrabando formiga. As barracas se espalhavam ao longo das ruas próximas ao porto. Hoje não há mais esse comércio no bairro. Muitos dos seus moradores ficaram desempregados. Outros deixaram o bairro para tentar uma vida melhor em outro lugar.

Para compreender as escalas de atuação dos atores, é preciso entender o meio ecológico onde vivem e principalmente o papel das instituições na produção de bens, serviços e ideias.

A demanda de cada indivíduo como membro da sociedade total é respondida em parte pelas firmas e em parte pelas instituições. As firmas têm como função essencial a produção de bens, serviços e idéias. As instituições por seu turno produzem normas, ordens e legitimações. O meio ecológico é o conjunto de complexos territoriais que constituem a base física do trabalho humano. As infra-estruturas são o trabalho humano materializado e geografizado na forma de casas, plantações, caminhos, etc. (SANTOS, 1997, p. 5)

Ao observarmos mais de perto o território em análise, trata-se de um rio que é fronteira internacional, ou seja, divide dois países, e sobre isso Cibim (2012, p. 49), afirma que “O uso do recurso hídrico gera interesses comuns e individuais para cada Estado integrante desta unidade territorial, fazendo com que exista um jogo de poder entre os países e questionando a soberania de cada um”. Ou seja, a existência do conflito torna-se um sinalizador para a necessidade inerente de questionamentos

devido a multiplicidade de escalas e atores presentes no recorte. Para Cibim (2012, p. 29):

Se considerado um rio internacional que faz divisa entre dois ou mais países como o exutório principal de uma bacia hidrográfica, tem-se caracterizada uma bacia hidrográfica internacional transfronteiriça. A essa configuração de gestão territorial caracterizada como bacia hidrográfica internacional transfronteiriça ou não cabe regramentos específicos de direito internacional.

A opção de estudar fronteira diz respeito não só à observação de um objeto, ou à elaboração descritiva de como os processos da função fronteira funcionam, mas sim, de um lugar de observação, uma posição para um ponto de vista, conforme comentam Sandro Mezzadra e Neilson Brett (2013, p. 38, tradução nossa) a partir das ideias de Étienne Balibar (2002) sobre “polissemia” das fronteiras:

Se aceitarmos que os métodos tendem a produzir (frequentemente de forma contraditória e inesperada) os mundos que dizem descrever, para nós a questão da fronteira como método é algo que vai para além da metodologia. É, acima de tudo, uma questão política sobre o tipo de mundos e subjetividades sociais que são produzidos nas fronteiras e as formas como o pensamento e o conhecimento podem intervir nestes processos de produção. Por outras palavras, podemos dizer que para nós o método envolve tanto a ação sobre o mundo como o conhecimento sobre ele. Mais especificamente, trata-se da relação entre a ação e o conhecimento numa situação em que muitos regimes e práticas diferentes de conhecimento entram em conflito. A fronteira como método envolve a negociação das fronteiras entre os diferentes tipos de conhecimento que se refletem na fronteira e, ao fazê-lo, procura lançar luz sobre as subjetividades que são encarnadas através de tais conflitos. Por todas estas razões, para nós a fronteira não é tanto um objeto de investigação, mas sim um ponto de vista epistemológico que nos permite realizar uma análise crítica aguçada não só da forma como as relações de domínio, despossessão e exploração estão a ser redefinidas no presente, mas também das lutas que tomam forma em torno destas relações em mudança. A fronteira pode ser um método precisamente na medida em que é concebida como um local de luta. Como já salientamos enfaticamente, é a intensidade das lutas travadas nas fronteiras em todo o mundo que motiva a nossa investigação e elaborações teóricas. Uma vez investigadas as múltiplas práticas através das quais os migrantes desafiam diariamente as fronteiras, torna-se mais claro que as lutas fronteiriças são demasiadas vezes questões de vida ou de morte. Enquanto elaboramos um conceito mais amplo de lutas fronteiriças, que corresponde aquilo a que temos chamado a proliferação e heterogenização de fronteiras no mundo contemporâneo, nunca esquecemos esta materialidade. Este enfoque nas lutas também assegura a precisão da fronteira como método.⁹ (MEZZADRA, 2013, p. 38, tradução nossa).

⁹ “Si aceptamos que los métodos tienden a producir (a menudo, en formas contradictorias e inesperadas) los mundos que dicen describir, para nosotros la cuestión de la frontera como método es algo que supera lo metodológico. Es, sobre todas las cosas, una cuestión política acerca del tipo de mundos y subjetividades sociales que se producen en las fronteras y de los modos en los cuales el pensamiento y el conocimiento pueden intervenir en estos procesos de producción. En otras palabras, podemos decir que para nosotros el método supone tanto la acción sobre el mundo como

Para Balibar (2002, p. 76), o teórico que tem por objetivo definir o que é uma fronteira corre o risco de andar em círculos, pois, “[...] uma vez que a própria representação do limite é a condição prévia para qualquer definição do limite.”¹⁰, e alerta que uma definição simples sobre aquilo que constitui uma fronteira é absurda, visto que “[...] marcar uma fronteira é, precisamente, definir um território, delimitá-lo, e assim registrar a identidade desse território ou dar-lhe uma identidade.”¹¹.

Tanto para Mezzadra e Brett (2013) quanto Balibar (2002) a percepção da fronteira é um lugar institucional podendo ser materializado em qualquer lugar e incorporado aos mapas traçando as formas da cartografia disponível. Esta característica de institucionalidade na fronteira tem a ver com as questões de atuação sócio histórico das soberanias envolvidas na fronteira.

el conocimiento sobre el mismo. Mas específicamente, se trata de la relación entre la acción y el conocimiento en una situación en la cual muchos regímenes y prácticas de conocimiento diferentes entran en conflicto. La frontera como método supone negociar los límites entre los distintos tipos de conocimiento que se ven reflejados en la frontera y, al hacerlo, busca arrojar luz sobre las subjetividades que toman cuerpo a través de dichos conflictos. Por todas estas razones, para nosotros la frontera no es tanto un objeto de investigación como un punto de vista epistemológico que nos permite realizar un agudo análisis crítico no solo del modo en el que las relaciones de dominación, desposesión y explotación están siendo redefinidas en el presente sino también de las luchas que adquieren forma en torno a estas relaciones cambiantes. La frontera puede ser un método precisamente en la medida en que es concebida como un lugar de lucha. Tal como ya lo hemos señalado con énfasis, es la intensidad de las luchas libradas en las fronteras alrededor del mundo lo que motiva nuestra investigación y nuestras elaboraciones teóricas. Una vez que investigamos las múltiples prácticas a través de las cuales los migrantes desafían las fronteras a diario, se vuelve más claro el hecho de que las luchas de las fronteras constituyen demasiado a menudo asuntos de vida o muerte. Si bien elaboramos un concepto más amplio de luchas de fronteras, que se corresponde con aquello que hemos denominado la proliferación y heterogeneización de las fronteras en el mundo contemporáneo, nunca olvidamos esta materialidad. Este foco en las luchas también nos asegura la precisión de la frontera como método.”

¹⁰ “[...] ya que la misma representación de la frontera es la precondition para cualquier definición.”

¹¹ “[...] marcar una frontera es, precisamente, definir un territorio, delimitarlo, y así registrar la identidad de ese territorio o conferirle una.”

4 ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DE UMA ANTIGA ZONA DE FRONTEIRA

O presente capítulo aborda o recorte geográfico deste estudo, bem como localiza o leitor para os elementos que compõem a paisagem desta zona de fronteira, a importância histórica dos municípios citados no estudo e suas relações com o Rio Uruguai.

4.1 A Importância Estratégica de Antigos Povoados da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul

Primeiro chegaram as caravelas e, com elas, vieram outros povos que aqui permaneceram. Este contato trouxe, além de fronteiras, doenças, pilhagens e a escravidão. Trouxe, também, muito da identidade carregada nos dias de hoje, alicerçada nos processos sociais e históricos, os quais se pode gostar ou não.

Assim, quando se descrevem as fronteiras, não se trata apenas de significar um objeto simples e estático, tampouco se parece estar falando de algo objetivo e imóvel, parece mais uma tentativa de materializar simbolicamente algo em movimento, um movimento dialético, peculiaridade esta que possui inúmeras aplicações nas áreas do conhecimento, que vão desde a descrição genérica de “A arte de discutir”, “desenvolver raciocínios e apresentar argumentos”, até os pensamentos filosóficos que o apresentam como “Método de argumentação ou de exposição, que confronta sistematicamente fatos ou ideias contraditórios”. Ademais, a dialética aparece em várias correntes filosóficas desde o platonismo, o aristotelismo, o kantismo, o método hegeliano e pelo marxismo.

Como compreender a construção de uma fronteira com mais de 300 anos de história colonial (sem falar na história pré-colonial)? Como desvendar uma região que possui uma importância estratégica histórica, por ter sido ponto de referência para a navegação do chamado Rio da Prata, e por uma localização perto das estâncias ganadeiras das missões? Mapas, como o da Figura 3, ajudam a compreender este aspecto, visto que, por não haver estradas, são os rios os caminhos que o mapa aponta. Assim, é perceber as mudanças provocadas pela passagem do tempo, visto que os cenários de fronteira são cambiantes, ou seja,

estão em constante mutação, seja pelo seu caráter conflitivo, seja pelos acordos internacionais, estão sempre em “movimento”¹.

Figura 3 - Mapa traçado por José Sánchez Labrador (1717-1798)

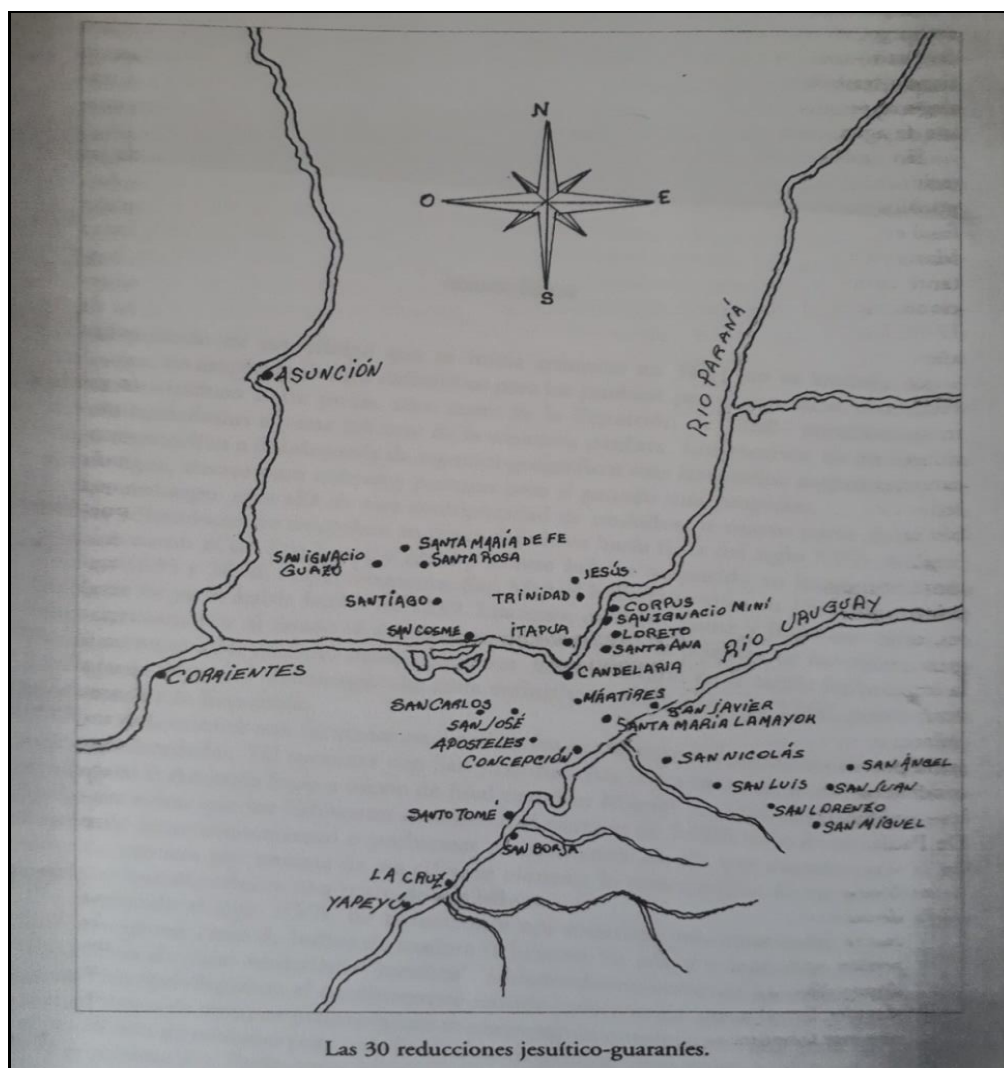


Fonte: Sélim Abou (1995, p. 58).

¹ Com o advento da Pandemia de COVID19 iniciada no ano de 2020, podemos ver o fechamento da fronteira do Brasil com a Argentina, provando o caráter mutante dos acordos e do formato da fronteira.

O recorte da presente pesquisa está diretamente relacionado ao Rio Uruguai, mais especificamente nos trechos das cidades-gêmeas de São Borja-Brasil, e Santo Tomé-Argentina. Geograficamente, estas cidades gêmeas localizam-se, respectivamente, nas regiões Sudoeste do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil e Departamento de Santo Tomé, Província de Corrientes, Argentina. Estas municipalidades também podem ser consideradas integrantes da chamada região histórica das Missões Jesuítico-Guaranis, da América do Sul.

Figura 4 - Mapa da configuração dos trinta povos das missões



Fonte: Furlong (1962, p. 405).

Para Costa (2013), a história da formação das cidades-gêmeas de Santo Tomé e São Borja deu-se a partir do projeto jesuítico-guarani, que se estabeleceu na Região Platina com a vinda da companhia de Jesus para a região, que, até meados do século XVIII, estava sob tutela do Império Espanhol. A partir do final do século

XVIII, mais precisamente após o Tratado de Madri (1750), e após a Guerra Guaranítica (1753-1756), a região, que antes estava intimamente ligada por laços linguísticos, afetivos e políticos, passou por uma ruptura. A fronteira entre o Império Português e o Império Espanhol passou a ser o Rio Uruguai e não mais São Martinho da Serra. Para Costa (2013, p. 49):

Para o bem ou para o mal, a partir desse instante, a fronteira entre o Império Português e o Império Espanhol foi deslocada da região de São Martinho da Serra para o rio Uruguai e apesar de todas as contestações ali permaneceu.

Figura 5 - Santo Tome – Anticua Reduccion



Fonte: Acervo do autor.

Para o geógrafo Muriel Pinto (2015), as referidas cidades estavam, estão e permanecerão ligadas por um passado em comum, que se manifesta na territorialização de práticas tradicionais em espaços sociais remanescentes:

No que diz respeito ao período reducional, a região foi sede de fundação de duas reduções Jesuítico-Guarani, as missões de San Tomé Apostól (1632) e São Francisco de Borja (1660). Cabe comentar que entre estas trinta reduções fundadas no entorno da Bacia do Prata, os povoados mencionados foram os únicos que praticamente estavam interligados através do rio Uruguai. Essas trajetórias históricas contribuíram para a materialização de marcadores territoriais, construção de narrativas

identitárias regionais, assim como de diversos imaginários sociais que vêm sendo vivenciados nos espaços sociais missionários. A região apresenta modos de vida tradicionais e remanescentes artísticos e urbanos do período reducional (séculos XVII e XVIII). Como sítios arqueológicos, estatuárias barrocas, crenças, saberes, mitos e lendas, patrimônios naturais, paisagens culturais e modos produtivos solidários. (PINTO, 2015, p. 19).

A partir do século XIX, vários conflitos envolvendo São Borja e Santo Tomé ocorreram, a partir de ações tomadas para o controle do trânsito e do comércio neste espaço. A zona fronteiriça São Borja/Santo Tomé esteve marcada por diversos conflitos históricos relevantes para o cenário político da América do Sul. Tais municipalidades fizeram parte de litígios importantes na formação do território, dentre estes a já mencionada guerra Jesuítico-Guarani (século XVI e XVII), as guerras pela independência da Região Platina e a independência do Brasil, bem como a edificação do Estado Argentino. Seus territórios serviram de entrada para a Guerra do Paraguai e foram locais de nascimento de personalidades políticas importantes para os dois países, como os personagens natos, Getúlio Vargas, João Goulart e Andresito Guacurari y Artigas, morada para ilustres estrangeiros, como o botânico Aimée Bompland e o Cônego João Pedro Gay.

Já sob a jurisdição dos nascentes estados modernos, o referido território vem traçando seus novos contornos e absorvendo novas práticas sociais, sem necessariamente abandonar as práticas tradicionais.

Havia três caminhos principais para se chegar e sair de São Borja, todos eles eram caminhos mistos, parte feito por terra, parte por via fluvial. Um destes caminhos seguia o seguinte trajeto: saindo de São Borja em direção a São Tiago do Boqueirão, daí chegando a São Martinho da Serra, descendo as difíceis picadas em direção da Depressão Central e Chegando a Rio Pardo ou Cachoeira, daí seguindo por água até Porto Alegre. O segundo caminho seguia por terra, ou pelo Rio Uruguai quando isto permitia, até o Rio Ibicuí, aí seguia-se pela margem do Ibicuí ou pelo rio, quando isto era possível, até as proximidades de Rio Pardo ou Cachoeira e seguindo por água para Porto Alegre. Um terceiro caminho, via rio Uruguai, nos trechos navegáveis, e por terra onde a navegação não era possível, se chegava até o povo de Salto na República Oriental do Uruguai ou até Restauração (Passo de Los Libres) Confederação Argentina e daí para Montevideu e para Buenos Aires. Existia também o chamado Caminho das Tropas que saia de São Borja passava por Cruz Alta e então seguia para as províncias localizadas a Norte do Rio Grande do Sul. Claro, além desses caminhos principais existiam outros caminhos alternativos e menos utilizados. (COSTA, 2013, p. 121).

A historiadora Márcia Volkmer, em uma das teses estudadas para este trabalho, aponta para a importância do Rio Uruguai e dos portos da fronteira oeste

para o comércio ultramarinho desde o Rio da Prata até o Paraguai. Para Volkmer (2013, p. 22), baseada nos estudos de Lilia Medrano (1989):

Através da alfândega de Uruguaiana, de portos e coletorias de Itaqui e São Borja, eram introduzidas mercadorias importadas de ultramar que abasteciam grande parte da metade oeste do estado do Rio Grande do Sul. Por esta via fluvial, a região vinculava-se ao comércio internacional: embarcações transportavam manufaturados europeus, e ao retornar traziam erva-mate, couros e produtos da lavoura local. É importante salientar o papel central da exportação de erva-mate produto de maior geração de riquezas para a Província depois dos produtos (bovinos) que, durante a maior parte da segunda metade do século XIX, teve pelo menos a metade de toda a sua produção estadual exportada pelo porto de Itaqui. Esses portos da fronteira gaúcha estavam ligados também ao Paraguai, de cuja rota tornaram-se portos centrais no movimento de reexportação de mercadorias.

Ao que parece, não só as características de natureza, cultura e dos habitantes podem ser usadas nos discursos da ciência, da política, do ativismo cultural ou da economia para distinguir a região frente às demais, mas também as práticas sociais históricas envolvem a identificação dos habitantes com sua região, tanto dentro quanto fora dela.

Atualmente, as duas cidades possuem suas características distintas, contudo, alguns elementos se articulam e, ao que parece, compartilham de alguns contextos, como a função fronteira, a qual tem forte caráter de controle e de passagem e que representa a dimensão nacional, formal e institucional. E que é representada não só pelas questões alfandegárias comerciais ou de migração, mas também em um espectro bem mais amplo de atuação, como no caso da legislação sobre a compra de terras nos dois países, tanto para o Brasil quanto para a Argentina esta região é uma Zona de Segurança, e, no caso argentino, por conta da Lei 26.737 (ARGENTINA, 2011), é relevante também por conter uma fonte de água importante e estratégica; no caso brasileiro o Decreto 85.064 (BRASIL, 1980) regula não só a compra de terras na faixa de fronteira (150 km), como também estabelece normas para o funcionamento de serviços de radiodifusão, atividades de mineração, colonização de loteamentos rurais, transações com imóveis rurais envolvendo estrangeiros, sua participação em empresas localizadas na região, auxílio financeiro aos municípios da faixa, inscrição em órgãos de registro e demais disposições gerais.

Há, ainda, o contexto histórico, primeiro de um passado ligado ao encontro e desencontro entre nativos e espanhóis, depois de um passado ligado aos nativos e espanhóis contra as Entradas e Bandeiras.²

4.2 A Transfronteira Simbólica e seus Efeitos

A Integração dos países sul-americanos não é uma proposta nova, de acordo com alguns autores, como Marcus Vinicius da Costa (2013), desde o século XIX existem esforços para a integração, embora nesta época a ênfase fosse aproximação das antigas colônias espanholas na América Latina, excluindo o Brasil. Cabe ressaltar aqui que a América do Sul é um continente onde fica evidente um aspecto do seu processo de colonização: a língua. Tem-se, na América do Sul, um total de doze países: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela. Destes, apenas o Brasil fala a língua portuguesa.

Tudo isso representou um duro golpe aos remanescentes do projeto jesuítico. Os *pueblos* ribeirinhos, da margem direita do Uruguai tiveram sua atividade econômica e comercial prejudicada, uma vez que, até então ainda existia um significativo comércio de trocas entre os diversos *pueblos*. São Borja e Santo Tomé tinham economias complementares e uma trocava com a outra os produtos que lhe faltava. A Conquista acelerou a desagregação da estrutura construída pelos jesuítas em decadência desde sua expulsão e marcou a implantação de uma nova estrutura administrativa, de propriedade e de relação de trabalho. A partir desse momento, Santo Tomé e São Borja ficaram sob a soberania de estados distintos. O rio Uruguai, que até então era a via de comércio por excelência e que cruzava dentro do território das reduções, lentamente, foi se tornando, também, uma fronteira entre estados distintos. (COSTA, 2013, p. 49).

Segundo o autor, os movimentos de independência dos países da região assinalavam a busca por uma América unificada e independente, capaz de enfrentar as ameaças externas de dominação política e econômica. Neste sentido, pode-se observar uma sucessão de tentativas múltiplas de aproximação de alguns países deste continente. O autor resalta que, já em 1826, foi realizado o Congresso do Panamá, que reuniu Colômbia, Guatemala, México e Peru e buscou criar uma Confederação entre os quatro países. Esse congresso não contou com a presença

² As Entradas e Bandeiras foram expedições pelo interior do Brasil no século XVII, por Entradas eram chamadas as incursões que eram custeadas pela Coroa Portuguesa mas não representaram a grande maioria das expedições realizadas; e as Bandeiras eram expedições custeadas por particulares, com o intuito de desbravar territórios, captura de nativos para trabalhos escravos e representam a maioria das expedições realizadas na época. (SOUSA, 2021).

de outras ex-colônias espanholas, que, naquele momento, já eram países independentes: Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai. Este acordo fracassou. (OLIVEIRA, 2014, p. 3).

Com a abertura dos rios da Bacia Platina à navegação internacional, a fronteira oeste do sul do Brasil receberia um grande incremento populacional e comercial. A exemplo de Itaquí, cidade portuária, outras cidades como Uruguiana e São Borja despontam como importantes praças mercantis no período. Todas se localizam no extremo oeste do Rio Grande do Sul, por sobre o limite geopolítico entre o Brasil e a Argentina. Essas cidades, pequenos núcleos populacionais urbanos que foram aparecendo em locais de acampamento ou fortificações militares no projeto de expansão português, rapidamente veem-se transformadas a partir de meados do século XIX. (VOLKMER, 2013, p. 22).

Em 1889, ocorreu a Primeira Conferência do Pan-Americanismo. A partir dessa primeira conferência, foram realizadas mais nove. Na IX Conferência Pan-Americana, realizada em Bogotá (1948), foi criada a Organização dos Estados Americanos (OEA). Segundo o autor, tanto as conferências pan-americanas quanto a OEA representam projetos de integração capitaneados pelos Estados Unidos, não se enquadrando como projetos de integração Sul ou latino-americana. Contudo, acabou por eclipsar a integração no subcontinente até meados do século XX. (OLIVEIRA, 2014).

Segundo os estudos deste pesquisador, é a partir das décadas de 1950 e 1960 que projetos de integração voltam a surgir na América Latina sob a anuência da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), criada em 1948 pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC).

A perspectiva da CEPAL contribuiu para iniciativas regionais na América Latina entre os anos 1960 e 1980. Para Oliveira (2014, p. 5), a primeira dessas iniciativas foi a criação do Mercado Comum Centro-Americano (MCCA), em dezembro de 1960. Outra iniciativa desse período, a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), contou com Argentina, Brasil, Chile, México, Paraguai, Peru e Uruguai como membros fundadores. Na década de 1970, Bolívia, Equador e Venezuela passam a fazer parte dessa associação. Essa Associação é transformada, em 1980, em Associação Latino-Americana de Integração (ALADI).

O autor destaca, ainda, o Pacto Andino, criado a partir do Acordo de Cartagena, de 1969. Este pacto visava acelerar o desenvolvimento dos países

membros Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Chile. A partir de 1996, o Pacto Andino passou a ser chamado de Comunidade Andina (CAN). (OLIVEIRA, 2014, p. 5).

Apesar dessa multiplicidade de iniciativas e organizações, um enfoque propriamente sul-americano e um fenômeno mais recente foram iniciados nos anos 1980 e aprofundados nas décadas posteriores, dentre eles, a Declaração de Iguaçu, que veio a formalizar e reforçar o interesse do Brasil e da Argentina em uma integração econômica e política regional do Cone Sul. Vale ressaltar que os dois países acabavam de sair de um período político obscuro e enfrentavam a necessidade de reorientar suas economias.

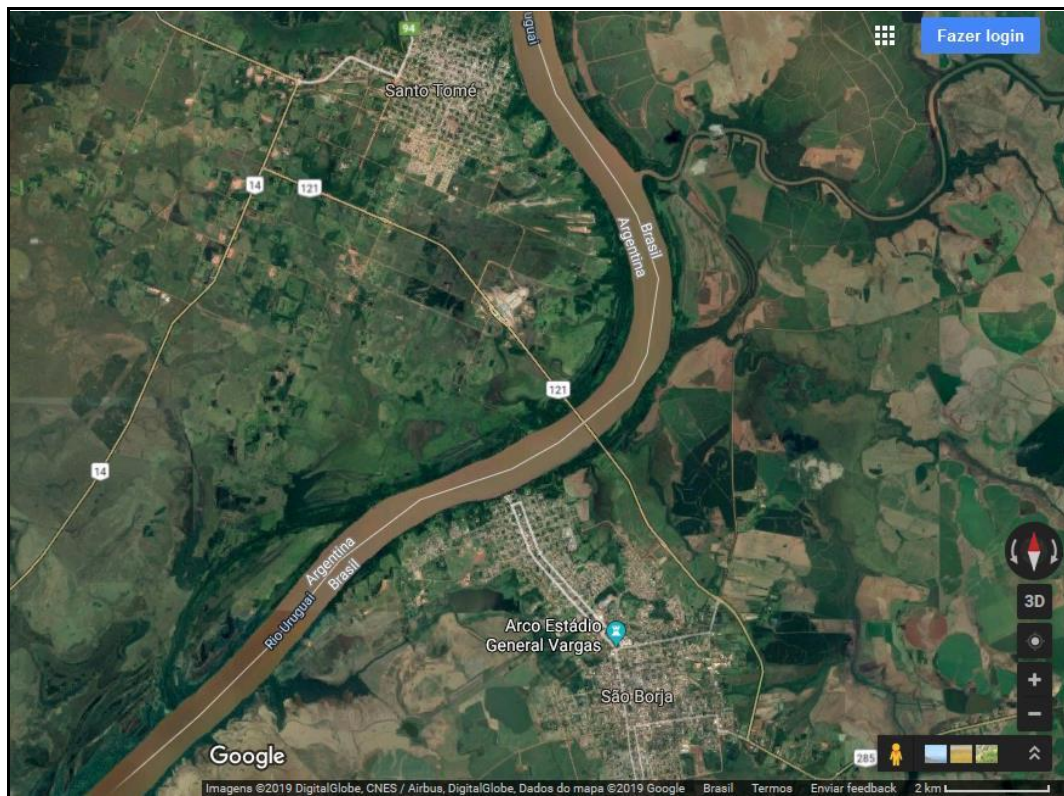
Após esta iniciativa, outras foram aparecendo. Segundo Rubiatty (2014), em 1988, o Uruguai demonstrou interesse na integração proposta. Em 1989, foi assinado o Tratado de Integração, Cooperação Econômica e Desenvolvimento. Em 1991, o Tratado de Assunção e Protocolo de Brasília. Já em 1994, foi assinada a Tarifa Externa Comum e o Protocolo de Ouro Preto. Em 1998, o Protocolo de Ushuaia. No ano 2000 surgiu a iniciativa da Integração da Infra Estrutura Regional Sul-Americana (IIRSA). Em 2004, ocorreu a Criação do Fundo para a Convergência Estrutural do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e a criação da Comunidade Sul-Americana das Nações (CASA). Em 2006, ocorreu o interesse da Venezuela em integrar o Mercosul. Em 2008, ocorreu a criação da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) e, em 2012, o Protocolo de Adesão da Bolívia ao Mercosul, a suspensão do Paraguai e a entrada formal da Venezuela no bloco.

O Mercosul e a UNASUL apresentam diferentes focos e, portanto, representam diferentes formas de encarar a ideia de integração e cooperação entre seus membros.

Para Milani *et al.* (2014), o período de aproximação dos países sul-americanos coincidiu com o momento de redemocratização destes Estados, sendo que a aproximação bilateral Brasil x Argentina contribuiu para aumentar as credenciais democráticas de ambos os Estados em suas respectivas estratégias de inserção internacional.

Ademais, a tese de Márcio Scherma (2015) sobre *As políticas brasileiras para a faixa de fronteira: um olhar a partir das relações internacionais* contextualiza a mudança de agenda do governo brasileiro para com a fronteira, deixando de ser um espaço de debate exclusivamente militarizado e de segurança para, enfim, buscar uma ênfase nas relações de cooperação e integração entre países vizinhos.

Figura 6 - Localização da fronteira São Borja-Brasil/Santo Tomé-Argentina



Fonte: Google Maps (2019).

Figura 7 - Visão noturna da região platina



Fonte: NASA Earth at Nigth (2020).

4.3 Um Rio e suas Margens: Distintos Usos do Rio Uruguai no Percurso do Tempo

O Rio Uruguai, juntamente com o Rio Paraná e o Rio Paraguai, drena águas de áreas de países como Brasil, Bolívia, Paraguai, Argentina e Uruguai. Os rios Uruguai e Paraguai, ao desembocarem juntos no Estuário do Prata, formam o chamado Rio da Prata, muito mencionado entre os exploradores do século XVII e XVIII, e com importância estratégica para a logística hidroviária da região por séculos e que, pela importância, dá nome ao país Argentina (*Argentum* em latim). Segundo Pontes (2016, p. 20):

A Bacia Hidrográfica do Prata (BHP) é a segunda maior na América do Sul em vazão média e área de drenagem, perdendo apenas para a Bacia Amazônica. Também é a quinta maior bacia hidrográfica do mundo em termos de área de drenagem, drenando cerca de 3 milhões de quilômetros quadrados em cinco países na América do Sul: Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai (Figura 3.1). Dentre os cinco países que compartilham a área da bacia, o Brasil possui a maior porcentagem (46% da área total), seguido da Argentina (30%), Paraguai (13%), Bolívia (7%) e Uruguai (5%) (García e Vargas, 1996).

De acordo com o relatório de Estudos de Inventário Hidroelétrico da Bacia do Rio Uruguai, esta bacia abrange uma área de aproximadamente 384.000 km², sendo 174.494 km² no Brasil, o que equivale a 2% do território brasileiro. Está situado na região sul, compreendendo 46.000 km² do estado de Santa Catarina e 130.000 km² no estado do Rio Grande do Sul.

Os limites geográficos da bacia do Rio Uruguai se delimitam ao norte e nordeste pela Serra Geral, ao sul pela fronteira com a República Oriental do Uruguai, a leste pela Depressão Central Rio-Grandense e a oeste pela Argentina.

“Por suas dimensões, a bacia hidrográfica do Rio Uruguai é um dos mais importantes corredores de biodiversidade do Cone Sul, apresentando em sua fauna diversas espécies endêmicas ou em vias de extinção.” (ELETROBRAS, 2010, p. 6).

Observando ao largo do Rio Uruguai, se percebe inúmeras formas de exploração dos recursos, tais como: lavouras de arroz e soja, pontes, usinas hidroelétricas, adutoras, pesca artesanal, potencial turístico e, em destaque, a população ribeirinha, que preserva saberes ancestrais e artefatos locais, dentre outras possibilidades.

Parte-se, portanto, de que estas ações desencadeiam uma série de repercussões nas regiões onde atuam. Todas estas formas de utilização geram uma série de consequências positivas, como a arrecadação de tributos, a geração de empregos, a aplicação de recursos públicos e privados na região. Contudo, existem, também, as consequências negativas, que podem estar relacionadas aos impactos ambientais, à má aplicação dos recursos, à falta de planejamento de medidas mitigantes, etc.

Segundo informações da Agência Nacional das Águas e Saneamento Básico (2015), a bacia do Rio Uruguai apresenta baixo nível de tratamento de esgotos, o transporte, a diluição e a assimilação dos efluentes urbanos, rurais (suíno e avicultura intensivos) e industriais (produção de celulose) causam degradação da qualidade das águas, impactando o abastecimento das populações e outros aspectos sanitários.

Quadro 3 - Abrangência da bacia do Rio Uruguai

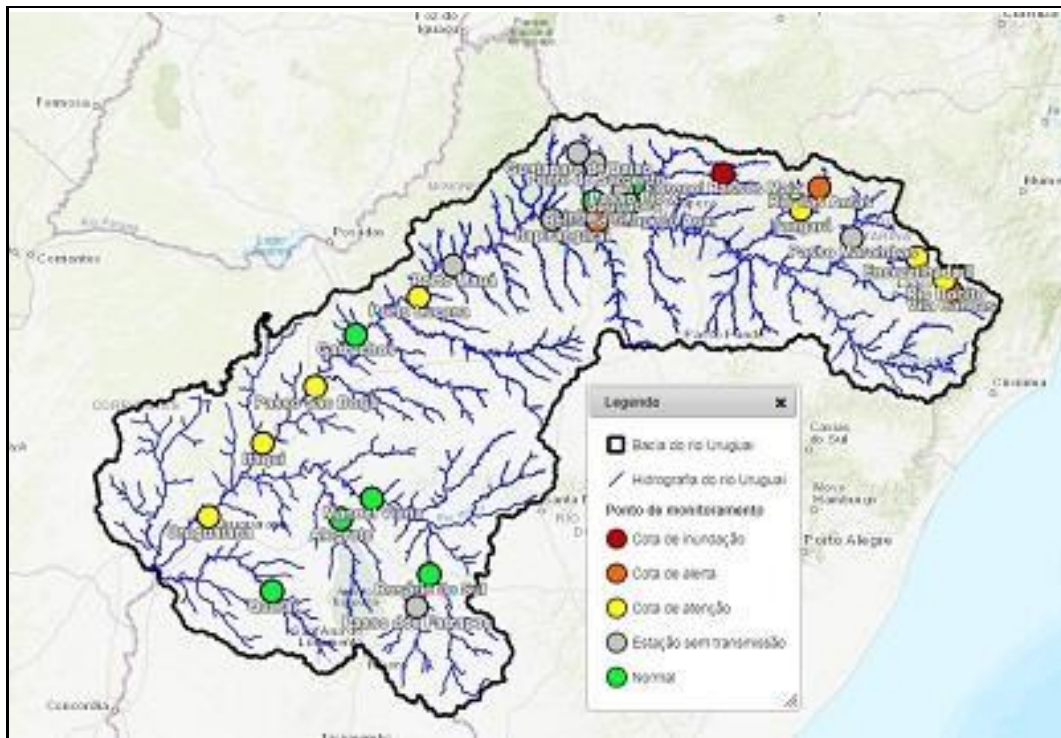
| Unidades Hidrográficas | Area aprox. (km ²) | Cidades | População Total |
|------------------------|--------------------------------|---------|-----------------|
| Uruguai Internacional | 98.257 | 107 | 1.582.538 |
| Uruguai Nacional | 76.544 | 247 | 2.340.335 |
| Região hidrográfica | 174.801 | 354 | 3.922.873 |

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da ANA (2015, p. 156).

Ademais, segundo o relatório sobre a conjuntura dos recursos hídricos no Brasil, elaborado pela Agência Nacional das Águas e Saneamento Básico (ANA), a região hidrográfica do Uruguai apresenta um grande potencial hidrelétrico, apresentando principalmente uma grande capacidade total, considerando-se os lados brasileiro e uruguaio, de produção de 40,5 Kw/km², ou seja, uma das maiores relações energia/km² do mundo.

Alguns elementos são bastante preocupantes no que tange a atual utilização dos recursos desta bacia, segundo o mesmo relatório, a situação da demanda/disponibilidade hídrica desta bacia é preocupante, crítica ou muito crítica, devido aos conflitos entre a irrigação, que representa 82 % da demanda total da bacia, principalmente de arroz irrigado por inundação, e o consumo humano, bem como os baixos níveis de tratamento de efluentes. De acordo com a Agência Nacional das Águas e Saneamento Básico (ANA) (2015, p. 151), “A área irrigada, em 2012, foi de aprox. 455.600 ha (7,9 % do Brasil), com destaque para a irrigação de arroz por inundação, a qual conflita com abastecimento humano [...]”.

Figura 10 - Capilaridades da Bacia hidrográfica do Rio Uruguai em território brasileiro



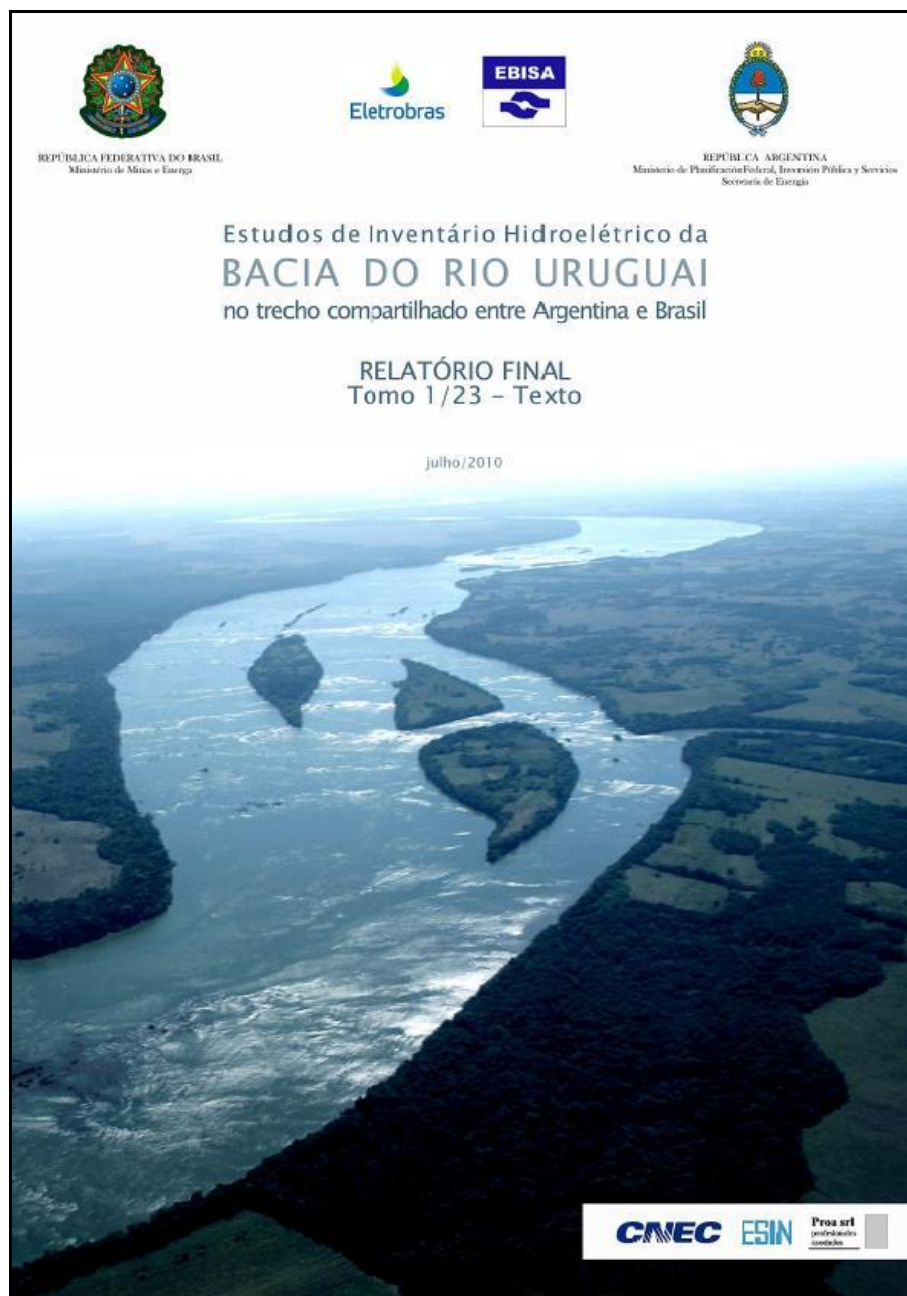
Fonte: ANA (2015, p. 155).

O Rio Uruguai possui um regime muito variável, com dois períodos de inundação separados pelos meses menos chuvosos de janeiro e agosto, o que interfere nas relações das pessoas com o rio, pois, algumas características geomorfológicas como esta, fazem com que este seja um rio de difícil planejamento hídrico.

Caracterizado por precipitação intensa em forma de enxurradas com atividade elétrica e ventos intensos. O entalhe forma vales profundos em "V", com desníveis topográficos que alcançam valores da ordem de 200 m a 300 m e que, à medida que avança em direção a sua desembocadura, apresenta um relevo mais suavizado. Esse entalhe também se reflete nos afluentes, o que provoca o ressecamento do altiplano, formando um relevo serrano. (ELETROBRAS, 2010, p. 4).

Por correr em declive rumo ao oceano Atlântico, e em leito rochoso, o Rio Uruguai possui uma baixa capacidade de armazenamento, ficando sujeito a graves estiagens por falta de precipitação, como ocorreu no verão de 2020, uma seca histórica, onde quase dava para atravessar a pé a fronteira.

Figura 11 - Capa dos Estudos de Inventário Hidroelétrico do Rio Uruguai



Fonte: Eletrobrás (2010).

Outro elemento importante para compreender os usos do rio é a comparação da concentração de nutrientes, que é mais elevada no Rio Uruguai do que a do Rio Paraná. De acordo com os Estudos de Inventário Hidroelétrico do Rio Uruguai (ELETROBRAS, 2010), os afluentes da margem brasileira contribuem com uma alta carga de fósforo, originada pelo carreamento superficial de solos, provenientes da intensa atividade agrícola.

As principais fontes de poluição provêm do lançamento de efluentes domésticos sem tratamento, industriais e de atividades pecuárias (criação de suínos e de aves) concentradas na sub-bacia do Alto Uruguai e agrícolas procedentes de áreas de cultivo de soja, milho, trigo e arroz, no Médio Uruguai. Na Argentina a atividade agrícola está menos desenvolvida. (ELETROBRAS, 2010, p. 6).

Figura 12 - Diferença entre usos agrícolas e florestais das margens do Rio Uruguai entre Brasil e Argentina



Fonte: Adaptado de Google Maps (2020).

O Rio Uruguai só é navegável longitudinalmente em alguns trechos, quando em águas altas (época das cheias), pois com águas médias e baixas, as numerosas corredeiras e soleiras rochosas que existem em seu curso não têm suficiente profundidade para permitir a passagem de embarcações de certo porte. Somente existe navegação em trechos isolados e serviços de travessia entre localidades argentinas e brasileiras, com embarcações de pouco calado.

Figura 13 - Captação de água do Rio Uruguai na seca de 2020



Fonte: Acervo do autor.

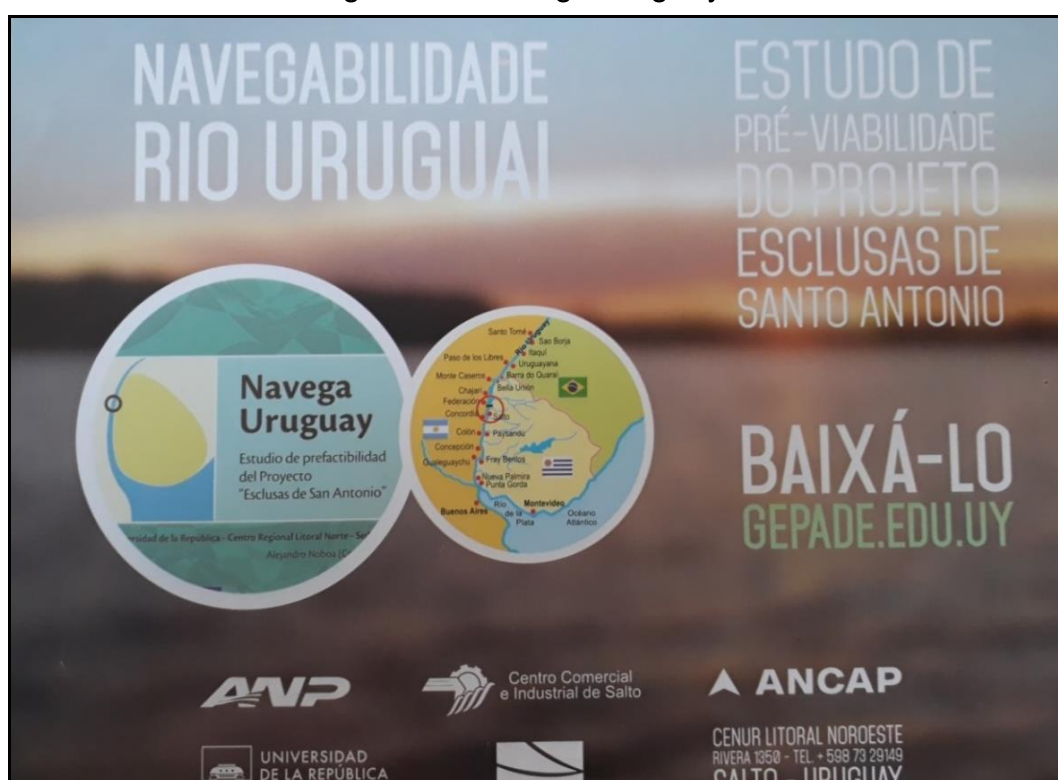
Os pontos de travessia atualmente existentes são via ponte entre os municípios de Uruguaiana (BR) e Passo de Los Libres (AR) e São Borja (BR) e Santo Tomé (AR), via navegação oficial por balsas. Segundo dados da Capitania dos Portos do RS, ocorrem entre os municípios de:

- a) Itaqui (BR) x Alvear (AR);
- b) Porto Xavier (BR) x San Xavier (AR);
- c) Porto Vera Cruz (BR) x Panambi (AR);
- d) Porto Mauá (BR) x Alba Posse (AR);
- e) Porto Soberbo (BR) x El Soberbio (AR);
- f) Barra do Grarita (RS) x Itapiranga (SC).

Entretanto, existem projetos e iniciativas que demandariam investimento público-privado, mas que são fomentados a partir, principalmente, das Universidades da Região, como é o caso do projeto *Navega Uruguay*, Figura 14, capitaneado pela Universidade da República (UDELAR), na pessoa do professor Dr. Alejandro Noboa (2016, p. 26, tradução nossa), que destaca:

A habilitação de uma via navegável abre uma porta principalmente a um enorme potencial produtivo na zona de influência formada por parte do Estado do Rio Grande do Sul (Região Funcional RF-6), a província de Corrientes e os departamentos de Artigas e Salto, no âmbito da bacia hidrográfica do Uruguai [...]. A abertura do mercado e o intercâmbio comercial representado pela via navegável é verificado a nível regional e com o exterior. No primeiro caso, a área com acesso ao baixo Uruguai e ao Rio da Prata, bem como ao Atlântico (São Paulo e Rio de Janeiro), está ligada à área do Médio Uruguai a montante de Salto Grande através do ESM. Os principais produtos que necessitam de transporte: soja, arroz, milho, madeira, citrinos, chá e erva-mate, podem ser embalados de diferentes formas e podem optar pelo transporte terrestre ou fluvial. a tradução.³

Figura 14 - Navega Uruguay



Fonte: Panfleto entregue em uma reunião na Unipampa (2015).

Assim, pode-se observar a complexidade das relações imbricadas ao longo do curso de um rio que, além de marcador territorial, é a própria fronteira em si, no sentido amplo de limites e também como ligação entre sociedades.

³ “La habilitación de la Hidrovía abre una puerta principalmente de salida a un enorme potencial de producción del área de influencia conformada por parte del estado de Río Grande del Sur (Región Funcional RF-6), de la provincia de Corrientes y los departamentos de Artigas y Salto, dentro del ámbito de la cuenca del río Uruguay [...]. La apertura de mercado y el intercambio comercial que representa la Hidrovía se verifica en el nivel regional y con el exterior. En el primer caso el área con acceso al bajo Uruguay y al Río de la Plata, así como del Atlántico (San Pablo y Río de Janeiro), se conecta con el área del medio Uruguay aguas arriba de Salto Grande a través de las ESM. Los principales productos que demandan transporte: soja, arroz, maíz, madera, cítricos, té y yerba mate, podrán presentar distintos acondicionamientos y optar por la vía terrestre ó fluvial.”

Nas últimas décadas, o Rio Uruguai tornou-se uma via estratégica para as relações comerciais do Conesul⁴. Em 1997, foi construída a ponte da integração na fronteira São Borja-Santo Tomé. Até então, o traslado entre as duas municipalidades ocorria via balsa, que ligava o porto do lado brasileiro até o chamado porto do Formigueiro, do lado argentino.

A antiga navegação do Rio Uruguai, que já foi vista anteriormente com Volkmer (2013), e que representava muito para a economia local, se desfez pela ação do tempo e do homem. A Figura 17 representa, atualmente, as regiões de hidrovias brasileiras, concentradas no norte e no centro oeste.

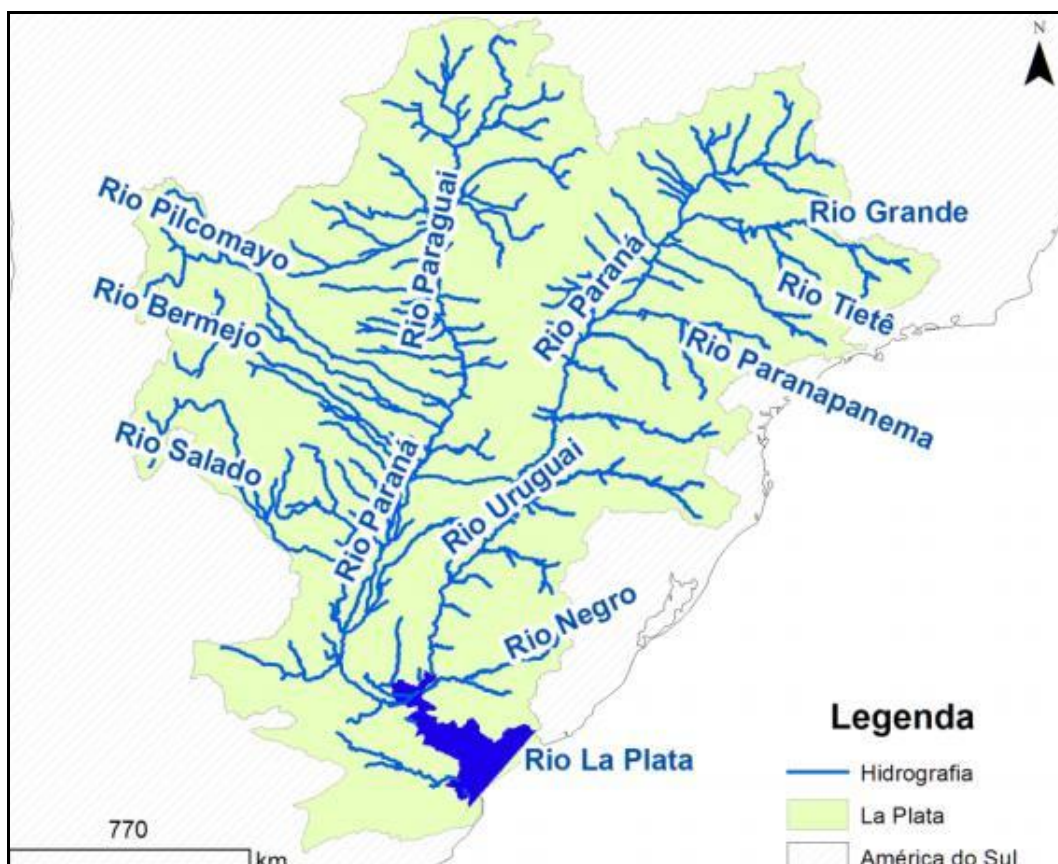
⁴ “Cone Sul (em castelhano: Cono Sur) é uma região composta pelas zonas austrais da América do **Sul**, ao **sul** do Trópico de Capricórnio, formando uma espécie de grande península que define o **sul** do subcontinente.” (JESUS, 2021, grifos do autor).

Figura 15 - Sedimentos do Rio Uruguai na bacia do Rio da Prata



Fonte: NASA (2002).

Figura 16 - Bacia hidrográfica do Rio da Prata



Fonte: Pontes (2016, p. 39).

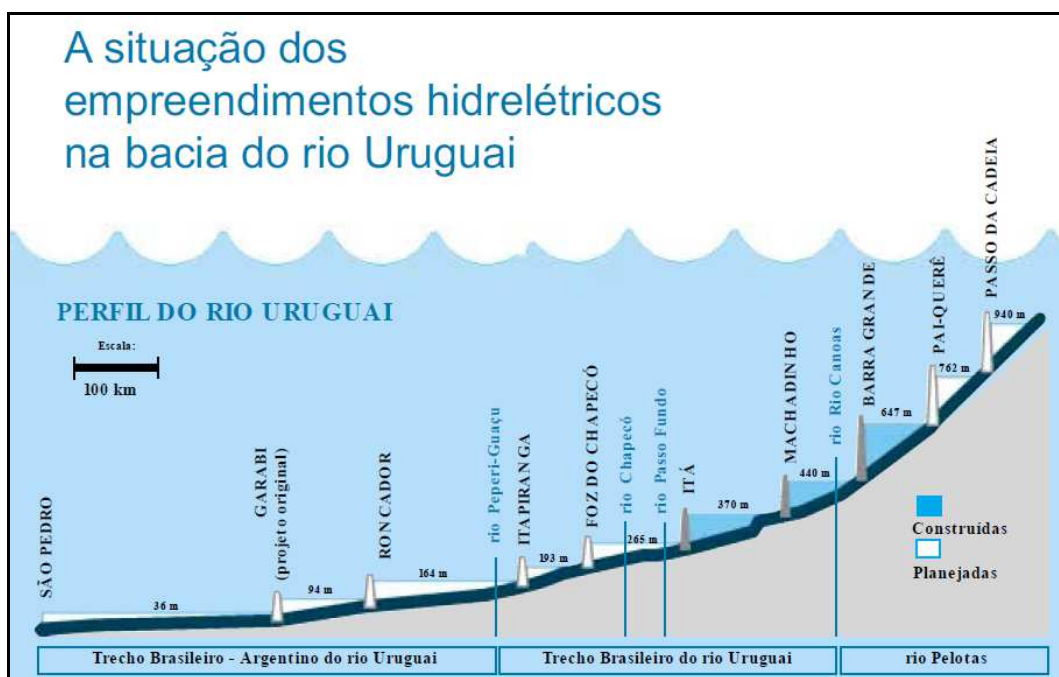
Figura 17 - Hidrovias no Brasil



Fonte: Anuário da ANTAQ⁵.

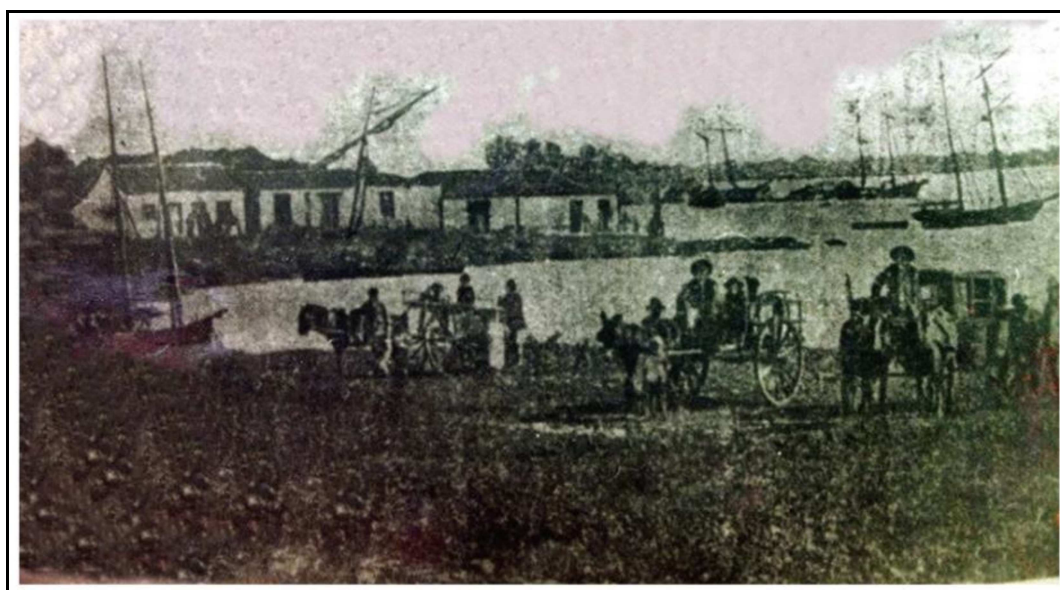
⁵ Gráfico disponível no anuário da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), requer cadastro e login para acesso. (ANTAQ, 2021).

Figura 18 - Empreendimentos hidroelétricos no Rio Uruguai



Fonte: Eletrobrás (2010).

Figura 19 - Navegação fluvial em São Borja (1825)



Fonte: Acervo pessoal de Clóvis Benevenuto.

Figura 20 - Primeira expedição de pesquisa ao Rio Uruguai



Fonte: Acervo Iohan Espindola.

Partindo de uma análise do histórico sobre as dinâmicas regionais entre os países vizinhos, demonstrada inclusive pelas fotos e pelas falas dos atores entrevistados, pode-se perceber a interação presente nos territórios dos países mencionados.

De acordo com o inventário hidroelétrico, a bacia do Rio Uruguai forma parte da drenagem geral do Rio da Prata, que tem como afluentes principais os rios Paraná, Paraguai e Uruguai, drenando áreas do Brasil, Bolívia, Paraguai, Argentina e Uruguai.

A concentração de nutrientes do Rio Uruguai é elevada, quando comparada com a do Rio Paraná. Os afluentes da margem brasileira contribuem com uma alta carga de fósforo, originada pelo carregamento superficial de solos, provenientes da intensa atividade agrícola.

As principais fontes de poluição provêm do lançamento de efluentes domésticos sem tratamento, industriais e de atividades pecuárias (criação de suínos e de aves), concentradas na sub-bacia do Alto Uruguai, e agrícolas, procedentes de áreas de cultivo de soja, milho, trigo e arroz, no Médio Uruguai. Na Argentina, a atividade agrícola está menos desenvolvida.

Como características principais, o Rio Uruguai possui uma baixa capacidade de armazenamento, o relevo acidentado no trecho alto da Bacia, trecho mais plano na região da Campanha Gaúcha, com solo pouco profundo, o que faz com que ele escoe em leito rochoso. Isso implica em inundações nas áreas ribeirinhas, nos períodos de precipitações intensas. Do mesmo modo, quando ocorrem períodos de estiagens, há uma dificuldade para garantir o atendimento das demandas. Por ter um regime de chuvas variado, dificulta o planejamento da utilização da água na Bacia.

Diferentemente do que acontecia com o rio Jacuí, o rio Uruguai não recebia a mesma atenção. Segundo o viajante Avé-Lallemant o rio poderia ser melhor utilizado mas, conforme diziam os habitantes da região, era tratado pelas pessoas importantes de Porto Alegre como um enteado, pois acreditava-se que desenvolvendo-se o comércio no Oeste da província prejudicaria os comerciantes do Leste. Eram raros os trabalhos de manutenção desse importante Rio. Somente com muita insistência, a Câmara de São Borja conseguiu a desobstrução da cachoeira do Botui, seu principal problema de navegação. A cachoeira do Botui estava localizada na foz do afluente com o mesmo nome, entre São Borja e Itaqui, possuía cerca de uma milha de comprimento, cruzando praticamente todo o rio. Na vazante, tornava a navegação muito difícil. Pensou-se, inclusive, na construção de um canal para facilitar esta navegação. Apesar dessa dificuldade, diversas embarcações singravam o rio Uruguai. Durante muito tempo o Vapor Uruguai navegou o rio Uruguai ligando São Borja ao porto de Constituição porém, devido aos problemas de navegação e as cachoeiras, o Vapor só conseguia cumprir todo seu trajeto com o rio cheio. (COSTA, 2013, p. 149).

Em termos de integração regional, o fluxo viário é o único aspecto que se destaca na faixa de fronteira. Embora os corredores logísticos mais importantes do Mercosul da região passem pelas pontes que ligam Uruguiana a Paso de los Libres e São Borja a Santo Tomé, outras localidades situadas às margens do Rio Uruguai, como San Javier e Porto Xavier, ou Alba Posse e Porto Mauá possuem forte integração local.

“E uma coisa que eu vejo nos outros estados e a gente acabou deixando de fora e uma coisa que tem muito a ver com o desenvolvimento que é o aproveitamento dos recursos do rio né a gente não usa o rio para logística não usa para entretenimento não aproveita o recurso hídrico para nada hoje tem ideia bom fazer uma usina, mas tem tantas outras atividades talvez poderiam ser incluídas numa matriz de desenvolvimento né a gente sabe que não adianta fomentar uma linha de desenvolvimento tem que criar um portfólio de as ações que fomentem o desenvolvimento social, cultural, econômico né que financia essas coisas. E isso aí se não fizer um estudo bem feito porque hoje né não temos mais ferrovia a hidrovía

seria uma saída para transporte no momento que fizer essas para adaptar para hidrovía tem que ver se não vai ficar inavegável o rio não vão poder navegar. Onde a câmara binacional funcionasse pelo menos agora a Kátia Abreu conseguiu fazer o decreto isso é uma conquista que vem a tempo pedindo que abra as portas da infraestrutura porque as pessoas pra irem para Argentina de São Borja para Santo Tomé não precisariam ficar na fila. Então tu vê isso tudo por isso deveria ser facilitado não precisava os estudantes que estudam lá não precisavam passar na fila só precisava passar uma carteirinha e passa tem que. Daí eles prometeram de fazer um cartão diferenciado para as pessoas que estudam lá para não ficarem em fila. Aqui eu tenho alguma coisa a respeito do ônibus também. O ônibus que fazia esse trajeto daqui a Santo Tomé o que aconteceu que era o Cruzeiro del Norte parou de fazer alegando que não tinha público, não tinha demanda para levar. Daí nós intimamos tanto a Decon (a câmara binacional intimou) para que eles façam ou desistam aí eles mandaram o documento dizendo que não vão fazer mais e que nós poderíamos fazer no caso Decon poderia fazer uma nova licitação. Então está em processo de nova licitação que é importante porque as pessoas vão fazer compra no lado de lá. O ônibus não está funcionando deve funcionar em seguida porque o processo de licitação deve ter sido aberto e já se sabe que lá na Argentina tem um empresa interessada então isso já facilita um pouco, mas tá demorando é que tudo é lento quando fala em dois países. A gente tem mais facilidade com os vereadores do lado de lá. É que a gente tem essa facilidade, mas até chegar. Tem a questão do ônibus que recebemos que tem gente interessada. Agora estamos cutucando para agilizar isso daí.” (Presidente da Câmara Binacional Brasil/Argentina e vereador).

4.4 Se o Rio é como uma Porta, uma Ponte Serve Pra Quê?

Superado o obstáculo, a ponte simboliza a extensão da nossa esfera volitiva no espaço. Para nós, e só para nós, as margens do rio não são apenas exteriores uma à outra, mas "separadas"; e a noção de separação estaria despojada de sentido se não houvésssemos começado por uni-las, nos nossos pensamentos finalizados, nas nossas necessidades, na nossa imaginação. (SIMMEL, 1996, p. 11).

“O meu avô tinha açougue e tinha charqueada, aqui no passo, tinha um mundão de galpão aqui, e esse charque todo ia pra Uruguaiana no tempo em que esse rio era bem navegável, vinham de lá chatas à vapor, claro o rio vivia sempre cheio, depois que criaram a ferroviária e a rodoviárias e esvaziou, meu avô contava que o transporte antigamente era só de carreta, iam a Santa Maria coisa por aí, e esses que compravam charque aqui levavam pra Buenos Aires, aqui compravam as tropas, de primeiro carneavam a campo fora, no tempo do saladeiro, vocês se lembram de quando os antigos diziam não me lembro o dia, mas era no mês de agosto a enchente de Santa Rosa e depois em setembro a de São Miguel não sei que milagre era aquele, hoje só da seca.” (Antigo morador do bairro do Passo, samborjense, 93 anos).

Conforme o Ministério das Relações Internacionais foi assinada em 1990, na cidade de Buenos Aires, a Declaração sobre a ponte São Borja e Santo Tomé, pelos então presidentes Fernando Collor, do lado brasileiro, e Carlos Menem, do lado argentino, institucionalizando a Comissão Mista Brasileiro-Argentina (COMAB). (BRASIL, 1990).

A viabilização da Ponte Internacional da Integração se deu no ano de 1995, onde os governos da República Argentina e da República Federativa do Brasil, propuseram, mediante licitação pública internacional, a outorga de concessão de Obra Pública mediante o sistema de pedágio. O objeto da referida licitação foi o projeto, a construção, a operação, a manutenção e a exploração da ponte a da ligação rodoviária entre as cidades de Santo Tomé (Corrientes-AR) e São Borja (RS-RFB).

O Contrato Internacional de Concessão foi assinado em 12 de dezembro de 1995 entre a Comissão Mista Argentino Brasileira (COMAB) com representação de ambos os Estados Nacionais e do grupo de empresas vencedoras do certame, o prazo de concessão foi estipulado em vinte e cinco (25) anos, sendo que o seu término será no dia vinte e nove (29) de agosto do corrente ano.

Figura 21 - Dados sobre a Ponte Internacional da Integração São Borja (BR)/Santo Tomé (AR)

| | UNIDADES ADUANEIRAS | DECLARAÇÕES | | | VOLUME MERCADORIAS (em ton.) | | | VMLE (em mil US\$) | | | FLUXO VEÍCULOS CARREGADOS | | |
|-------------|------------------------|-------------|------------|---------|------------------------------|------------|-----------|--------------------|------------|-----------|---------------------------|------------|---------|
| | | IMPORTAÇÃO | EXPORTAÇÃO | IMP+EXP | IMPORTAÇÃO | EXPORTAÇÃO | IMP+EXP | IMPORTAÇÃO | EXPORTAÇÃO | IMP+EXP | IMPORTAÇÃO | EXPORTAÇÃO | IMP+EXP |
| 1º SEM 2019 | URUGUAIANA | 14.697 | 38.217 | 52.914 | 355.543 | 725.861 | 1.081.404 | 1.203.088 | 1.770.764 | 2.973.852 | 22.201 | 40.420 | 62.621 |
| | SÃO BORJA | 11.646 | 21.214 | 32.860 | 260.806 | 229.524 | 490.330 | 493.493 | 1.266.919 | 1.760.412 | 18.925 | 20.088 | 39.013 |
| | QUARAÍ | 71 | 44 | 115 | 8.795 | 2.050 | 10.845 | 4.775 | 1.658 | 6.433 | 379 | 48 | 427 |
| | ITAQUI | 148 | 2 | 150 | 32.395 | 100 | 32.495 | 11.124 | 1 | 11.125 | 1.320 | 5 | 1.325 |
| | BARRA DO QUARAÍ | | | | | | | | | | 251 | 414 | 665 |
| 1º SEM 2020 | TOTAL JURISDIÇÃO | 26.562 | 59.477 | 86.039 | 657.539 | 957.535 | 1.615.074 | 1.712.480 | 3.039.342 | 4.751.822 | 43.076 | 60.975 | 104.051 |
| | URUGUAIANA | 10.843 | 33.819 | 44.662 | 273.560 | 694.287 | 967.847 | 713.125 | 1.484.628 | 2.197.753 | 16.294 | 36.545 | 52.839 |
| | SÃO BORJA | 12.051 | 16.155 | 28.206 | 280.463 | 179.080 | 459.543 | 428.909 | 869.625 | 1.298.534 | 16.723 | 13.742 | 30.465 |
| | QUARAÍ | 87 | 58 | 145 | 18.725 | 1.319 | 20.044 | 7.386 | 1.989 | 9.375 | 687 | 63 | 750 |
| | ITAQUI | 49 | 14 | 63 | 9.274 | 579 | 9.853 | 3.691 | 0 | 3.691 | 351 | 29 | 380 |
| 1º SEM 2020 | BARRA DO QUARAÍ | | | | | | | | | | 176 | 584 | 760 |
| | TOTAL JURISDIÇÃO | 23.030 | 50.046 | 73.076 | 582.022 | 875.265 | 1.457.287 | 1.153.111 | 2.356.242 | 3.509.353 | 34.231 | 50.963 | 85.194 |

| | UNIDADES ADUANEIRAS | DECLARAÇÕES | | | VOLUME MERCADORIAS | | | VMLE | | | FLUXO VEÍCULOS CARREGADOS | | |
|-------------|------------------------|-------------|------------|---------|--------------------|------------|---------|------------|------------|---------|---------------------------|------------|---------|
| | | IMPORTAÇÃO | EXPORTAÇÃO | IMP+EXP | IMPORTAÇÃO | EXPORTAÇÃO | IMP+EXP | IMPORTAÇÃO | EXPORTAÇÃO | IMP+EXP | IMPORTAÇÃO | EXPORTAÇÃO | IMP+EXP |
| 1º SEM 2019 | URUGUAIANA | 55,33% | 64,26% | 61,50% | 54,07% | 75,81% | 66,96% | 70,25% | 58,26% | 62,58% | 51,54% | 66,29% | 60,18% |
| | SÃO BORJA | 43,84% | 35,67% | 38,19% | 39,66% | 23,97% | 30,36% | 28,82% | 41,68% | 37,05% | 43,93% | 32,94% | 37,49% |
| | QUARAÍ | 0,27% | 0,07% | 0,13% | 1,34% | 0,21% | 0,67% | 0,28% | 0,05% | 0,14% | 0,88% | 0,08% | 0,41% |
| | ITAQUI | 0,56% | 0,00% | 0,17% | 4,93% | 0,01% | 2,01% | 0,65% | 0,00% | 0,23% | 3,06% | 0,01% | 1,27% |
| | BARRA DO QUARAÍ | | | | | | | | | | 0,58% | 0,68% | 0,64% |
| 1º SEM 2020 | URUGUAIANA | 47,08% | 67,58% | 61,12% | 47,00% | 79,32% | 66,41% | 61,84% | 63,01% | 62,63% | 47,60% | 71,71% | 62,02% |
| | SÃO BORJA | 52,33% | 32,28% | 38,60% | 48,19% | 20,46% | 31,53% | 37,20% | 36,91% | 37,00% | 48,85% | 26,96% | 35,76% |
| | QUARAÍ | 0,38% | 0,12% | 0,20% | 3,22% | 0,15% | 1,38% | 0,64% | 0,08% | 0,27% | 2,01% | 0,12% | 0,88% |
| | ITAQUI | 0,21% | 0,03% | 0,09% | 1,59% | 0,07% | 0,68% | 0,32% | 0,00% | 0,11% | 1,03% | 0,06% | 0,45% |
| | BARRA DO QUARAÍ | | | | | | | | | | 0,51% | 1,15% | 0,89% |

Fonte: Receita Federal (2021).⁶

⁶ Dados extraídos da Apresentação de Dados do Comércio Internacional na jurisdição da Superintendência da Receita Federal do Brasil da 10ª Região Fiscal – Alfândega da Receita Federal do Brasil em Uruguiana. (RECEITA FEDERAL, 2021).

A construção da infraestrutura teve início em maio de 1996, tendo sua inauguração ocorrida em nove de dezembro de mil novecentos e noventa e sete, o custo total do projeto foi de US\$ 50.000.000 (cinquenta milhões de dólares), com recursos oriundos de parte dos países proponentes e parte do concessionário.

A concessionária responsável pela concessão é a Mercovia S.A., que segundo informações constantes no dossiê elaborado pelo escrever Comitê de Integração Fronteiriça (CIF) sobre o Centro Unificado de Fronteira (CUF) e a Ponte Internacional da Integração como potencial estratégico nacional, já mencionado anteriormente, é formada por: a) Impregilo International Infrastructures N.V. 60 %; b) NECON Argentina S.A. 20 %; e c) J. J. CHEDIACK S. A. 20%.

Figura 22 - Ponte Internacional da Integração na seca de 2020



Fonte: Acervo do autor.

Conforme o Comitê de Integração Fronteiriça (CIF)⁷ São Borja-BR/Santo Tomé-AR, o projeto original previa além da construção da Ponte Internacional Rodoviária sobre o Rio Uruguai, ainda os acessos rodoviários argentinos e brasileiros até a cabeceira da ponte, bem como as benfeitorias necessárias para o funcionamento dos Centros de Fronteira.

⁷ Organismo vinculado aos consulados dos dois países vizinhos.

“[...] Tuve una oportunidad inédita, única, determinada por mis deberes, por mi preparación científica, soy docente, pero también trabajé como periodista y trabajé durante 16 años en el canal de noticias local, era el periodista que transmitía las noticias y me tocó estar en el año 1997 cuando cubrí la inauguración del Puente de la Integración, esto, y me permito aquí rendir homenaje para que lo tengan en su trabajo doctoral, a quienes fueron mentores de este proyecto, de su realización, idea y el trabajo, el impulso lo dieron las comisiones del puente, si no me equivoco era por un tiempo determinado, que la concesión se completará el año siguiente a este, 2021, las comisiones estaban formadas por miembros del Club de Leones de São Borja y Santo Tomé, rindo homenaje a los que trabajaron y pagaron de su propio bolsillo, y todo el viaje y la documentación que hay que aportar para poder llegar en un momento dado a concretar un proyecto, y varios de ellos ya están muertos, creo que de este grupo solo queda una persona, Carlos Vignolo, Osvaldo de Brum, Polaco Cortez y José Noble, que ya están muertos y Pacarito Arguila [...] que fueron miembros de esta comisión del puente en un trabajo de gran amistad con el Club de Leones de San Borja y Santo Tomé, y como te decía, ellos fueron los que hicieron este puente, o presionaron para que se hiciera cuando el presidente de la nación argentina era el Dr. Carlos Menén, pude cubrir esto con otro compañero, un camarógrafo que teníamos, Cezar de Prates, asistimos al almuerzo de homenaje en São Borja, este fue un momento muy especial en la historia de mi vida, el alcalde era Farisano aquí en São Tomé y el alcalde creo que era Maurer, no recuerdo el nombre del alcalde de São Borja que estaba aquí cuando se inauguró el puente, sin duda este puente cambió la historia de las dos ciudades, corto aquí un momento porque mi cámara es muy lenta. Les decía que este puente cambia la historia comercial y particularmente comercial entre las dos ciudades de Santo Tomé y San Borja, las dos naciones, Brasil y Argentina, hasta este momento, la inauguración del puente, la construcción y posterior inauguración, el comercio era pequeño y el contacto entre las dos ciudades se hacía desde Puerto Hormiguero, desde allí salían los barcos y las balsas para los coches, estos y otros vehículos, nos subimos a la balsa o botes y bajamos en el puerto hormiguero, había una serie de lugares donde vendían todo lo que era de interés, si no queríamos cruzar a San Borja para comprar lo que nos interesaba a los correntinos en esta época, especialmente el azúcar, esto, el tijolinho, la rapadura, el pé de moleque, algunas medicinas como la Olina, Minancora, algunos otros, o cruzábamos en barco y comprábamos en algunas tiendas del puerto, había un pequeño pero muy intenso intercambio comercial, y en estos pequeños puestos comerciales locales que existían en San Borja y también en Puerto Hormiguero, se hacía el cambio de una moneda por otra, y la presencia del puente cambia las actividades comerciales haciéndolas más grandes, haciendo desaparecer a estos pequeños comerciantes, porque me gustaría decirte algo, estos pequeños comerciantes que existían en la época de los barcos y las balsas, muchas veces traían toda esta mercancía a la ciudad y la vendían como fuente de ingresos para las familias más humildes de Santo Tomé, y el puente prácticamente hace desaparecer estas relaciones comerciales,

estableciendo otras operaciones más grandes [...]. Professora, historiadora e jornalista santotomenha).

Figura 23 - Centro Unificado de Fronteira (CUF)



Fonte: DELCON/COMAB-MERCOVIA S. A. (2019).

Há por toda parte a ambiguidade da ponte, como um caminho, que ora solda, agrupando e aproximando realidades distintas, ora contrasta, ressaltando as insularidades regionais.

Destaca-se nesta fronteira o Centro integrado de Fronteira (CUF), estrutura integrada aduaneira única na América do Sul, e que segundo dado da Mercovia S.A., um total de quase novecentas pessoas trabalham no CUF, sendo que ele representa grande importância para a região em termos de recursos humanos, uma estrutura de pessoal que conta com: cento e onze funcionários públicos argentinos; oitenta e dois funcionários públicos brasileiros; quinze funcionários da Delegação de Controle (DELCON); trinta e sete empresas instaladas no CUF (entre despachantes e serviços); cento e sessenta e sete empresas argentinas usuárias do CUF; e quatrocentas e sessenta e duas empresas brasileiras usuárias do CUF. Em anexo a este estudo consta um ofício elaborado para ambos os consulados dos países envolvidos, e que foi elaborado pela Unipampa pelo CIF, buscando fomentar novos

parâmetros para as negociações da nova concessão que devera vigor a partir do ano de dois mil e vinte um.

Como principais características do Centro Unificado de Fronteira segundo a Mercovia, estão: a) aduanas argentina e brasileira fisicamente interligadas; b) Ministério de Agricultura e Serviço Nacional de Saúde Agrária (SENASA) com exame conjunto e simultâneo; c) trabalhos integrados com transferência automática e obrigatória de documentos, via Concessionário; d) centralização no mesmo espaço físico de todos os organismos intervenientes; e) uma única parada do veículo transportador na fronteira; f) total transparência em todos os trâmites de liberação do veículo de carga durante sua permanência até sua liberação.

5 REGISTROS DE CAMPO NO RIO URUGUAI

O presente capítulo tem por objetivo expor o conteúdo dos diários de campo, produzidos a partir das saídas de campo, que foram realizadas no intuito de buscar compreender melhor o entorno das margens e do Rio Uruguai, em primeiro momento do lado brasileiro da fronteira, e, em seguida, do lado argentino, fase esta que não foi possível realizar em virtude da pandemia de Corona Vírus que ainda persiste.

Assim, para este estudo, foi realizada uma primeira etapa de entrevistas antes da pandemia da Covid-19, que começou em março de dois mil e vinte (2020), e que consistiu em saídas de barco pelo Rio Uruguai, em direção a Garruchos, buscando mapear os pontos de desembarque nas barrancas do rio, onde pudesse encontrar pessoas que vivem ao longo do Rio Uruguai; nesta etapa foram realizadas a maioria das entrevistas, em uma segunda etapa, realizada em plena pandemia, a partir de março do ano de dois mil e vinte (2020), foi realizado o restante das entrevistas no campo.

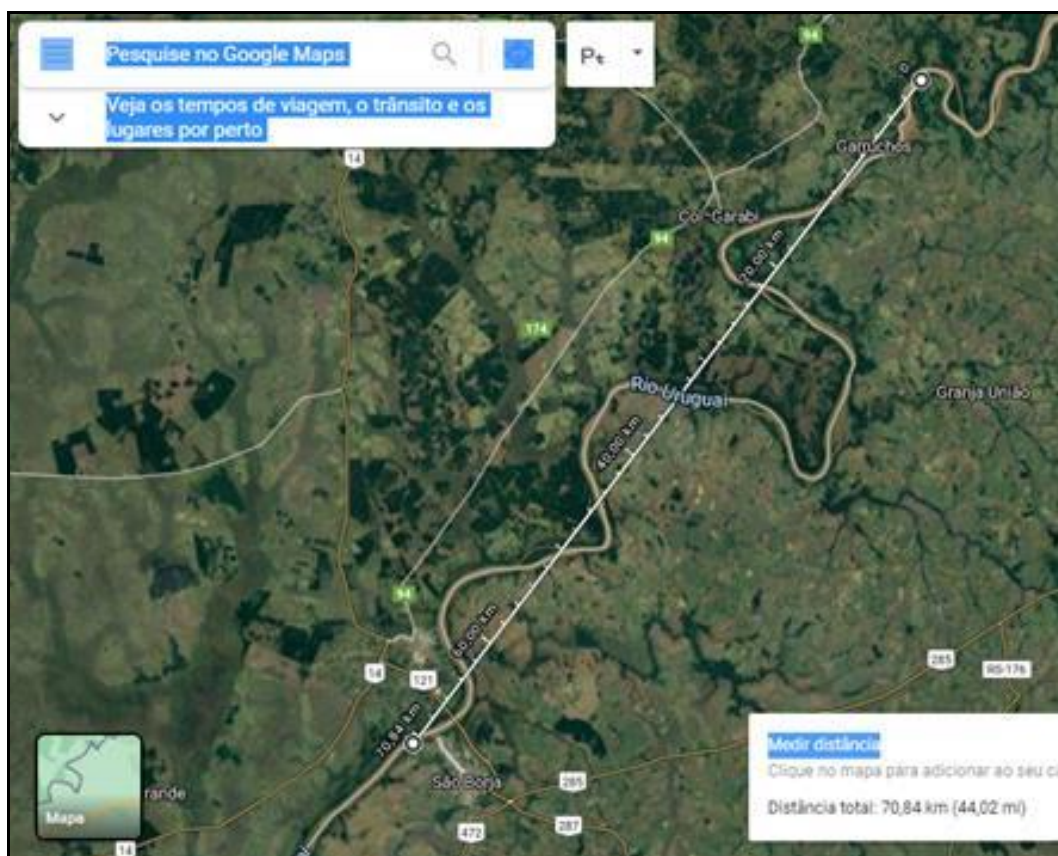
As primeiras entrevistas incluem quatro saídas de campo ao longo do Rio Uruguai, do lado brasileiro, sendo que a metodologia consistia em cumprir um roteiro de abordagens a pessoas que viviam margeadas no rio. A maioria dos entrevistados que são ligados ao rio, a pesca e ao chibo, foram entrevistados nas margens do Rio Uruguai, os demais (autoridades, pesquisadores e alguns moradores locais) foram entrevistados em suas casas ou escritórios, e, nesta etapa, quase todas as entrevistas foram realizadas de maneira online, pelo WhatsApp, Skype e outras plataformas.

Foram realizadas entrevistas em profundidade sobre o tripé fronteira, ponte e rio. As saídas de campo foram planejadas para ocorrer nas quatro etapas a seguir, que incluíram registros fotográficos, diários de campo e entrevistas:

- a) primeira etapa: expedição de reconhecimento, contato com o povo do rio e reconhecimento do trecho a ser estudado do Rio Uruguai do lado brasileiro;
- b) segunda etapa: desbravamento dos pesqueiros e entradas até a curva em frente da Isla San Mateo/AR;
- c) terceira etapa: expedição (primeiro contato com pescador argentino) à curva em frente à Barra Concepción/AR;

d) quarta etapa: conhecimento dos pesqueiros e entradas até a curva em frente à Isla San Mateo/AR do trecho a ser estudado do Rio Uruguai do lado Argentino (não foi possível realizar devido à Covid-19).

Figura 24 - Trecho de rio das saídas de campo



Fonte: Adaptado de Google Maps (2020).

A última etapa das saídas de campo pelo Rio Uruguai não pôde ser realizada, pois em virtude do fechamento das fronteiras, principalmente por parte do governo Argentino, por causa da pandemia da Covid-19, inviabilizou o contato físico deste estudo com os pescadores e ribeirinhos moradores de Santo Tomé, o que de certa forma é frustrante, contudo, é importante salientar que a referida pandemia causou um grande impacto regional e, até este momento, ainda assola o globo.

Compõem também este capítulo, um acervo de alguns registros fotográficos das saídas de campo, e que pretendem servir de complemento para as descrições contidas nos diário de campo e das entrevistas concedidas pelos atores.

Estes registros buscam também, de forma metafórica, servir de ponte e porta neste estudo, pois as imagens fornecem não só um caminho, como uma ponte, ou seja, uma passagem que permite ligar dois lugares distintos, e como porta, pois as

imagens nos permitem entrar na rotina do outro, descortinar a realidade momentânea de um outro contexto, por vezes, muito diferente do nosso.

Figura 25 - Contra fluxo do Rio Uruguai



Fonte: Acervo do autor.

5.1 Primeira Etapa: Expedição de Reconhecimento, Contato com o Povo do Rio e Reconhecimento do Trecho a Ser Estudado do Rio Uruguai do Lado Brasileiro

Esta etapa foi realizada um pouco antes do ingresso no doutorado, e serviu como modelo de atuação em campo para as próximas, sendo que primeiramente buscou-se aproximação com alguém (pescador, contrabandista, etc.) que conhecesse a navegação em chalanas pela costa do Rio Uruguai do lado brasileiro. Após este contato, que foi intermediado por um colaborador egresso na Unipampa que será chamado de “Fronteiriço”, organizou-se o que viria a ser a primeira expedição deste estudo, sobre este trecho do Rio Uruguai.

Foi marcado um encontro na casa do indivíduo contatado, doravante chamado de “Piloto”, que, munido de um motor de popa de 8 kv e um galão contendo 30 litros de gasolina, conduziu o pesquisador até um lugar onde era

possível entrar no rio em São Borja, que basicamente é uma rampa onde os barcos podem melhor aportar e zarpar no Rio Uruguai, visto que, na maioria das partes, são barrancas altas e aparentemente intransponíveis.

A expedição saiu pela manhã, no clarear do dia, em direção oposta à correnteza do rio, rumo à Ponte da Integração e alhures. Impressionam, à primeira vista, as peculiaridades do ambiente, a água avermelhada e brilhante, turva e corredeira, as margens, do lado brasileiro, cintilando em partes nuas com terra vermelha e barrenta, do lado argentino, arbustos e frondosas árvores à vista, umas espécies de ilhas pequenas cobertas por densa vegetação. Impressiona, também, pensar que há outro país, outra língua, outra cultura do outro lado das margens, encoberta pela natureza impenetrável das margens nativas. As barrancas chamam atenção, pois quase não há praias, ou lugares onde o acesso à terra seja fácil. São, na maioria, barrancos lamacentos e apinhados de relva.

Levamos umas duas horas pra percorrer um trecho que deveria ter, aproximadamente, uns trinta quilômetros. A navegação com motor pequeno em um contra fluxo de rio é como correr contra o vento, o atrito do barco na água provoca uma nuvem de água que persegue o barco. A jornada é lenta, mas a vista é linda. O sol produz um brilho inexplicável na água vermelha e corredeira do Rio Uruguai. Dava a impressão de que uma chispa insistente perseguia a quilha do barco.

Perto do meio, segundo o “Piloto”, havíamos chegado ao local onde ele costumava acampar. Era uma “picada”, parte desmatada de um barranco que dá acesso a uma parte elevada e plana do barranco, igualmente desmatada, mas perfeita para montar um acampamento. Neste local, almoçamos e ouvimos histórias, que naturalmente foram de “pescador”.

Já eram quase quinze horas quando decidimos voltar para São Borja e já havíamos gasto mais da metade do combustível disponível. Neste momento, percebi que uma das grandes dificuldades da navegação pelo rio são os recursos materiais. A navegação contra a corrente consome uma enorme quantidade de combustível, tornando-a quase inviável no contra fluxo por grandes distâncias.

Figura 26 - O rio e suas margens



Fonte: Acervo do autor.

Esta primeira expedição pelas margens brasileiras do Rio Uruguai limitou-se a navegar até o trecho conhecido como Sarandi. Foi o primeiro contato com uma nova realidade oculta sob as águas do rio, uma realidade que abarca ritos antigos, tradições sociais e econômicas que remetem a um período onde as fronteiras eram diferentes. Foi uma missão de reconhecimento, mapeamento de entradas e pesqueiros e de viabilidade logística.

Nesta etapa, foram visitadas *in lócus* as entradas e pesqueiros (nome usado pelos locais para designar os espaços que servem de acampamento/moradia) mapeados na primeira fase deste estudo. Foram realizadas entrevistas, registros fotográficos e audiovisuais das pessoas e dos lugares explorados, buscando observar a dinâmica existente entre elas, a fronteira, o rio e a ponte.

Figura 27 - O rio é como a fronteira, sempre em movimento



Fonte: Acervo do autor.

5.2 Segunda Etapa: Desbravamento dos “Pesqueiros” do Trecho a Ser Estudado do Rio Uruguai do Lado Brasileiro

5.2.1 Primeiro Pesqueiro: Pesqueiro do Senhor Miguel (tiram os algumas fotos e partimos para o próximo)

O primeiro pesqueiro estava visivelmente desabitado. Contudo, havia vestígios de que pessoas ali permaneciam. Usualmente, estes lugares podem estar permanentemente ou sazonalmente habitados, dependendo do “dono” do pesqueiro, do período em que se encontra e do seu uso.

Figura 28 - Pesqueiro do Miguel



Fonte: Acervo do autor.

Figura 29 - Entrada do pesqueiro do Miguel



Fonte: Acervo do autor.

Por estar vazio, optamos por não entrar no espaço interno do barraco, apenas fizemos imagens e buscamos compreender como é que essas pessoas sobem

nesse barranco. É quase impossível à luz do dia, é inimaginável como conseguem identificar à noite. Conforme relato do “Piloto”, a “gente da fronteira” conhece o rio na palma da mão.

Esse episódio me fez perceber o quanto é difícil acessar o leito do Rio Uruguai a partir de suas próprias margens. Requer um conhecimento específico, um espaço específico, construído para facilitar a empreitada.

Até onde sabemos, a fiscalização do lado brasileiro é exercida somente pela brigada militar. Do lado argentino tem a Gendarmería e a Policia Naval, o que impede este tipo de habitação do lado argentino, como nos explicou a professora Yolanda Aguillera, tempos depois, em uma entrevista pelo WhatsApp em plena pandemia.

Figura 30 - Equipe de campo, menos o fotógrafo



Fonte: Acervo do autor.

5.2.2 Segundo Pesqueiro: Pesqueiro dos Quatis

O segundo pesqueiro visitado foi um local de difícil acesso, contendo um barranco íngreme de uns 3 metros de altura, onde tábuas suspensas de forma assustadoramente predispostas buscavam “auxiliar” na subida, tarefa essa realmente perigosa e extenuante. Mas logo ali, a uns 100 metros de distância, estavam os barracões e a cancha de bocha. Estava sendo realizada uma espécie de

confraternização, na qual só havia homens e crianças (todas do sexo masculino). As crianças estavam jogando bocha, enquanto os adultos riam. Buscamos registrar em áudio e vídeo todos os momentos que passamos por lá.

Figura 31 - Pesqueiro dos Quatis



Fonte: Acervo do autor.

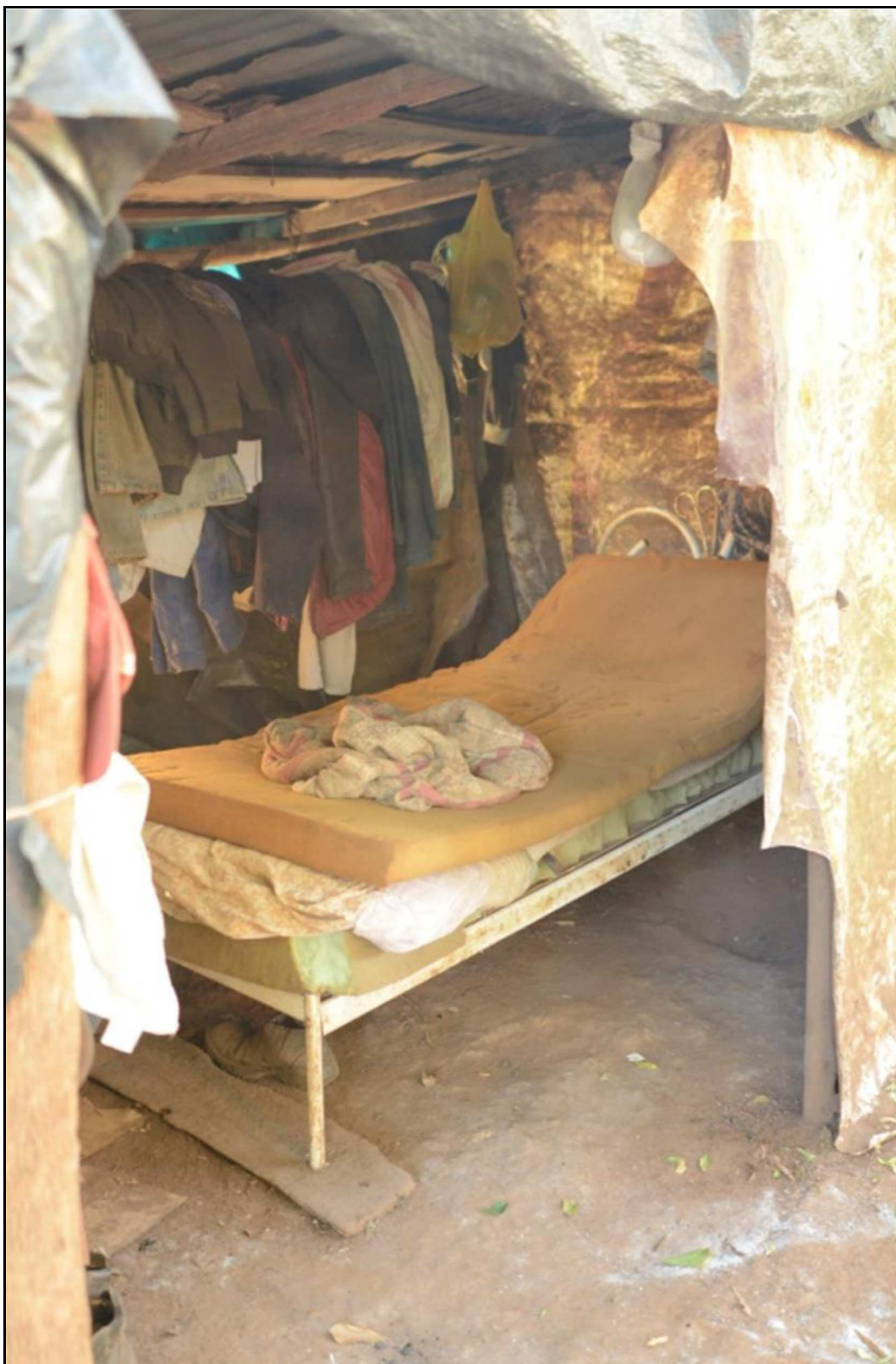
Passamos algumas horas fazendo as entrevistas com os adultos e ouvindo suas histórias de como o rio mudou, de como as margens mudaram, de como tantas coisas mudaram ao longo do tempo. Isso me fez pensar na própria metáfora da fronteira: o movimento. Neste mesmo local, encontramos o Gilmar, sujeito natural de Canoas, que está morando no local há mais ou menos quatro anos. Os demais presentes não habitam o pesqueiro. Chamou-me atenção as condições de vida de quem se diz morar lá, literalmente sem estrutura alguma.

Figura 32 - Entrada do Pesqueiro dos Quatis



Fonte: Acervo do autor.

Figura 33 - Moradia do Gilmar



Fonte: Acervo Otaviano Caldas.

A certa altura da conversa, fui levado pelos pescadores até a divisa do pesqueiro com uma lavoura de arroz, de um conhecido grande produtor local, onde

um deles relatou a problemática relação entre a lavoura e as barrancas do rio, alagamentos do terreno, onde constatei baldes de produtos químicos jogados na água e falta de manejo adequado com o entorno ciliar.

Figura 34 - Baldes de defensivos e insumos jogados na mata ciliar



Fonte: Acervo do autor.

É um absurdo que coisas como esta ainda aconteçam. Existe toda uma legislação, um arcabouço jurídico que regula o descarte de defensivos e inseticidas, incluindo o fato de que todos estes produtos requerem laudos agrônômicos para serem utilizados legalmente. Como simplesmente se descartam estes elementos nas margens de um rio?

5.2.3 Terceiro Pesqueiro: Pesqueiro do Pintinho

O terceiro pesqueiro dos ribeirinhos, no lado brasileiro da fronteira com Argentina, fica localizado logo após a junção entre o Rio Icamacua e o Rio Uruguai. O acesso é fácil, pois não há barranco na encosta. Por isso, o local do acampamento é bem mais distante da costa, somente chegando perto podemos identificar as barracas e barracões usados pelos pescadores.

Apesar de haver algumas plantas cultivadas de forma irregular, pairava no lugar um ar de efemeridade, como se estivesse pronto a ser reconfigurado, desmanchado. Em relação aos abrigos, havia apenas uma barraca, as demais eram amontoados de folhas de zinco com madeira e pedaços de itens variados. Os

utensílios mais básicos estavam ausentes e o fogão era uma espécie de híbrido entre fogão de barro e sucata de fogão a gás.

Contudo, fomos recebidos por um indivíduo que não quis se identificar, e que nos informou que o Senhor Pintinho havia saído logo cedo para ir à cidade e que voltaria só no fim da tarde. Aguardamos uns instantes, fazendo registros fotográficos, e conversamos um pouco.

Figura 35 - Acampamento na barranca



Fonte: Acervo Otaviano Caldas.

Importante destacar que estes registros fotográficos, que complementam este estudo, demonstram a forma rudimentar com que estas pessoas sobrevivem nos tempo atuais, acampados e literalmente margeados na fronteira, se encobrem com um manto de invisibilidade a fim de garantir seu quinhão de oportunidades utilizando todo tipo de estratégia para garantir sua sobrevivência.

“Não, até temos uma ligação, até existe uma carta que a gente pode pegar pra pescar do lado da Argentina, mas pra nós não serve. As necessidades são estas que falei, a gente vem peleando e buscando é sobre a liberação do ‘Dourado e do Surubi’, pois se teve alguma pesquisa sobre isso a gente não foi procurado, nem comunicado, nem entrevistado sobre nada, até em Porto Alegre não tem nada sobre esta situação, andei até na Fundação Zoobotânica do Estado e não existe nada sobre isso. Não fomos procurados pelas empresas em nenhum momento, temos conhecimento da Câmara Binacional mas a gente não é convidado, e

quando nos convidam deixam pra convidar no dia ou quase na hora, aí nunca podemos ir, se nos convidassem ou nos procurassem a gente saberia de muita coisa, mas os pescadores mesmo que tem que participar, estes aí eles não convidam, sempre feito por uma turma lá, é agricultor, é ambientalista, mas o pescador eles não levam.” (Pescador, líder comunitário e morador local).

No final da tarde, entrevistamos um pescador que estava retornando da cidade em direção ao seu pesqueiro habitual (Figura 37), realizamos uma entrevista no fluxo do rio e que foi gravada em vídeo. O pescador estava acompanhado de seu filho pequeno, em torno de oito anos, e de outro pescador amigo.

A esta hora, já estávamos voltando para a cidade, após termos realizado o percurso do dia, uma observação importante para quem se aventura a navegar no Rio Uruguai são suas peculiaridades, como é um rio que corre muito, ou seja, desce em uma grande velocidade por ser um rio em declive, armazenar combustível para percursos mais longos é uma tarefa impossível em barcos pequenos, tornando as viagens na contra corrente um tanto limitadas.

Outra questão importante é a luminosidade, por conta do horário, pois a escuridão do rio é algo impressionante. Não há iluminação artificial, e só as pessoas habituadas e que conhecem cada palmo de suas margens são capazes de ali permanecerem sem nenhum artefato de iluminação.

Figura 36 - Fogo de chão?



Fonte: Acervo Otaviano Caldas.

Figura 37 - Entrevista no contra fluxo



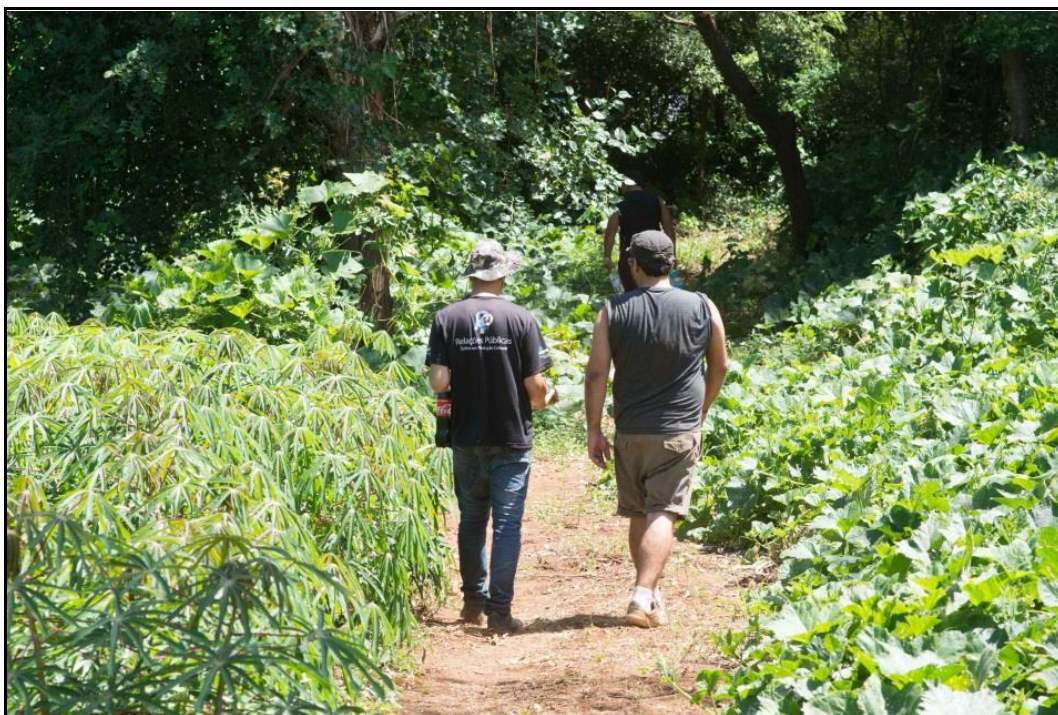
Fonte: Acervo do autor.

O referido pescador nos contou as dificuldades e alegrias de estar no rio e perceber as mudanças auferidas a este espaço ao longo do tempo em um ângulo muito próximo, percebendo os sinais da natureza, desde o volume do rio até o comportamento da fauna e da flora local.

5.2.4 Quarto Pesqueiro: Pesqueiro da Dona Lurdes e Seu Alcides

Desembarcamos na margem direita do rio, local de barro vermelho e com muita mata nativa logo de cara. Como ao longo do rio havia um barranco, o qual dava acesso a uma estradinha, picada, integrada. Na paisagem nativa, estavam árvores exóticas, plantações de subsistência da época, mandioca, moranga, milho, em pequenas quantidades, a uns 200 metros.

Figura 38 - Picada do Pesqueiro da Lurdes



Fonte: Acervo Otaviano Caldas.

Ao longe, avistamos uma habitação rudimentar, feita de madeira com dois andares. Impressiona a simplicidade do local, bem como os elementos visuais que compõem a cena. Embaixo, uma cozinha rudimentar com elementos variados de uso cotidiano. No andar de cima, as camas, ou, mais especificamente, catres, colchões amontoados em péssimo estado e com muita poeira.

Chama atenção a terra vermelha impregnada em tudo, como se tingisse de ocre tudo ao redor. Fomos avisados que não haveria ninguém no local até determinada hora, mas que podíamos ficar à vontade. Inclusive, poderíamos pegar um peixe que estava congelado.

“Contando história de chibo, e larguemo o ovo lá no mato e se botemo com esse loco, o homem ficou de pé liso de correr no mato, nós fizemos coisinha, chibo é trabalho, não roubando não lidando com maconha, se beber não tem nada a ver, os políticos são pior que nós, o descaminho só não paga imposto, os ladrão véio, eles não pegam! Os políticos! Nós estamos fazendo um pila, eles roubam milhões, o político dá um táio grande não dá miséria! E no serviço nosso desde que se mexe, não ganha um, ganha uma quantia de gente, tudo ganham, ganha todo mundo, aquele que leva, aquele que trás, o que entrega, todo mundo ganha ninguém me pega, nós não temos nada! Eu desde pequeno aprendi que não sacanear ninguém! E ninguém engana! O chibo não é errado é brique! A gente faz um briquezinho aqui e ali e sobrevive! Tem

uns lugar aí que cruza arma e droga, terrorista tudo que precisar cruzar, pra lá ou pra cá!” (Chibeiro, ex-marinheiro argentino e pescador).

Figura 39 - Palafita pesqueira



Fonte: Acervo do autor.

Embora o lugar pareça uma ruína de algum casebre, pelos utensílios disponíveis e pelo fato de ter luz elétrica e até um freezer, é frequentemente habitado e utilizado pelas pessoas. Outro sinal é o cão de guarda que, fielmente, toma conta do abrigo.

O ventilador, a santa, a vassoura, revelam o uso do lugar, antecipam a presença das pessoas que se utilizam deste espaço como fonte de recursos estratégicos de sobrevivência.

Nestes espaços, espremidos entre a cidade, a fronteira e o rio, vivem pessoas postas às margens, por vezes esterilizadas pela exclusão de possibilidades aos pequenos, jogadas a sua própria sorte, e que contam mais com suas orações do que com as nações que a fronteira teima em dividir, e esta situação as expõem ao bel prazer dos atrevidos.

Figura 40 - O ventilador, o eu e a santa

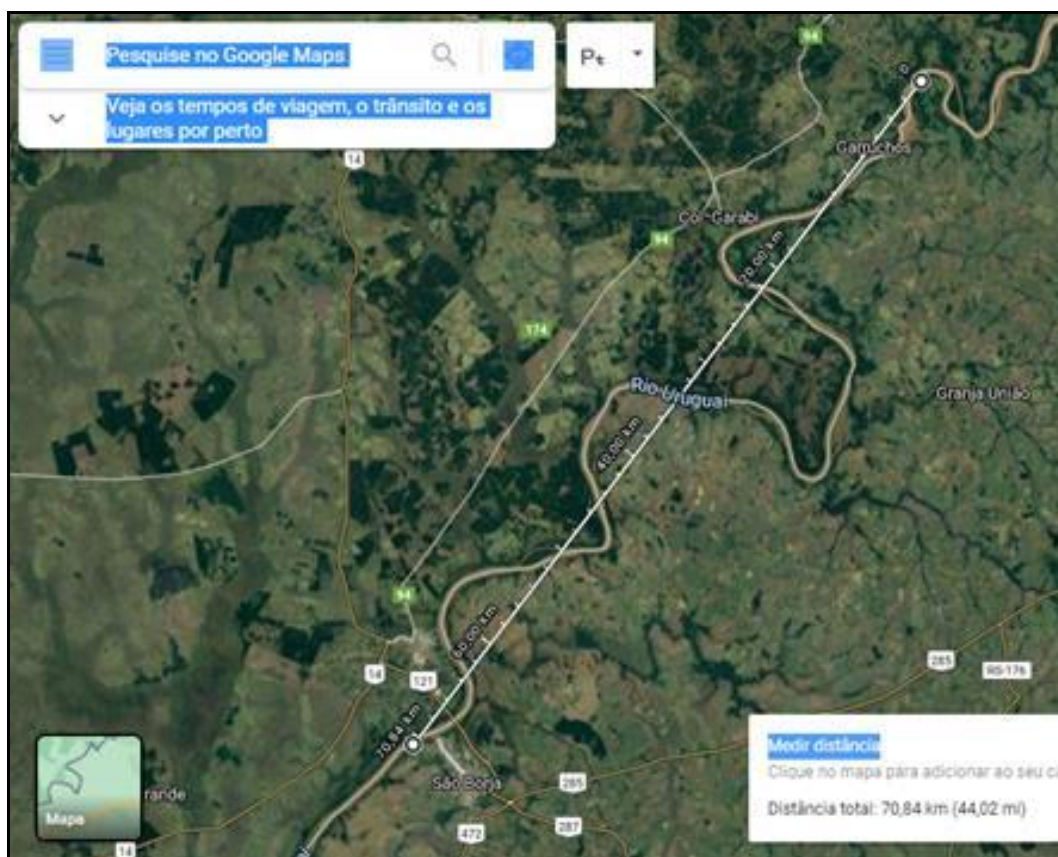


Fonte: Acervo Otaviano Caldas.

5.2.5 Quinto Pesqueiro: Pesqueiro do Tila

No início do ano de dois mil e vinte, logo quando iria realizar as observações de campo do lado Argentino, surgiram as notícias sobre o Covid19, o que veio a culminar no fechamento da fronteira da Argentina com o Brasil, contudo, já havia entrado em contato com um chibeiro que havia sido entrevistado antes e que se prontificou a indicar um chibeiro argentino pra uma entrevista, ocorre que, por acaso do destino, quando o convidado confirmou a entrevista eu me encontrava em São Borja, e ele preferiu uma entrevista pessoalmente, e, para isto, teríamos que ou eu ou ele atravessarmos o rio via barco, ele se prontificou ao pleito em virtude dos riscos legais atrelados ao mesmo, combinamos que a entrevista ocorreria perto da cidade de Garruchos-RS, município vizinho que já fez parte de São Borja, mais especificamente em um pesqueiro localizado em frente à Ilha de Barra Concepción-AR.

Figura 41 - Pesqueiro do Tila



Fonte: Google Maps (2020).

No dia combinado saímos de São Borja às quatro da manhã, a fim de chegarmos ao raiar do dia, de modo a poder cruzar o rio/fronteira à surdina, em um horário visto como “mais” seguro. Chegamos ao local combinado e ainda estava escuro, e no clarear do dia, saíram um pescador local, o chibeiro que me trouxe e sua irmã, que, por sua vez, ia aproveitar a “carona” pelo rio pra ir até a cidade de Azara-AR receber a aposentadoria de sua sogra (fato curioso por ser ela brasileira e sentir-se tão à vontade de transitar pela fronteira mesmo de forma ilegal), aguardei alguns minutos escutando o som do motor do barco, nada discreto, diga-se de passagem, após um tempo ouvi o barco voltando, e desta vez ao invés da irmã do chibeiro havia o tal argentino.

Figura 42 - O “chibo” nosso de cada dia



Fonte: Acervo do autor.

Chamado pelo seu sobrenome ucraniano, o referido personagem narrou sagas ímpares sobre chibo e contrabando pelo Rio Uruguai, bem como demonstrou um conhecimento absurdo sobre flora e fauna locais, sobre os usos do rio, tanto para navegação ou pesca, ex-marinheiro argentino com trinta e dois anos de experiência em toda extensão do Rio Uruguai, junto a eles vinha uma pequena

carga de “chibo”, contendo massa, azeite, farinha avulsa, patê e um pote de leite ninho (que eu descobri depois que eram ovos de galo de rinha).

Figura 43 - Travessia na madrugada



Fone: Acervo do autor.

Neste pesqueiro estava acampado um pescador desde fevereiro de 2020, natural de Ijuí, mostrou-me suas licenças de pescador profissional e se mostrou aberto à gravação de suas falas.

“Se continuem a pagar o salário que pagam na época do defeso na piracema, teriam que continuar pagando; fiz um monte de curso em Uruguaiana. Não tem como criar peixe; no curso explicaram como criar peixe, mas o rio tem muito fluxo. Não tem como segurar o material. Não se enquadra na região. Eu nasci e me criei na barranca do rio, de lá já venho costeando o rio. Hoje eu sou um profissional do rio. Não importa se tem vento, já enfrentei muita coisa. A barragem vai ser um desastre, vai ser que nem a ponte. Essa ponte é um absurdo. Tem a questão dos pedágios também, é uma vergonha e a carta verde. É uma vergonha. As estradas, muita velocidade. Tem muita miséria... o povo aqui não participa.” (Ex-presidente da Associação de pescadores, pescador e morador local).

Figura 44 - Acampamento do Polaco



Fonte: Acervo do autor.

“Sou nascido num barranco bem ai na frente em Azara, aqui essas comida forte mata tudo uma pata de vaca um mocotó com uma pimenta preta, uma tentiar uma cachaça de alambique véia com arruda, vou te trazer um quilo de alho lá tem o grande e o pequeninhinho, o pequeno é natural daqui, vou te trazer o pequeno, pode plantar aqui o pequeno, o grande não tem o vigor do pequeno, esse pequeno tu esbruga e bota na cachaça com mel e deixa, e cedo tentia, ou senão antes de deitar e bota um chá quente ou um chimarrão e deita, estoura o bicho que tem no seu corpo, mas sai tudo pra fora, e sabe quem me ensinou isso, faz anos pra trás, eu ia numa lancha caçar lá em baixo e eu cheguei e tinha dois véinho pescando, eles me conheciam e cheguei pra prosear com eles e não parava de tossir, ai me disseram tu tá mal, ai me deram essa canha com mel e alho, e tomei e estrou tudo, desde então nesta fronteira nunca peguei nem uma gripe, agora me acidentei com minha camioneta, atorei ela e to meio mal, aqui no temos mas cambio só pelo turístico ou do governo, eu nem troco porque eu tenho minha açougueria lá é bem baratinho corte único, em Azara eu abro só sexta, carneio quinta, vendo um boi só numa manhã lá, é 250 peso o quilo, preço único paleta, costela o que fosse, posso receber em real porque eu preciso de real agora porque to por brigar um galo caro aqui no Brasil por 5 mil real, de todas maneira eu lhe posso dizer uma cosa, nunca vai a conhecer tudo a gente vai aprendendo algo novo conhecendo algo novo porque esse mundo nosso é anssim, e todo dia a vida te ensina algo, porque é enssim a vida, mas ela é bonita non, tem lugar que é meio feia e pesada não é. A minha

riqueza maior é ter a amizade deles dos costeiro, ter uma canha uma bóia. O causo é anssim. Aqui tem erva, eucalípto e pinho, te financiam. Vou te contar uma cosa, que até hoje mesmo eu acho que o volume de peixe se nosso rio Uruguai tem algo de peixe que merecidamente é o Brasil que larga muito alevino lá pra cima, aqui não mas lá pra riba fazem campanha, e pra mim também tem um abastecimento dos peixe lá na barragem do salto grande em baixo, perto do Rio Quaraí, lá é divisa da Argentina com o Uruguai já, esse que pesquei de arrastão trezentas e poucas piavas elas não são daqui estavam subindo pra desovar, lá tá a base do abastecimento do peixe no Rio Uruguai, se era pra não ter aquilo lá aqui ia ser uma escassez de peixe, pra mim é isso, é bem no cantinho do Brasil com o Uruguai, é miles e miles de hectares de água, não tem como pescar lá, mas é lá o abastecimento do Rio Uruguai, quem conhece procura os poços. Porque a fronteira não é roubar não é nada, tudo ganham, tudo trabalham, tudo vão sobrevivendo, eu não tô rico, tô rico de saúde e de muita amizade com tanta gente, que eu sei que, vou cair um dia, e eu sei que vou ter uma bóia e não vão me deixar dormir pra fora, desamparado, esse tá garantido, porque eu formei minha vida desde pequeno, se eu não fosse anssim Deus me livre. Uma vez, era uma volta, era primeiro de agosto na Argentina que se bebe canha com Arruda (tradição paraguaia canha arruda e limão pra os males do vento norte), pensava em tudo que fiz, que era por bolsas de dinheiro, não me arrependo, porque gastei em tudo coisa que eu gostei, o que eu trabalhei, eu disfrutei na hora, com o que eu gosto, que é os galo de rinha e as mulher, aqui falando da minha vida porque tinha uns quantos que trabalharam comigo mas o comandante que manejava os pila era eu.” (Chibeiro, ex-marinheiro argentino e pescador).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dos últimos cinquenta anos, inúmeras têm sido as tentativas, de ambos os lados, de estabelecer modelos de investimento e modernização e desenvolvimento para a região da Fronteira entre a Argentina e o Brasil, Usinas hidroelétricas, pontes e aduanas e políticas de integração, sejam com políticas amplas como o Mercosul, ou em políticas mais específicas de cada lado da fronteira, como a legislação sobre as cidade-gêmeas (Portaria nº 213 do Ministério da Integração Nacional) (BRASIL, 2016), ou a Lei de Migração (Lei 13.445/2017). (BRASIL, 2017).

Entretanto, é necessário ter cautela e muita análise sobre os temas que envolvem as fronteiras e suas facetas, no sentido de entender como funcionam os dispositivos e as dinâmicas que envolvem os atores do espaço fronteiriço. A expansão da economia globalizada, acentuada durante as duas últimas décadas, através da crescente intensidade e complexidade de seus distintos fluxos, principalmente o monetário especulativo internacional, tem forçado alguns atores e estudiosos dos espaços territoriais a propor reestruturações nas dinâmicas que atuam sobre os territórios, principalmente em se tratando de regiões limítrofes. Para Ianni (1994, p. 148):

Este é um momento epistemológico fundamental: o paradigma clássico, fundado na reflexão sobre a sociedade nacional, está sendo subsumido formal e realmente pelo novo paradigma, fundado na reflexão sobre a sociedade global. O conhecimento acumulado sobre a sociedade nacional não é suficiente para esclarecer as configurações e os movimentos de uma realidade que já é sempre internacional, multinacional, transnacional, mundial ou propriamente global. É óbvio que a sociedade nacional continua a ter vigência, com seu território, população, mercado, moeda, hino, bandeira, governo, constituição, cultura, religião, história, formas de organização social e técnica do trabalho, façanhas, heróis, santos, monumentos, ruínas.

A mudança global não é um processo uniforme. Ela afeta mais alguns povos do que outros e pode ter diferentes consequências para as pessoas, em diferentes cenários. Talvez sequer seja possível afirmar com segurança que se trata de uma mudança global, na medida em que os diversos sentidos e direções desses processos produzem fluxos e contra fluxos que competem entre si, em condições desiguais de hierarquia e poder de determinação. Com a globalização, acentuou-se

a presença das organizações transnacionais, transformando as regiões de fronteira em transfronteiriças, criando novos fluxos e provocando reações em múltiplos atores do território.

Cabe destacar que regiões transfronteiriças surgem através de processos de transfronteirização que são protagonizados não apenas pelo Estado – na maioria das vezes o ator de maior visibilidade –, mas também por uma diversidade de outros atores provenientes de múltiplas escalas. (CARNEIRO FILHO, 2013, p. 228).

Como visto anteriormente, a presente pesquisa teve como recorte geoeconômico a fronteira entre o Brasil e a Argentina, mais especificamente a região entre as cidades de São Borja¹ (Brasil) e Santo Tomé² (Argentina). O presente território é dividido pelo Rio Uruguai³ e compartilha uma gênese político-cultural que influenciou e continua influenciando as práticas sociais da região, bem como conta com a infraestrutura da Ponte Internacional da Integração como corredor logístico comercial de diversos países.

A preocupação com a segurança nacional, de onde emana a criação de um território especial ao longo do limite internacional continental do país, embora legítima, não tem sido acompanhada de uma política pública sistemática que atenda às especificidades regionais, nem do ponto de vista econômico nem da cidadania fronteiriça. Motivos para isso não faltaram até o passado recente, como a baixa densidade demográfica, a vocação “atlântica” do país, as grandes distâncias e às dificuldades de comunicação com os principais centros decisórios, entre outros. (BRASIL, 2005, p. 9).

No início deste estudo, organizou-se um rol de perguntas, as quais, pretendia-se responder. Nos próximos parágrafos estão registradas as pretensas respostas, contribuições ou, ao menos, comentários sobre cada uma delas.

¹ São Borja é, segundo o site da Prefeitura Municipal deste município, uma cidade tricentenária, considerada a primeira redução dos chamados sete Povos das Missões, também chamada de Terra dos Presidentes pela menção aos presidentes do Brasil, Getúlio Vargas e João Goulart. Tem população estimada em 60.557 pessoas, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O município faz parte do estado do Rio grande do Sul, Brasil. (IBGE, 2020).

² De acordo com o site da *Municipalidad* de Santo Tomé, o nome da cidade vem do antigo Passo de Santo Tomé (1545), que foi um local descoberto pelos jesuítas espanhóis, usando o Rio Uruguai como via de acesso para o Rio da Prata e para a chamada banda oriental que, no caso, compreendia a então província do Tape no lado luso-brasileiro do continente. Conta, no último senso, com uma população de aproximadamente 66.133 habitantes, segundo a mesma fonte. A referida *Municipalidad* pertence à província de Santa Fé, Argentina. (SANTO TOMÉ, 2020).

³ Segundo a Agência Nacional das Águas e Saneamento Básico (ANA), a bacia do Rio Uruguai ocupa 3 % do território brasileiro e serve de marcador territorial para as fronteiras entre os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul no Brasil. Divide os países do Brasil e Argentina até a junção do Rio Quaraí. Seguindo seu curso mais ao sul, divide os países da Argentina e Uruguai, descendo até o chamado estuário do Prata, onde desemboca no Oceano Atlântico. (ANA, 2015).

Com relação à primeira pergunta *Qual a importância da fronteira para as pessoas que moram em São Borja e Santo Tomé?*, fica evidente o apego emocional, ancestral e místico de alguns atores com a região, como é evidenciado pela memória um uma das entrevistadas.

“Metade da minha família mora em Corrientes e Misiones, tenho uma cunhada em San Xavier, outra cunhada em Concepción; em Azara, tenho uma irmã, que já é falecida, que era nascida no Brasil e casada com um polaquinho de lá. Antigamente tinha mais chibo, mais comércio, agora Deus o livre, eu pra mim, fico preocupada quando toca de alguém fazer uma cruzada dessas aí, antigamente era bem fácil a vida, agora, se faz, mas eu fico orando, rezando, o senhor sabe, eu sinto, eu falei pra ele meu filho as 9 horas eu senti que meu coração se acalmou, foi a hora que ele entregou, às vezes ele passa trabalho, tem que se largar na água pra se salvar, e Deus defenda cair nas mãos daquela gente lá, aqui não é bom, mas lá é muito pior, sempre foi assim, lá cruzasse alguém, podia ser um borracho [...], o borracho ia quieto não fazia nada, e lá, se pegavam o borracho, levavam para o calabouço e uma gota d’água gelada na cabeça, eles judiavam das pessoas né, e choque elétrico também, era muito diferente daqui, aquele tempo não tinha muita fiscalização, a gente passava sem medo, e não quero que o meu filho vá, porque Deus defenda, ele disse assim, mas eu não me entrego atravesso o Uruguai a nado e não me entrego.” (Moradora do Bairro do Passo, chibeira, 93 anos, mãe de outro entrevistado).

Outra questão levantada foi *Como funcionam as relações entre fronteira, ponte e rio para as pessoas da região?*, a respeito disso, pode-se ver que tanto nos argumentos de Grimson (2005, p. 127, tradução nossa), que “Os processos fronteiriços constituem um ponto de entrada estratégico para a compreensão dos processos socioculturais contemporâneos.”⁴, quanto no depoimento de um dos entrevistados, que é nítida a importância da fronteira na vida das pessoas no seu entorno.

“[...] eu convivi muito com as relações de fronteira, porque a família do meu avô é aqui de Santo Tomé, então eu tenho essa digamos curiosidade, essa vontade de né, não como pesquisador, mas de conviver com o outro lado, por causa de heranças sociais culturais e históricas enfim, que nós temos aqui nessa região então esse, enquanto fronteiro eu tenho essa relação dos meus familiares constantemente sempre irem e virem de Santo Tomé né constantemente, tenho amigos em Santo Tomé, e isso eu acho que foi um ponto que me instigou a me tornar

⁴ “Los procesos fronterizos constituyen una entrada estratégica para la comprensión de los procesos socioculturales contemporáneos.”

pesquisador nesta área, pelas relações sociais enfim culturais com o outro lado, familiares né, parentesco né, que é um elemento social bastante forte aqui nesta região, que é as relações de parentesco que existem dos dois lados, além das questões históricas as questões de parentesco, familiar, bom enquanto fronteiroiro tem esta questão de perceber que a gente enquanto adolescente não conseguia precisar o quão tão perto a gente está do outro lado, é como se a gente estivesse distante de um bairro em uma cidade média, a medida de um bairro em uma cidade de porte médio, perto de cem mil habitantes a distância entre Santo Tomé e São Borja, então é uma distância relativamente pequena, e, só que no entanto na minha adolescência eu nunca fui a Santo Tomé, eu passei a ter a oportunidade de ir a Santo Tomé mais agora depois que foi construída a ponte, porque disso, porque disso, ali na barca não era qualquer pessoa que passavam, iam os adultos mas geralmente não levavam as crianças né, que é uma questão de segurança enfim e tal, e quem não tinha carro tinha que ir de pé, daí tinha que ir de pé na barca ali né ou de bike não sei como é que é que iam, alguns iam e deixavam por ali, então nunca tive esta oportunidade, fui conhecer Santo Tomé não faz muito tempo, faz uns vinte anos 25 anos que eu conheço, então como é que era nossa visão do outro lado, a gente ia até o rio e enxergava o outro lado, o Formigueiro que era as barrancas de barro que tinha, a gente enxergava essa movimentação mas não tinha esse contato né naquele período né, tinha mais quem ia comercializar mercadoria ali, no outro lado, na verdade muitas pessoas nem chegavam a ir ao centro de ali né de Santo Tomé eram ali no Formigueiro, agora a questão de ir até mais a área central é a partir da ponte mesmo, bueno, então eu vejo que, como fronteiroiro tem essa questão de nós termos uma relação de parentesco familiar e histórica, mas não tem essa relação educacional, social e cultural entre os povos [...]” (Pesquisador, professor universitário e morador local).

Os territórios de zonas de fronteira proporcionam fisicamente uma noção de limites Estatais, sejam eles físicos (rios, montanhas, parques, relevo, etc.), ou políticos (Estado, questões culturais e linguísticas, etc.). Por tratar-se de uma fronteira física, ou seja, uma fronteira com um marcador territorial, neste caso, o Rio Uruguai, muitos são os atores que, em vários contextos, se utilizam do rio e, nele, produzem sua própria identidade.

Neste contexto, a próxima questão a ser respondida, *Como as pessoas da região se relacionam com o rio e com o país vizinho?*, para o amigo e antropólogo uruguaio, infelizmente já não mais presente entre nós, Daniel Etcheverry, com o qual tive a oportunidade de ter sido colega de trabalho na Unipampa, integrando a Comissão Local de Pesquisa no campus São Borja, em um artigo intitulado *As vozes da fronteira: São Borja, a Ponte da Integração e a UNIPAMPA*, provoca uma grande

reflexão ao problematizar sua própria imagem idealizada da fronteira e a maneira como o fronteiriço, especificamente o de São Borja, vê a fronteira.

Quando cheguei a São Borja para assumir o cargo de docente na UNIPAMPA nunca havia estado aqui antes; sabia que se tratava de uma cidade de fronteira, portanto, achava que encontraria argentinos e brasileiros convivendo nas ruas, lojas e restaurantes da cidade; que ouviria perguntas em castelhano e respostas em português e vice-versa e que encontraria alguma forma de portunhol diferente da que já ouvira na fronteira Santana do Livramento-Rivera. Em uma imagem um tanto infantil - devo reconhecer - imaginava que o rio Uruguai teria praias em ambas as margens e as pessoas as frequentariam alternadamente, atravessando o rio em lancha ou pela ponte em bicicleta ou ônibus. Estava disposto e desejoso de começar desvendar essas interações. Em poucos dias, percebi que as pessoas se referiam a si mesmas como 'da fronteira' e que faziam questão de trazer esse diacrítico à tona sempre que cabia, fosse nas interlocuções comigo ou entre si. Entretanto, o 'ser da fronteira' fazia referência ao contato com o outro do outro lado com menos frequência do que se poderia esperar. Foi necessário reformular as perguntas, e esse foi um processo longo. Iniciei então uma rotina de observação e registro de frases e formas de manifestação no dia-a-dia da cidade e que ajudou na construção de um fundamento para este trabalho e os que virão. Algumas questões começaram despontar: Em primeiro lugar; qual é a fronteira em questão? Parecia haver uma fronteira 'para fora', que era tida como uma realidade concreta – o outro era de outro país - mas aquela que realmente vinha à luz nas conversações com maior frequência era uma fronteira para dentro: 'Nós também somos brasileiros' escutei alguém dizer para defender sua posição política; a profundidade e, sobretudo, a polivalência dessa frase ainda luto para desentranhar. Aos poucos fui entendendo que essa é uma postura de demandante, de um demandante que não se sente contemplado. É a postura de quem se refere à fronteira por suas carências. É a fronteira do rio que desborda e alaga as moradias dos ribeirinhos, é a fronteira das ruas esburacadas e da má administração da cidade; é a fronteira do Estado que chega até ali mas nunca está presente. É a fronteira da cidade que dá mas não se doa - "São Borja deu dois presidentes ao Brasil" -. Onde está essa fronteira? De que está ela feita? Quem a fez e quem a faz? Quem está do outro lado dessa fronteira? (ETCHEVERRY, 2018, p. 42).

Para Etcheverry (2018), trata-se de uma fronteira "pra fora" onde existe uma dinâmica de diluição e recomposição da fronteira na medida em que a percepção das diversas identidades presentes (fronteira, nacionalidade, pampa, cultura, língua e etc.) se chocam e se misturam ao imaginário dos atores locais, aponta alguns caminhos no sentido de estabelecer outras dinâmicas na fronteira como a importância das universidades, principalmente da Unipampa para a fronteira em questão.

Outra perspectiva ligada a esta questão, é fornecida por uma das entrevistas, no que tange ao desenvolvimento econômico e social.

“Eu às vezes, o senhor sabe, eu penso que, olhando pros lado, meus parentes mesmo, meus irmãos, não trabalhava igual eu trabalhei, pois o senhor sabia, a gente trabalhava chibeava no tempo das bolsas de 70 kg de farinha [...] e o pai comprava tudo aquilo e ia empilhando, e depois vendia pra aqueles de São Nicolau com as carroças, e o pai pegava numa ponta da bolsa e eu pegava na outra e ele dava um balancinho e botava no meu ombro, pra eu guardar no lugar, barril de cachaça de 200 litros, ele pegava a ponta do barril e colocava uma travessinha pra cada lado e um prego no meio daquela travessinha e botava a corda e eu pra baixar à barranca a gente ficava puxando atrás e o barril ia levando a gente de 200 lit.” (Moradora do Bairro do Passo, chibeira, 93 anos, mãe de outro entrevistado).

Quanto ao questionamento *De que maneira as práticas históricas estão introjetadas nesta região?*, ainda nos dias de hoje, ao caminhar por determinadas ruas de São Borja e de Santo Tomé, percebem-se evidências deste passado em comum, como as configurações urbanas, a paisagem arquitetônica, os usos e desusos do Rio Uruguai e a mesma terra vermelha.

O ano de 1852 marca a abertura definitiva dos rios Paraná e Uruguai à livre navegação e comércio para todos os países interessados. Esse Tratado de Livre Navegação, de grande interesse para o Império Brasileiro, tornou-se possível após a deposição do governador de Buenos Aires, Juan Manuel de Rosas, que havia estabelecido o bloqueio desses rios com a intenção de concentrar no porto daquela Província todo fluxo de mercadorias da região da Bacia Platina. (VOLKMER, 2013, p. 21).

As cidades gêmeas estudadas confirmam os fortes laços cotidianos ali existentes, em função de fatores passados, presentes e das novas possibilidades que vão se apresentando. As cidades gêmeas são a transição, e possuem espaços de integração binacional calcados na territorialidade, na co-presença, no espaço-tempo. Os fronteiriços sabem vivenciar o contraditório, cotidianamente. A linha do limite pode até ser rígida, mas as vivências, o cotidiano, a memória coletiva, as territorialidades, fazem com que tenhamos um outro limite. Este é simbólico e maleável, dependendo das vantagens do momento. Importante destacar que não estamos utilizando limites e fronteiras como sinônimos. (COELHO, 2014, p. 231).

No que concerne aos comentários sobre a questão *Que tipo de interação entre sociedade e Estado opera neste recorte territorial?*, a formalização dos tratados internacionais, ou a formalização dos pactos que os grupos sociais dominantes e detentores do poder realizam entre si, impõem normas que regulam relações naturais, como a troca e a luta pela sobrevivência. Estes acordos de divisão de poder e recursos parecem ter sido impostos e, muitas vezes, no interesse

corporativo de determinadas organizações, que se mantêm na condição de agentes definidores de concepções.

Diferente da ideia de que as Fronteiras são terras sem lei, entende-se que esses espaços pós-nacionais são terras de uma multiplicidade de leis que se aproximam e afastam e estão em constante movimento e negociação entre o Estado (governo, segurança e disciplina), a população (dinâmicas e fluxos) e o indivíduo (economia moral). (ALMEIDA, 2015, p. 30).

Já sobre a questão sobre quem se beneficia *A ponte da Integração integrou quem na fronteira?* Pode-se dizer que em se tratando de territórios fronteiriços, ou regiões de fronteira, onde a proximidade e as dinâmicas socioculturais de semelhanças e diferenças são latentes, os aspectos referentes às globalizações, principalmente econômicas e culturais, possuem características peculiares.

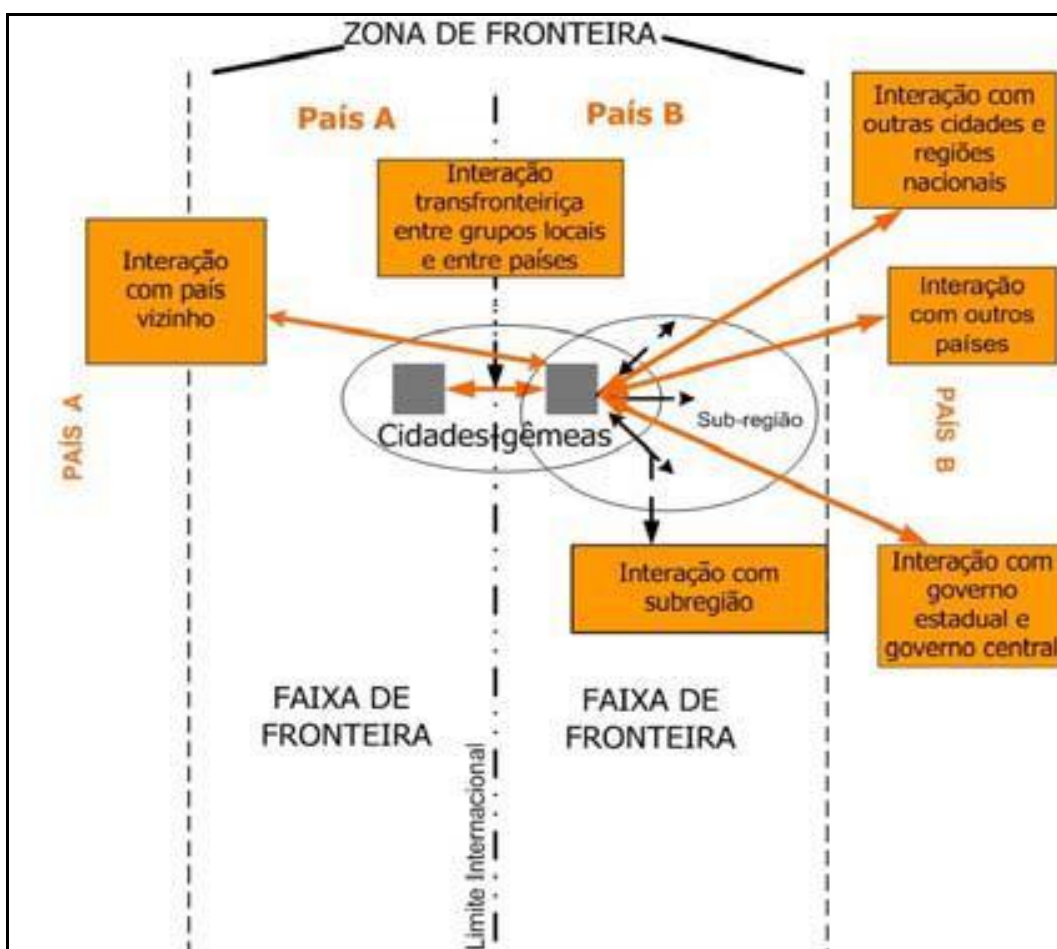
A despeito disso, pode-se observar a importância das dinâmicas locais, ou da falta delas, quando se observa a fala de alguns atores, lembrando como era antes do monopólio de passagem pela fronteira ser estabelecido com a construção da Ponte da Integração.

Por ser uma zona de fronteira, do tipo sinapse, como comprovam as relações estabelecidas entre os atores constantes neste estudo, cabe salientar que a esse respeito, para responder as questões *O que os atores pensam sobre a fronteira supracitada? E como estão as relações dos moradores com a fronteira?* É preciso avaliar as suas escalas de interação, pois, cada ator exerce suas ações dentro do território a partir do seu portfólio de possibilidades de atuação, ou seja, pratica seus atos com uma amplitude limitada pelos meios dos quais dispõe, neste caso, cada ator, ou melhor, cada escala de atores estabelece suas funções em torno de seus próprios interesses. Desta forma, esta fronteira entre o Brasil e Argentina, conta com dinâmicas distintas de agenciamento e articulação dos atores e suas redes, e assim, como na fronteira com o Uruguai, que segundo Mélo (2004), possuem conflitos imbricados nos processos de convivência, embora com outros tipos de dinâmica, que configuram suas próprias relações.

Foi possível constatar ao longo do estudo, que os discursos, primordialmente dos agentes sociais dominantes, seja na esfera política, seja na esfera econômica, atribuem os “problemas” da fronteira a causas exógenas: centralização política e decisões tomadas na esfera federal. Se é correto pensar que a região de fronteira efetivamente está geográfica e politicamente distante dos centros de poder (Porto Alegre, Brasília e Montevideo), não se pode, no entanto, desconhecer que existem elementos

endógenos ligados a um certo padrão de convivência cotidiana que está presente no próprio meio social. Mesmo que fosse possível admitir interesses coincidentes entre as duas localidades, como de resto aos demais pares de cidades da fronteira Brasileiro-uruguaia, quais sejam Jaguarão-Rio Branco, Chuí-Chuy, Quaraí-Artigas, os próprios agentes sociais que enfatizam a integração admitem elementos de atrito ou de conflitualidade. (MÉLO, 2004, p. 130).

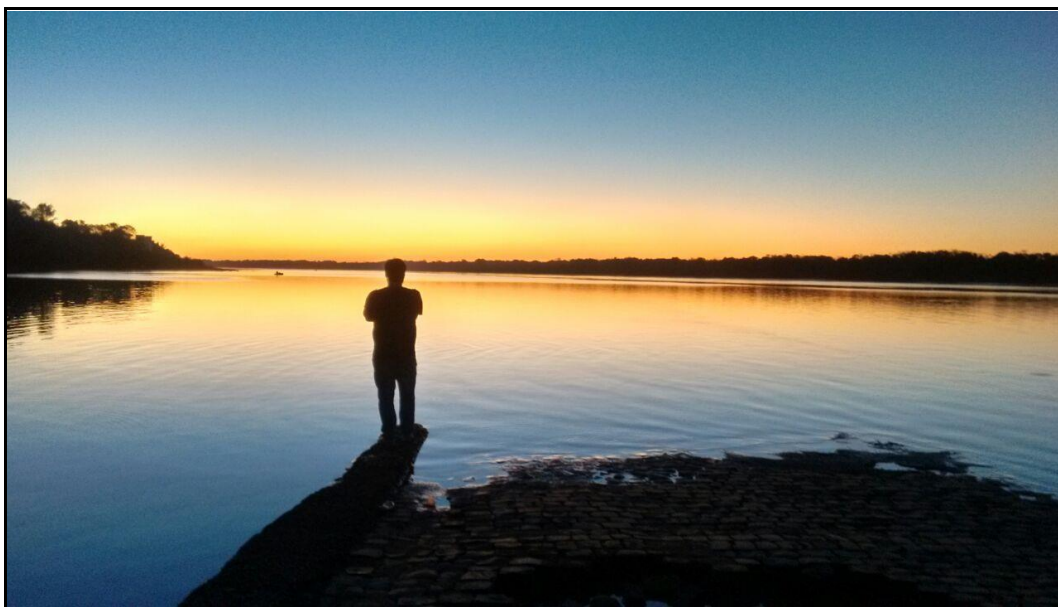
Figura 45 - Interações em zonas de fronteira



Fonte: BRASIL (2005, p. 13).

Com relação ao questionamento que versa sobre *Quem se beneficia economicamente do status atual?*, é preciso levar em conta a formação histórica regional, materializada na estrutura e reforçada pelas práticas locais, mas que também após este período, com a institucionalização dos Estados Modernos e o fim do domínio dos Impérios Ibéricos, a região recebeu influências de povos imigrantes, oriundos principalmente de países europeus. (RAMOS, 2006).

Figura 46 - Um rio banhado a ouro



Fonte: Acervo do autor.

Ademais, esta combinação histórica de fatores parece haver produzido uma série de elementos, que foram considerados ao longo deste trabalho, e que repercutem na interpretação e no fazer das práticas sociais do homem que nasceu e cresceu nestas paragens. Contudo, para atualizar o debate, é oportuno compreender como os atores locais contemporâneos percebem as questões relativas à fronteira e como esta percepção afeta o desenvolvimento da região.

“[...] então a partir disso essa fronteira ela passa então para o domínio de uma lógica que eu considero na minha tese como uma lógica de modelo agro cultural, que se implementa muito forte na região, que é a criação dum, no mesmo período concidentemente em que se fortalece no Rio Grande do Sul a identidade gaúcha que tu tem que constituir um tipo social que de conta de uma coesão socioeconômica né, que está se desenhando né, por ser um Estado que teria um futuro logo mais na frente o grande celeiro do país, então o que acontece nessa lógica, se fortalece uma lógica nacional e regional de fortalecer um sistema produtivo que dê conta do fluxo de capital nacional brasileiro, que vai gerar a produção, São Borja se torna um grande produtor de grãos enfim de matéria prima pro setor primário e demarca um demarca um tipo social que é o gaúcho, neste período de 1900 a 1950, e que de certa forma acaba Ignorando todo laço histórico social e cultural anterior, porque, porque as pessoas que passam a implementar isso, os políticos e os atores decisórios deste período, muitos deles não eram atores desta região, foram estrangeiros que vieram, colonizaram o território criaram um novo modelo uma nova civilidade e acaba perdendo toda essa visão relacional, de relações entre os povos e as comunidades, então daí vem os anos 60 dos governos militares, daí tem toda essa questão também de

proteção das fronteiras, do perigo comunista, e partir de 90 aí sim, começa um período interessante para se pensar a região, que é a entrada dessa lógica, desse novo neoliberalismo né, que como o neoliberalismo se implementa na década de 90 com o fluxo, todos os tipos de fluxos possíveis, onde não se tem mais um protecionismo entre os países, mas sim há uma abertura, tudo se torna mercado, tudo se torna recurso, aí se ressurgue o discurso da reintegração fronteiriça, aqui na américa do sul em primeiro momento em uma lógica aduaneira, em uma lógica comercial, de 1996 pra cá 25 anos [...].” (Pesquisador, professor e morador local de São Borja).

Assim, os discursos inerentes à construção da ponte pareciam advir de uma lógica do desenvolvimento do emprego e da renda conforme nos aponta Pinto, Colvero e Retamoso (2017, p. 12). Porém, em longo prazo, e pela fala de alguns atores, o que se vê é o aproveitamento da região na evasão de seus potenciais recursos para atores externos ao território, como grandes transnacionais e a falta do planejamento de dinâmicas locais de produção.

Esta combinação histórica de fatores parece haver produzido uma série de elementos, que foram considerados ao longo deste trabalho, e que repercutem na interpretação e no fazer das práticas sociais do homem que nasceu e cresceu nestas paragens.

“Porque para fazer a ponte creio eu que vai ser que nem a barragem, eu tava aqui eu trabalhava com coisa da Argentina, tinha essas lancha aqui no porto que dava comida pra todo esse pobreril aqui da costa, aí com essa ponte, disseram que ia favorecer o pobre, vai melhor para o pobre, que pobre?! Melhorou para classe média alta, quem não tem um carrinho não pode ir na Argentina. Nessa época aí, todo o pobreril ia ali pra barranca, e dali tiravam o pão do dia para comer. Nós aqui, nós saia pra fora ficava dois, três dias, fechava a casa e voltava tava do jeito que deixou... no momento que estourou essa ponte aqui nós ficamos prisioneiros do ladrão, quem não sabia roubar, aprendeu. Foi um absurdo! Eu trabalhava de noite, chegava de dia as 6 horas da manhã, eu pegava passagem, as 6 horas da manhã e o povo tava ali, trabalhando ali: ganhavam o pão. Então, dessa gente que teve que se retirar dali com dois, três filhos pra dar o que comer o que aconteceu!? Aprenderam a roubar, nunca mais nós podemos sair e deixar a casa sozinha. Aconteceu fato de eu voltar e não ter nada dentro de casa. Faz mais de 30 anos que moro aqui.” (Morador do Bairro do Passo, ex-presidente da Colônia de Pescadores, pescador).

Para além dessa configuração geoespacial, todavia, a região da fronteira mantém sulcada em sua geografia, marcadores territoriais que registram práticas,

costumes, períodos históricos e manifestações culturais que influenciaram e que continuam a influenciar suas paisagens. Registros que permaneceram vivos, ao longo do tempo, e que deixam pistas de fluxos e modos de vida que teimam em resistir.

Alguns limites produzem uma série de consequências de variados níveis, dentre elas, a necessidade de planejamento na aplicação de recursos nos territórios, sejam oriundos de capital privado ou de recursos públicos. Para que seja possível o planejamento destas aplicações, segundo Baudelle *et al.* (2011), é necessário que as dinâmicas territoriais entre os agentes permitam uma maior autonomia e um melhor aproveitamento de recursos locais, sejam eles tangíveis ou intangíveis.

“[...] tem um autor que eu li a muito tempo atrás na graduação até estava defasado e agora ele voltou pro pessoal questionar ele com a Pandemia o Mackinder, é um pesquisador das relações internacionais acho que é um inglês ou americano, ele é um dos maiores nomes que deu berço a geoestratégia, e o Mackinder sempre disse que os rios eram os principais elementos da geoestratégia e sempre serão os principais elementos da geoestratégia internacional, então aí comecei a relacionar nas minhas pesquisas por ser da geografia, a importância, sempre me questionava né nas minhas pesquisas porque que São Borja e Santo Tomé não era uma questão de a gente chamar pra pesquisa que era a importância deste território, mas ele começou a se auto comprovar a partir dos dados e das análises da literatura, ele começou a se apresentar como um território geopoliticamente muito importante para a América do Sul a tal ponto de que conseguiu esse tornar um berço político, social e cultural dessa região, acho que isso é uma retroalimentação, uma consequência né [...]”
(Pesquisador, professor universitário e morador local).

Assim, para compreender os espaços fronteiriços específicos, é necessário realizar levantamentos de dados específicos e de análises, à luz de categorias específicas, que deem conta de contemplar ao máximo as complexas relações e a variada gama de atores que atuam sobre o território, pois, pensar em fronteira é pensar o espaço, o qual é construído pelas relações que nele se desdobram.

Além disso, é preciso dar visibilidade às opiniões dos atores que mais sofrem com os impactos gerados com as ações em regiões de fronteira, sejam estes positivos e/ou negativos.

As experiências de campo vividas nesta tese, servem mais para aguçar nossas perguntas do que respondê-las, visto que, as respostas são sementes de possibilidades que o arcabouço da práxis das pessoas da fronteira tem de sobra

para fornecer, contudo, é preciso sabedoria e empatia ao tentar desvendar os mistérios desta fronteira.

Por se tratar de uma região transfronteiriça, de um rio transfronteiriço, cabe destacar que o uso compartilhado da água é uma temática de amplo debate atualmente, sendo que a gestão destes recursos demanda uma governança hídrica por parte dos países lindeiros, como destaca Cibim (2012, p. 50).

Para tanto, será interessante considerar a bacia hidrográfica internacional como território da água no qual devem ser pensados caminhos para a implementação da gestão compartilhada e da governança híbrida e participativa. A gestão compartilhada do recurso natural poderia ser feita por meio dos instrumentos existentes em cada um dos países ribeirinhos (como por exemplo, a legislação vigente, os padrões de qualidade de água, a necessidade ou não outorga para uso dos recursos hídricos e outros) ou instrumentos comuns como tratados internacionais. Já a governança híbrida e participativa poderia considerar a diversidade de atores e os usos da água existentes em cada um dos países, bem como os projetos existentes e futuros.

Neste sentido, ao observar o campo e as falas das pessoas entrevistadas fica evidente outro aspecto latente da relação entre rio, ponte e margens, os conflitos ambientais, ou a degradação ambiental propriamente dita, existem fortes indícios (fotos e depoimentos) que está acontecendo uma esterilização (asepsia) das margens no quesito meio-ambiente, como aponta um dos entrevistados.

“Tu sabe que eu acho mais é que no nosso rio que não dá o peixe aqui desse lado, que tudo os pescador, eu sou pescador também, tenta amarrar do lado de lá se arriscando os marinheiros prender e tomar, é o seguinte nós destrói, nós mesmo, pode olhar desse lado de cá tu não acha uma árvore no barranco, porque tem o Ingazeiro o Quiaveiro que cai a fruta lá e o peixe está lá pra comer, é o alimento dele, então tu olha aqui e é um barranco pelado, aí que está, destroem tudo a costa do rio, é nós mesmo, eles tiraram toda madeira tinha, não tem mais o que fazer, então é por isso que o peixe lá na Argentina dá mais, é nós que destruímos né tche, e lá eles pra pescar não pescam com rede, é linha de mão ou um e espinhel coisa, claro que tem os que pescam escondido, mas a princípio era assim, antes tinha os naval, o seu Lucena olha aquele porto ali foi ele que plantou aqueles Ingazeiro que está lá, da fruta ali ó vai cair na água e o peixe vem, quando da os alagados e o rio enche o peixe vem pastar aqui ele entra pelo mato e aí tu pega tudo eles aqui, no campo eles vem, eles tem que se alimentar né, a piava, lá em Ijuí meus primos meu primo é presidente da associação de pescador eles fazem, todo anos eles fazem os alevinos e todo os anos eles largam em quantia de alevinos eles dizem que já fizeram até o cruzamento do gruma com a piava, saiu tipo de um gruminha com as nadadeiras vermelhas porque a piava tem nadadeira vermelha, e eu já peguei, e nós aqui não fazem nada tche, então se a

gente mesmo juntar a nossa associação mais a escola de vocês por exemplo, e plantar uma árvores nesses barranco, aqui nesse barranco nos corria carreira em cima, jogava bola, tinha 3 campos de futebol nos fim de semana enchia os 3, agora não tem nada não dá nem pra caminhar, porque não tem árvore aí vai desbarrancando, vai terminar, isso aí que nós tinha que agilizar, madeira de lei nos barrancos tu não acha mais acha mas é madeirinha, não tem angico, ipê essas coisas tu não acha mais pode fazer a volta, não tem, se é de algum proprietário vão e metem a moto serra, lá na Argentina tem tu acha umas árvore véia assim ó, campos que não derrubam numa árvore, uma outra coisa que eu perguntei pra eles, é não poder pegar dourado, o dourado é predador, tá terminando com os peixes aqui, e não pegam, daí os pobres tem que largar o arrasto, porque não tem o que fazer e já faz quantos anos que dourado é proibido que se pegam, dá multa e cadeia, na Argentina deixam pegar dourado, e ele caça daí que ele vai aumentar e terminar com os outros, a piracema lá é um mês antes que aqui o peixe sobre pra desovar, eles só pescam de linha de mão e um jeito indígena, a fisga de noite eles vão com a lanterna lá o peixe vem dormir na costa e eles atiram a fisga, e pegam o peixe de noite isso aí é quantia de foquinho ali ó é vagalume aqueles correntino caminhando na costa do rio, nós não se animemo, nós é de preguiça, lá eles tem andar e a gente não já mete uma rede, tilsa que eles chama, uma taquara que eles usam pegam piava dourado [...]” (Pescador, chibeiro, ex-militar e morador local).

Figura 47 - Leito rochoso do Rio Uruguai na seca de 2020



Fonte: Acervo do autor.

Desta forma, territórios geograficamente localizados em áreas distintas possuem peculiaridades e atores distintos. No caso das regiões de fronteira, a ligação com outro país e outra cultura aufere ao território características próprias e peculiares.

Estudos em regiões específicas permitem identificar litígios, cooperações e/ou situações peculiares, reais e cotidianas, que ocorrem com mais intensidade, no ponto de vista desta pesquisa, em territórios onde os limites entre língua, cultura, sociedade e geografia aparecem mais evidentemente.

Neste sentido, constata-se, a partir de tais citações, que os territórios são construções sociais e políticas. Nesse processo, evidencia-se a vontade de apropriação, investimentos, identificação territorial, reconhecimento, controle do espaço pelas coletividades organizadas e relações de governança.

As memórias servem como patamar de manutenção das formas de socialização dispostas ao longo do tempo nos territórios, fortalecem a ideia de que certas fronteiras são formadas, de um lado por pessoas que, mesmo sabendo que não iam retornar aos seus prados de origem, assumem uma nova missão: estabelecer fixo o que era mutável, a rudeza desta fronteira.

“[...] e tem essa barragem aí, que esses próximo armam os espinhel e eles largam 4 metros de água numa noite e estoura tudo, daí eles vão roubar e vão preso mas e daí, O COSTEIRO, eu fui pescar em Garruchos num amigo que perdeu 4 redes numa noite, e aí com mulher e criança pra dá bóia, não tinha chovido nada nem em SC, como que faz? Ai vão roubar, aí tá errado, vai preso, isso tinha que ter um regulamento ou avisar por rádio, tv, agendar as coisa, tal dia nos vamos abrir as compotas, se não é a hora eles querem, pega o cara desprevenido, porque o costeiro sabe, pra guardar as coisas dele, as formiguinha de asa começam a voar e a se mexer, a trocar de ninho, eles sabe que tem que recolher as coisas se não vou perder, ele trazia a graxa e a farinha e levava daqui o porco ou uma galinha, chibo que nós dizemos, chibeava, meus pais são brasileiro eu morei na Argentina, estudei lá até a terceira série, o pai do meu pai era Austríaco, veio de navio aos 2 anos na proa, tipo escondido, ali na Argentina não plantam nada na costa, aqui tem os pesqueiro, ali no fulano não é pesqueiro é propriedade, esse outros esse campo é tudo nosso 300 metros até Garruchos é tudo nosso, meu pai trazia cavalo, e boi de lá, uma vez ele trouxe e pegou uma tormenta, trazia a nado, largava uma tropa de égua e vinham nadando no costado, botava uma com um cincerro na frente, a ponte terminou com o formigueiro, e todo mundo ganhava o seu troquinho, meu pai morreu quando eu tinha 11 anos eu ia vender pastel e coquear bolsa no porto, voltava com dinheirinho no bolso pra comprar comida, uma época

terminou a cerveja aqui, daí trazia cerveja de balde, trazia numas bolsa tudo escondida dos federal, uma vez perdemos umas 4 bolsa, uma vez comprei uma bolsa de cebola, e ia comprando e valia, todo mundo ganhava bem, vendiam açúcar, e bombom pra Argentina, vendia na janela dos carros argentinos que passavam na balsa [...].” (Pescador, chibeiro e morador local).

A forma com que os objetos se apresentam interferem no território de forma substancial, neste sentido, a Ponte Internacional da Integração, por seu formato, canaliza um fluxo que na realidade sempre foi disperso, e tal dispersão se dava justamente pela capilaridade dos tipos de relações comerciais disponíveis no território, os atores de ambos os lados ajustavam suas condutas de acordo com suas demandas.

Figura 48 - Final da ponta da faixa (visível somente em grandes secas)



Fonte: Acervo do autor.

Ao não contar com um prévio planejamento desta explícita interação fronteiriça, ela acaba se manifestando sobre outras formas. Na cidade de Garruchos, onde o município mais próximo é na Argentina e via rio, a simples aplicação de um soro antiofídico contra picada de cobra se manifesta como uma ruptura à linha de fronteira. Ela se dilui, formando uma estratégia, uns conjuntos de elementos,

binacionais no caso, que possibilitam ou, no caso, salvam a vida das pessoas que vivem nesta fronteira.

Em uma paisagem imaginária, talvez o fronteiroço que não se prende aos tratados e acordos gerais, e vive a geografia do rio e do pampa, e batizado pelas práticas sociais enraizadas nas vidas das pessoas da região, em sua mais bruta e profunda memória, escolha entre passar pela ponte de concreto que fica acima do rio, ou pela ponte de baixo refletida nas águas do Uruguai.

Acredito que Mezzadra e Brett (2013) sintetizem bem o lugar da fronteira ao abordá-lo como ponto de referência, como metodologia, como lugar de observação de fenômenos na fronteira.

“Um dia eu vou levar vocês pra prosear com um cara, o Dr. Amadeus, que ele me contou a história do Andrezito Artigas, que era de São Borja, e outra história que ele conta é porque que em Santo Tomé já caiu cada tormenta, já destruiu a cidade quase, e porque São Borja não, não caiu uma telha, é que dizem que os índios de lá na época deles, espedrejaram um monge que cruzou o rio no burrinho e aqui o acolheram, e ele abençoou o lugar, daí então é o que dizem, eu fui num lugar na Argentina chamado Cerro do Monge, é no meio do mato, desce por uma trilhazinha, o que tem de gente pagando promessa que deixa muleta e sai caminhando, e lá embaixo onde cruzou o burro e o monge, está o casco do burro na pedra, no lado da Argentina, tem procissão por lá Cerro do Monge Pescador.” (Chibeiro e morador local).

Figura 49 - A ponte de cima e a ponte de baixo



Fonte: Acervo do autor.

A história dos territórios sul-americanos tem sido turbulenta, suas populações estando com frequência sujeitas a novos desafios sem ter solucionado ainda os antigos. Um dos desafios que de novo está sobre a mesa de negociações dos governos e nas estratégias de movimentos sociais e empresas é estimular as interações entre os povos do continente sul-americano, direcionando-as não no sentido negativo de ser “contra” outros povos e sim na positividade do amadurecimento político de seus habitantes. Esse é nosso desejo. (MACHADO *et al.*, 2005, p. 111).

A partir da observação sobre a Figura 50, foi possível visualizar a metáfora que traduz duas perspectivas distintas e presentes neste estudo, a primeira, ligada à ponte de cima, ou seja, o caminho de cima, o traçado de concreto que liga os dois países e atravessa o rio; a segunda, a ponte de baixo, ou seja, o caminho de baixo, o caminho do rio, a forma de transporte historicamente utilizada na região e que se reconfigura a partir da construção da ponte.

Pode-se perceber, em qualquer fronteira, a existência de inúmeros conflitos, em virtude da presença de inúmeros grupos, internos e externos, com interesses no território. Acerca disso, segundo Collins (2009, p. 105), “o conflito é mais intenso quando se dá entre indivíduos ou grupos que são mais próximos, porque são os que mais representam ameaça”. Ainda, segundo o autor, “o conflito é a percepção sobre

os limites de um grupo”. (COLLINS, 2009, p. 106). Assim, será que se pode entender a fronteira como representação destes limites, sejam eles geopolíticos ou conceituais? Ou precisa-se compreender mais profundamente os elementos que compõem a fronteira?

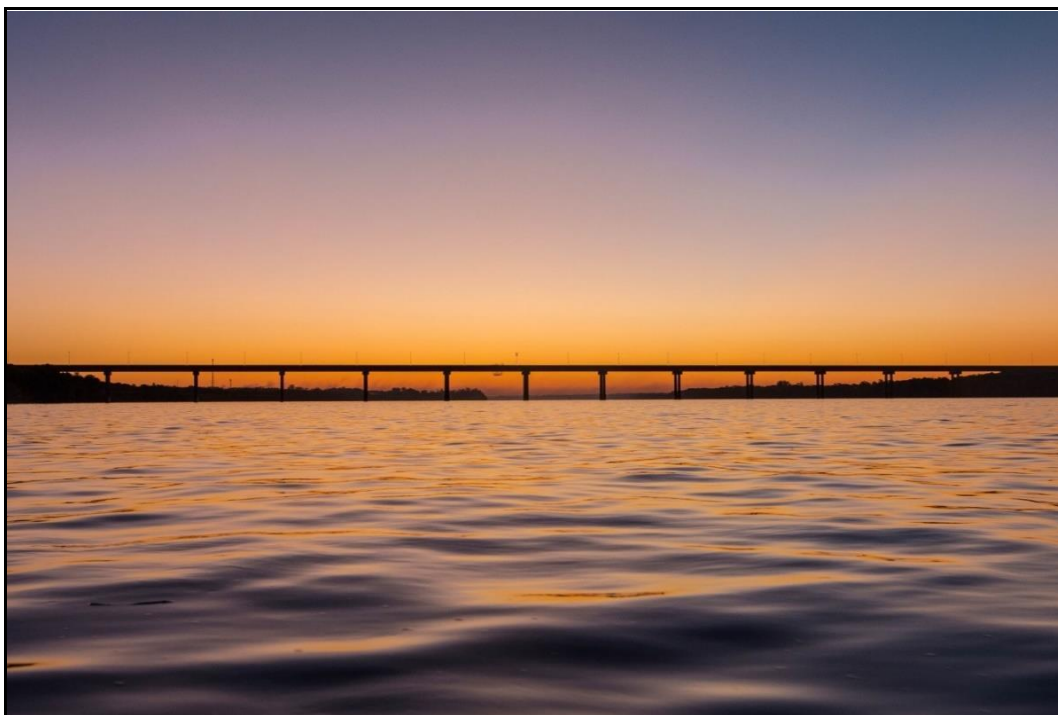
São Francisco de Borja recebeu significativos contingentes populacionais. A povoação do Passo, distante cerca de seis quilômetros da sede, cresceu significativamente a partir de 1845 devido a essas imigrações. A presença de estrangeiros na linha fronteira passou a preocupar, sobremaneira, o Império, a ponto de, em 1848, ser ordenada a retirada da população estrangeira da fronteira. A ordem, porém, não foi cumprida. A câmara argumentou que isso “traria um mal para o município”. Isso demonstra que o número de estrangeiros que habitavam era realmente grande e que eles contribuíam com o município e eram aceitos pela comunidade. Mas para o governo nacional eles representavam uma ameaça à segurança e à soberania, o que, nos dá ideia do grau de desconfiança do Governo em relação a essas áreas fronteiriças. (COSTA, 2013, p. 89).

Com a construção da Ponte Internacional da Integração, ligando São Borja a Santo Tomé, o deslocamento de pessoas e mercadorias ficou condicionado ao atendimento das condições formais (Acordos Internacionais entre Estados) que uma aduana apresenta, ou seja, em outras palavras, o comércio formiga, informal, e que abrangia a população mais vulnerável e culturalmente ligada às práticas ribeirinhas e que, em virtude disso, possuía um histórico de trocas com o outro lado, acabou sendo proibido pela formalização que a estrutura da ponte impôs.

Tal sentimento gerava críticas ao governo provincial e imperial e gerava, na população, uma atitude prática, o fortalecimento do contrabando que contribuía na criação de vínculos transfronteiriços na região. Assim, a vida em São Francisco de Borja e Santo Tomé era cara, o contrabando de pequena escala feito entre elas e o contrabando de grande escala feito pelo rio Uruguai ou por dentro da Alfândega de Uruguaiana eram maneiras de romper o isolamento das duas comunidades e de diminuir o custo de vida das suas populações. (COSTA, 2013, p. 152)

Assim, as pessoas que, historicamente, viviam e tinham suas tradições e práticas ligadas à pesca e ao que se chamava de comércio formiga tiveram suas vidas abaladas. Não só pelo fato de verem seus ganhos reduzidos ou sujeitos às regras as quais os membros não foram consultados, mas também pelas relações interpessoais que se criavam entre pessoas de nacionalidades diferentes, mas de práticas sociais irmãs.

Figura 51 - Entardecer na ponte da Integração



Fonte: Acervo do autor.

Esta reflexão de Lefebvre (2000, p. 266) advoga que as fronteiras estão mais próximas de compreensão se observar o natural, o espontâneo, que redes e fronteiras são tramas de simbolismo e práxis, e que, ao buscar descrever a forma como a “natureza” se comporta, engendra-se um quadro que não pertence ao espaço geométrico:

Redes e fronteiras constituem um espaço concreto, mais próximo da teia de aranha que do espaço geométrico. Já sabemos que o cálculo reconstrói de uma maneira complicada o que a “natureza” produz no corpo vivo ou [no] seu prolongamento. Sabemos também que simbolismo e práxis não se separam.

Claude Raffestin (1993) fala na geografia contemporânea sobre território e poder, para ele o território vai além do Estado-Nação, diz que a geografia política clássica que se aprende é uma “Geografia do Estado”. O autor inclui outras variáveis, diferencia o poder através do Estado, dominando os recursos naturais e controlando a população. “O território se apoia no espaço, mas não é espaço. É uma produção a partir do espaço, que se inscreve num campo de poder”. (RAFFESTIN, 1993, p. 144). Nas suas reflexões comenta, ainda, que o espaço é anterior ao território que se efetiva a partir das relações sociais, é uma relação dialética e

continua, mas distinta, porque o espaço geográfico seria composto por diversos territórios.

Como visto no Capítulo três, onde foi abordado o conceito de escalas, percebe-se que os atores atuam em diferentes escalas, o Rio Uruguai faz parte de uma fronteira, que pela sua geografia sempre foi difusa, ou seja, o rio oferece vários pontos de passagem, por ser uma fronteira entre nações, a necessidade da existência de dispositivos de controle por parte do Estado é permanente, com o advento da ponte essa presença deixa de ser ao longo do rio e centraliza-se na ponte, além disso, com ela todos os meios legais de passagem nesta fronteira são centralizados na mesma, tornando-a a única porta legal para a Argentina.

O *hall* das margens provocado pela forma da Ponte Internacional, não precisa ser permanente, em 2021, este ano, vence o período que foi concedido pelo certame e, depois de vinte e cinco anos, tem-se plenas condições de, ao analisar todas as escalas envolvidas nas dinâmicas da fronteira, do rio e da ponte, estabelecer pactos de atuação que possam contemplar essa gama tão original e simbólica de atores fronteiriços que transitam e habitam estas margens.

[...] construção da ponte de posadas/Encarnación - No entanto, o aumento qualitativo no cruzamento de pessoas, automóveis e bens constituiu um quadro no qual se desenvolveram as disputas entre setores sociais. As novas instalações para os residentes de Posadas fazerem compras em Encarnación e para a travessia das “paseras” tradicionais paraguaias (mulheres que há mais de um século vivem da travessia de pequenas mercadorias) afetaram os interesses dos comerciantes de Posadas. Várias organizações em Posadas começaram a exigir maiores controles aduaneiros, denunciando o fato de o dinheiro argentino sair do país através da ponte, acusando os paraguaios de terem uma economia informal e afirmando, a título privado, que a ponte causou o “«desastre económico da cidade»”.⁵ (GRIMSON, 2000, p. 69, tradução nossa).

No interior das fronteiras já está o estrangeiro, exotismo ou *sabbath* da memória, inquietante familiaridade. Tudo ocorre como se a própria delimitação fosse a ponte que abre o dentro para seu outro. Certeau (1998, p. 215) comenta que:

⁵ “[...] construcción da ponte de posadas/Encarnación - Sin embargo, el incremento cualitativo de cruces de personas, automóviles y mercancías constituyó un marco en el cual se desarrollaron disputas entre sectores sociales. Las nuevas facilidades para que los posadeños realizaran sus compras en Encarnación y para los cruces de las tradicionales «paseras» paraguayas (mujeres que desde hace más de un siglo viven del cruce de pequeñas mercaderías) afectaron los intereses de los comerciantes posadeños. Diversas organizaciones de Posadas comenzaron a reclamar mayores controles aduaneros, denunciando que por el puente el dinero argentino sale del país, acusando a los paraguayos de tener una economía informal y afirmando en privado que el puente provocó la «débâcle económica de la ciudad».”

Onde o mapa demarca, o relato faz uma travessia. O relato é “diége-se”, como diz o grego para designar a narração: instaura uma caminhada (“guia”) e passa através (“transgride”). O espaço de operações que ele pisa é feito de movimentos: é topológico, relativo às deformações de figuras, e não tópico, definidor de lugares. O limite aí só circunscreve a modo de ambivalência. Ele mesmo, um jogo duplo. Faz o contrário daquilo que diz. Entrega o lugar ao estranho que na aparência lança fora. Ou então, quando marca uma parada, não é estável, segue antes as variações dos encontros entre programas. As demarcações são limites transportáveis e transportes de limites, eles também “metaphorai”.

Muitas têm sido as ações locais que buscam evidenciar a importância de dar mais legitimidade aos planos e políticas específicas sobre a fronteira, o rio e a ponte, e, dentre estas, destaco que no final do mês de novembro do ano de 2020, fui convidado pelo Comité para el Desarrollo da Cuenca del Rio Uruguay, para participar de uma reunião virtual em que, dentre alguns assuntos, foi debatida a necessidade da criação de um Observatório Socioeconômico com o objetivo geral de apoiar o desenvolvimento transfronteiriço da bacia do Rio Uruguai, os objetivos específicos são: a) contribuir para a compreensão das problemáticas e complexidades da bacia; b) encorajar a formação de atores institucionais e territoriais especializados nas prioridades da agenda transfronteiriça; c) estimular debates interdisciplinares que contribuam para a consolidação de uma visão de longo prazo sobre política transfronteiriça na referida bacia.

Além disso, ao longo deste estudo, foram percebidas inúmeras iniciativas e diversas oportunidades de articulação entre os espaços fronteiriços, tais como a navegabilidade do Rio Uruguai a partir de eclusas em Salto Grande e San Antonio, a construção de novas pontes entre Monte Caseros e Bella Unión (Quaraí) e Concordia e Salto, bem como um cais e um aeroporto internacional fronteiriço, um aeroporto binacional em Rivera e o compartilhamento e compatibilização de dados estatísticos.

Outras redes que vêm sendo articuladas, e que merecem destaque pela atuação na região são as universidades presentes no recorte da pesquisa, de ambos os lados da fronteira, pois as Instituições Superiores de Ensino vêm despontando como atores fundamentais na articulação dos novos e velhos paradigmas presentes na região, uma vez que são milhares de alunos de várias regiões de ambos os países que frequentam as universidades regionais – Fundación Barceló e a Universidad Nacional del Nordeste (UNNE) em Santo Tomé e Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), Instituto Federal Farroupilha (IFFar) e Universidade

Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS) no lado de São Borja –, estas articulações permitem que as possibilidades de Ensino, Pesquisa e Extensão possam tornar-se transnacionais, e que tornem-se possíveis políticas que facilitem a circulação de pesquisadores e estudantes pela fronteira platina.

Para um pesquisador local entrevistado, estas articulações vêm acontecendo, principalmente, por se estar em uma região de fronteira, onde mesmo o diálogo jurídico tem suas respectivas peculiaridades.

“[...] tu está numa região de fronteira tu não está só dialogando com a legislação brasileira tu estás dialogando com uma legislação internacional, ai surge como agente considera como importante mudança neste panorama que são os comitês de integração fronteira nós temos só 5 comitês na fronteira Brasil Argentina que é um órgão vinculado aos consulados, de assessoramento aos consulados isto consta na página do Itamaraty, torna-se uma relação diplomática com a participação de vários atores regionais em locais, os comitês têm uma importância muito forte para trazer uma nova visão técnica para as questões de fronteira principalmente pela participação das universidades, os cônsul pode dar os atalhos para as demandas através dos comitês de integração os locais de fronteira tem uma instância a mais. Temos uma samborjense no Itamaraty. Criação de uma agência de integração fronteira entre as universidades e instituições, uma agência que tire do papel alguma demandas, que tenha influência para colocar em prática as questões.” (Pesquisador, professor e morador local).

Para Simmel (1996, p. 14), uma ponte estabelece a possibilidade de uma ligação, uma possibilidade de ir e vir, porque o homem “é um ser de ligação que deve sempre separar, e que não pode religar sem ter antes separado, precisamos primeiro conceber em espírito como uma separação a existência indiferente de duas margens, para ligá-las por meio de uma ponte”. Ainda para o autor, o homem é “[...] um ser-fronteira, que não tem fronteira”. (SIMMEL, 1996, p. 14).

Aí está o sentido mais rico e mais vivo da porta comparada à ponte, sentido o que se revela logo pelo fato de que é indiferente atravessar uma ponte numa direção ou na outra, enquanto a porta indica ao contrário uma total diferença de intensão a depender se se entra ou se sai. (SIMMEL, 1996, p. 13).

Defende-se nesta tese que, a partir da construção da Ponte da Integração, houve uma esterilização das margens, visto que o referido objeto cria um monopólio legal de passagem, desconstituindo um fluxo histórico das pessoas com o rio e com as outras margens. Caracteriza o normativo e esteriliza a polissemia presente nas

variadas escalas de atores presentes no território, escalas governamentais ou escalas de vida, sendo que é a polissemia que gera a circularidade que é uma das características históricas da fronteira. Para autores como Cibim (2012, p. 121), é preciso que o debate esteja ao alcance do maior número de atores e escalas possíveis:

Mas a paradiplomacia por si só não basta num processo de governança, é preciso que haja a participação efetiva dos atores, não só atores regionais, nacionais e subnacionais, mas também dos demais atores como Organizações Não Governamentais e sociedade civil em geral. O desafio posto pela governança participativa, da qual deverá fazer parte a paradiplomacia, é o de impulsionar as negociações, englobando os interesses regionais e locais.

Além do mais, o padrão de controle normalizado afeta as multivocalidades dos atores, fazendo com que aja a perda do movimento em um raio amplo gerado pela ponte, operando um binarismo na dimensão do une ou desune, e que interfere na interação dos sujeitos com escalas distintas.

Para um dos entrevistados, a região passa por um histórico de configurações e reconfigurações que produzem uma nova lógica que se estabelece na região nos últimos anos.

“[...] termina ano que vem a concessão da ponte, então com a ponte da integração há uma, se cria uma grande expectativa que a comunidade pudesse ter uma maior aproximação pudesse gerar empregos ter um novo modelo de desenvolvimento para a região, que o setor logístico pudesse trazer um novo modelo econômico muito importante para a região, e trouxe, mas por outro lado não se imaginava os efeitos que isso teria porque 25 anos se tu for analisar não é muito tempo, faz 25 anos que construíram essa ponte, recém que a gente esta tendo visões do que é positivo ou não né, então agora a pauta é a partir da ponte as relações eram mais paradiplomáticas eram relações subnacionais entre atores locais principalmente, não só de governos, acho que isso é importante destacar, essa região tem uma característica diferenciada porque a integração na fronteira ou as relações de fronteira em tudo isso que eu disse, eu estou dizendo que antes da questão privada e antes da questão político administrativa ela tinha uma relação mais fluida, porque eram os atores sociais que faziam e ainda o fazem, e isso ainda continua, não pode ser ignorado, não é porque temos atores governamentais que governam mas não quer dizer que eles dão conta do processo, até porque muitos deles não entendem o cenário que eles estão vivendo [...]” (Pesquisador, professor universitário e morador local).

A Ponte internacional da Integração é um marco com grande impacto nas relações bilaterais entre o Brasil e a Argentina, servindo de corredor logístico para o fluxo comercial dos dois países e do capital global, principalmente o impacto do controle, controle esse onde algumas escalas que explicitam obediência às dinâmicas transfronteiriças, convivem com as práticas naturais de passo e mobilidade, caracterizadas pelas logísticas de solidariedade e que se diluem na dinâmica entre rio e margens. Em busca de alternativas para o aprofundamento das questões de fronteira e da governança do rio, Cibim (2012, p. 173), aponta para a paradiplomacia como elemento importante na articulação entre atores:

Portanto, na bacia do Prata a articulação entre os diversos atores, considerando as escalas geográficas e em especial os atores subnacionais, consolidam a paradiplomacia como um instrumento para a efetivação da governança, e ao legitimar as negociações, tornam o processo de governança mais fluído. Conclui-se esta tese afirmando que a governança de águas transfronteiriças é um desafio de escalas territoriais, um desafio político-institucional, um desafio participativo e um desafio de planejamento. E no caso da governança hídrica na Bacia do Prata, a governança envolve um processo complexo e possível, mas também representa um avanço para a gestão compartilhada, integrada e cooperativa entre os atores. Afinal de contas, a água ignora barreiras políticas, invade a classificação institucional e escapa às generalidades legais [...].

Um bom exemplo disso foi a dificuldade dos transportadores, ou seja, os operadores logísticos tiveram, durante a pandemia de Covid19, um impasse entre os dois países que fez com que o fechamento da fronteira afetasse principalmente os motoristas de caminhão, que ao estar de passagem, foram impelidos a permanecerem nos locais de fronteira esperando as chancelarias dos dois países se entenderem, agregando custos ao processo e fazendo com que as pessoas envolvidas operacionalmente, no caso os motoristas passassem necessidades.

A esterilização das margens, por si só já problemática, e atinge categoria de drama em situações como a pandemia, pois a ponte em porta fechada e o rio em uma porta aberta ao desespero e à ilegalidade. A falta de articulação por parte das escalas ligadas ao mercado e ao Estado com outras escalas de atores, acaba com a polissemia, com as possibilidades de ações que poderiam ser geradas a partir destas articulações. Para Cibim (2012, p. 42):

Não há como desvincular a governança hídrica numa bacia transfronteiriça internacional da questão da soberania de seus Estados membros. Deve-se, no entanto, considerar um novo desenho deste contexto, no qual são

incluídos novos atores integrantes das diferentes escalas territoriais existentes numa bacia transfronteiriça internacional.

A pandemia e a consequente quarentena trouxeram inúmeros imprevistos para todas as famílias do globo, uma vez que as rotinas foram completamente alteradas, tanto no sentido de ir e vir deste pesquisador, como também de enfrentar o modo de vida dentro de casa, em que as tarefas de trabalho e manutenção do lar, o cuidado dos filhos pequenos, mistura-se e este “novo normal”, e que se apresentou como um dos maiores desafios no processo de escrita acadêmica.

A capacidade de concentração fica desfocada sem as devidas condições de pesquisa e a grande necessidade de disciplinar estas relações leva a um enorme desgaste psíquico, pois há muitas pressões, dos prazos da tese, de participar de eventos e publicar, bem como outras demandas acadêmicas que levam a uma sensação de impotência, as responsabilidades de cidadão, de pai de aluno se misturaram tanto nestes dois últimos anos, que suas sequelas estarão presentes em nossas entranhas por muito tempo.

A pandemia de Covid19 que assolou o planeta entre 2020 e 2021, e que acabou interferindo no desenvolvimento desta pesquisa, fizeram com que alguns dados acabaram ficando de fora deste estudo, o prazo de defesa e do afastamento integral válido até o final de março de 2021 acabaram por impelir a consolidação da tese, sendo que fotos, vídeos, entrevistas e demais documentações serão potenciais materiais a serem processados em projetos futuros.

REFERÊNCIAS

ABÍNZANO, Roberto. **Mercosur**: un modelo de integración. Posadas/Buenos Aires: Editorial Universitaria (Universidad Nacional de Misiones), 1993.

ABOU, S. **La "República" jesuítica de los Guaraníes (1609-1768) y su herencia**. Buenos Aires: Manrique Zago Ediciones, 1995.

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO (ANA). Conjuntura dos recursos hídricos no Brasil: regiões hidrográficas brasileiras. Edição Especial, Brasil, 2015. Disponível em: <https://www.ana.gov.br/as-12-regioes-hidrograficas-brasileiras/uruguai>. Acesso em: 16 fev. 2021.

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS (ANTAQ). Anuário. Disponível em: <http://anuario.antaq.gov.br/>. Acesso em: 20 fev. 2021

ALBUQUERQUE, J. L. C. Limites e paradoxos da cidadania no território fronteiriço: O atendimento dos brasiguaios no sistema público de saúde em Foz do Iguaçu (Brasil). **Geopolítica(s) - Revista de Estudos sobre Espaço y Poder**, Madrid, v. 3, n. 2. 2012. Disponível em: <https://revistas.ucm.es/index.php/GEOP/article/view/40040>. Acesso em: 20 jan. 2021.

ALMEIDA, L. N. **O Estado e os ilegalismos nas margens do Brasil e do Uruguai**: um estudo de caso sobre a fronteira de Sant'Ana do Livramento (BR) e Rivera (UY). 2015. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2015. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-11122015-120153/pt-br.php>. Acesso em: 1 jan. 2019.

ANDERSON, B. **Comunidades Imaginadas** – reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo. México: FCE, 1993.

ARGENTINA. **Ley nº 26.737, de Diciembre 22 de 2011**. Régimen de Protección al Dominio Nacional sobre la Propiedad, Posesión o Tenencia de las Tierras Rurales. Buenos Ayres: Nación Argentina. Disponível em: <https://www.mininterior.gov.ar/fronteras/pdf/ley-26737.pdf>. Acesso em: 22 maio 2020.

AZARA, D. F. **Viajes por la América Meridional**. Tomo segundo. Madrid: Espasa-Calpe S. A., 1934.

BALIBAR, Étienne. **Politics and the other scene**. London: Verso, 2002.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1995.

BARTH, F. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.

BAUDELLE, G. *et al.* **Le développement territorial en Europe**. Concepts, enjeux et débats. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2011. Capítulo 1: Le développement territorial: finalités et spécificités. p. 13-27.

BECKER, B. K. Geografia política e gestão do território no limiar do século XXI. Uma representação a partir do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 53, n. 3, p. 169-182, 1991.

BECKER, H. S. **Outsiders**: estudos de sociologia do desvio. 1. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2008.

BOLLINI, H. **Misiones jesuíticas, visión artística y patrimonial**: voces y emblemas en las reducciones jesuítico-granánies: 1609-1768. 1. ed. Buenos Aires: Corregidor, 2009.

BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: UNESP, 2004. 86 p.

BRASIL. **Decreto nº 85.064, de 26 de agosto de 1980**. Regulamenta a Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979, que dispõe sobre a Faixa de Fronteira. Brasília, DF: Presidência da República, 1980. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d85064.htm Acesso em: 22 jan. 2020.

BRASIL. **Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979**. Dispõe sobre a Faixa de Fronteira, altera o Decreto-lei nº 1.135, de 3 de dezembro de 1970, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1979. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6634.htm Acesso em: 20 jan. 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017**. Lei de Migração. Dispõe sobre os direitos e os deveres do migrante e do visitante, regula a sua entrada e estada no País e estabelece princípios e diretrizes para as políticas públicas para o emigrante. Brasília, DF: Presidência da República, 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm. Acesso em: 25 abril 2020.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Gabinete do Ministro. Portaria nº 213, de 19 de julho de 2016. Estabelece o conceito de “cidades-gêmeas” nacionais, os critérios adotados para essa definição e lista todas as cidades brasileiras por estado que se enquadram nesta condição. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 138, p. 12, 19 jul. 2016. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/21772550/do1-2016-07-20-portaria-n-213-de-19-de-julho-de-2016-21772471. Acesso em: 12 julho 2020.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Programas Regionais. **Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira**. Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira/Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Programas Regionais, Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2005. Disponível em:

<https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSNPU/Biblioteca/publicacoes/Introducao-e-antecedentes.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2021.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional. **Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira**. 2009. Disponível em: http://www.integracao.gov.br/pt/c/document_library/get_file?uuid=cd8c9e6a-a096-449b-826e-6ecb49744364. Acesso em: 20 set. 2014.

BRASIL. Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente. **Caderno da Região Hidrográfica do Uruguai**. Brasília: MMA, 2006. Disponível em: <http://200.186.105.177/assets/uploads/livros-bkp/9f7ac6d356d9d4703475a89502e2a97a.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2019.

BRUYNE, P. **Dinâmica de pesquisa em Ciências Sociais**: os pólos da prática metodológica. Rio de Janeiro: F. Alves, 1977.

CABRERA, I. G. G. Los límites del concepto de frontera en distintas teorías antropológicas posmodernas. **Cinta de Moebio Revista de Epistemología de Ciencias Sociales**, Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Chile, 2015. Disponível em: <http://www.facso.uchile.cl/publicaciones/moebio/52/gamero.html>. Acesso em: 25 jan. 2019.

CARNEIRO FILHO, Camilo Pereira. **Interações espaciais e cidades-gêmeas na fronteira Brasil-Argentina**: São Borja/Santo Tomé – Itaqui/Alvear. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <http://objdig.ufrj.br/16/teses/710790.pdf>. Acesso em: 25 maio 2020.

CARNEIRO FILHO, Camilo Pereira. **Processos de transfronteirização na Bacia do Prata**: a tríplice fronteira Brasil-Argentina-Paraguai. 2013. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2013. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/88615/000912864.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 25 jan. 2019.

CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. **Geografia**: conceitos e temas. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

CENTRO UNIFICADO DE FRONTEIRA (CUF). DELCON/COMAB-MERCOVIA S.A. Relatório digital recebido como membro da comissão de Educação, Cultura e Universidade do Comitê de Integração Fronteiriça de São Borja-Brasil/ Santo Tomé-Argentina (CIF), 2019.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

CIBIM, J. C. **O desafio da governança nas bacias hidrográficas transfronteiriças internacionais**: um olhar sobre a Bacia do Rio da Prata. 2012. Tese (Doutorado em Ciência Ambiental) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2012. Disponível em: http://www.iee.usp.br/producao/2012/Teses/Tese%20Juliana%20Cibim_Revisada.pdf. Acesso em: 16 nov. 2016.

CICCOLELLA, Pablo. *In*: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L. (org.) **Território globalização e fragmentação**. ANPUR. São Paulo: Hucitec, 1998.

COELHO, K. N. B. **Travessia e passagens em espaços urbanos fronteiriços: Brasil, Uruguai e Argentina**. 2014. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) - Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2014.

Disponível em:

http://www.ufrgs.br/propur/teses_dissertacoes/Karla_Nunes_de_Barros_Coelho.pdf. Acesso em: 9 abr. 2019.

COLLINS, R. **Quatro tradições sociológicas**. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

COLLISCHONN, W.; TUCCI, C. E. M. Previsão sazonal de vazão na bacia do Rio Uruguai 1: ajuste e verificação do modelo hidrológico distribuído. **RBRH - Revista Brasileira de Recursos Hídricos**, Porto Alegre, v. 10, n. 4, p. 43-59, 2005.

Disponível em:

<https://www.abrhidro.org.br/SGCv3/publicacao.php?PUB=1&ID=26&SUMARIO=443>. Acesso em: 28 dez. 2020.

COLVERO, Ronaldo Bernardino. **Negócios na madrugada: o comércio e a expansão da economia no extremo oeste (1850-1870)**. 2003. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Passo Fundo (UPF), Passo Fundo, 2003. Disponível em:

<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp000102.pdf> Acesso em: 26 fev. 2020.

CONESUL. O Cone Sul. Disponível em:

<https://www.geografiaopinativa.com.br/2013/08/o-cone-su.html>. Acesso em: 22 jul. 2021.

CORONADO, J. P.; UC, P. La construcción de una geopolítica crítica desde América Latina y el Caribe. Hacia una agenda de investigación regional. **Geopolítica(s) Revista de Estudios sobre Espacio y Poder**, Madrid, v. 1, n. 1, p. 65-94, 2010.

Disponível em:

https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/30638866/2010_Jpc_PugGeop_Crit_ALyC.PDF?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1554821249&Signature=%2FyvEdy%2BpReRSFAHk2rsF2fMGFEE%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DGeopolitica_critica_en_America_Latina.pdf. Acesso em: 8 abr. 2019.

CORRÊA, José Nelson. **A farsa da barateza são-borjense**. Santa Maria: Edição do Autor, 2006. Facebook:@JoséNelsonCorrêa. Disponível em:

<https://www.facebook.com/profile.php?id=100014656217750>. Acesso em: 20 set. 2020.

COSTA, Marcus Vinícius da. **Nação, contrabando e alianças políticas na fronteira oeste do Rio Grande do Sul na segunda metade do Século XIX: relações transfronteiriças entre as comunidades de São Francisco de Borja e Santo Tomé**. 2013. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História,

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/103533>. Acesso em: 25 mar. 2020.

DACHARY, A. C.; ARNAIZ, S. M. Región fronteriza de Argentina y Brasil: asimetrías y potencialidades. **DRd – Desenvolvimento Regional em debate**, Universidad de La Rioja, La Rioja, v. 2, n. 1, jul. 2012. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5443927>. Acesso em: 24 jun. 2018.

DIETZ, C. I. **Cenários contemporâneos da Fronteira Brasil-Argentina: infraestruturas estratégicas e o papel dos atores no processo de cooperação/integração transfronteiriça**. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2008. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/13551>. Acesso em: 25 jan. 2019.

DORFMAN, A. **Contrabandistas na fronteira gaúcha: escalas geográficas e representações textuais**. 2009. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/92493>. Acesso em: 22 dez. 2019.

ELETROBRAS. Estudos de Inventário Hidroelétrico da Bacia do Rio Uruguai no trecho compartilhado entre Argentina e Brasil. Relatório final. Tomo 1/23, jul. 2010. Disponível em: <https://eletrobras.com/pt/Paginas/UnE-Garabi-Panambi-Estudios-de-Inventario-Hidreletrico.aspx>. Acesso em: 20 out. 2018.

ELIAS, N. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1995.

ETCHEVERRY, Daniel. As vozes da fronteira: São Borja, a Ponte da Integração e a UNIPAMPA. In: PANIAGUA, Edson Romário Monteiro; EPITÁCIO, Sara de Souza Fernandes; JOVINO, Danilo Pedro (org.). **Identidade, cultura política e políticas públicas: saberes e práticas interdisciplinares**. Jaguarão: CLAE, 2018.

FLORES, M. F. C. T. **Crimes de fronteira: a criminalidade na fronteira meridional do Brasil (1845-1889)**. 2012. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS), Porto Alegre, 2012. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/2419/1/437863.pdf>. Acesso em: 1 jan. 2019.

FRONTEIRA SÃO BORJA-BRASIL/SANTO TOMÉ-ARGENTINA. In: GOOGLE Maps. Localização da fronteira São Borja-Brasil/Santo Tomé-Argentina: Google, 2019. Disponível em: <https://www.google.com.br/maps/@-28.6135762,-56.0294125,11009m/data=!3m1!1e3!5m1!1e4>. Acesso em: 25 jul. 2019.

FURLONG, Guillermo, S. J. **Misiones y sus pueblos de guaraníes**. Buenos Aires: Imprenta Balmes, 1962.

GARCÍA, N. O.; VARGAS, W. M. The spatial variability of runoff and precipitation in the Rio de la Plata basin. **Hydrological Sciences Journal**, [s. l.], v. 46, n. 3, p. 279-299, 1996. Disponível em:

<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/02626669609491503>. Acesso em: 25 maio 2020.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GODINHO, P. Antropologia e questões de escala: os lugares no mundo. *In*: GODINHO, P. **Arquivos da memória**. Portugal: Centro de Estudos de Etnologia Portuguesa, 2007. Disponível em: [http://arquivos-da-memoria.fcsh.unl.pt/ArtPDF/05_Paula_Godinho\[1\].pdf](http://arquivos-da-memoria.fcsh.unl.pt/ArtPDF/05_Paula_Godinho[1].pdf). Acesso em: 25 maio 2020.

GRIMSON, Alejandro. Cortar puentes, cortar pollos. Conflictos económicos y agencias políticas en Uruguayana (Brasil) - Libres (Argentina). **Revista de Investigaciones Folclóricas**, Buenos Aires, v. 15, p. 66-76, 2000. Disponível em: <https://www.equiponaya.com.ar/ifa/publicaciones/RIF15.pdf>. Acesso em: 25 de maio 2020.

GRIMSON, Alejandro. Fronteras, estados e identificaciones en el Cono Sur. *In*: MATO, D. **Cultura, política y sociedad** - perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), 2005.

GRIMSON, Alejandro. **Pasiones nacionales**: política y cultura en Brasil y Argentina. 1. ed. Buenos Aires: Edhasa, 2007.

HAESBAERT, R. Região, diversidade territorial e globalização. **GEOgraphia**, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, v. 1, n 1, p. 15-39, 1999. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13361>. Acesso em: 22 maio 2020.

HAESBAERT, R. Região, regionalização e regionalidade: questões contemporâneas. **Antares – Letras e Humanidades**, Caxias do Sul, n. 3, p. 3-24, jan./jun. 2010. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4553781/mod_resource/content/1/3.haesbaert.pdf. Acesso em: 8 jan. 2019.

HALL, S. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

HANNERZS, Ulf. **Explorando a cidade**: em busca de uma antropologia urbana. Tradução de Vera Joscelyne. Petrópolis: Vozes, 2015.

HANNERZS, Ulf. Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras-chave da antropologia transnacional. **Mana - Estudos de Antropologia Social**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, abril 1997. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93131997000100001#back1. Acesso em: 5 jan. 2019.

HARTOG, François. **Memória de Ulisses**: narrativas sobre a fronteira na Grécia antiga. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

IANNI, O. Globalização: novo paradigma das Ciências Sociais. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 8, n. 21, maio/ago. 1994. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141994000200009. Acesso em: 1 abr. 2019.

IANNI, O. Nação: província da sociedade global? *In*: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L. **Território, globalização e fragmentação**. ANPUR. São Paulo: Hucitec, 1998. p. 77-84.

IBGE. São Borja. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/sao-borja>. Acesso em: 25 maio 2020.

ILHA DE BARRA CONCEPCIÓN-AR. *In*: GOOGLE maps. Pesqueiro do Tila: Google, 2020. Disponível em: <https://www.google.com.br/maps/@-28.35293,-55.6245758,13.25z>. Acesso em: 25 jul. 2019.

KUBLER, George. **A forma do tempo**. Observações sobre a história dos objetos. Lisboa: Vega, 1973. Disponível em: https://monoskop.org/images/f/f8/Kubler_George_A_forma_do_tempo.pdf. Acesso em: 3 fev. 2021.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Tradução de Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. Paris: Éditions Anthropos, 2000. Primeira versão: início - fev. 2006. Tradução do original: La production de l'espace. Disponível em: https://gpect.files.wordpress.com/2014/06/henri_lefebvre-a-produc3a7c3a3o-do-espac3a7o.pdf. Acesso em: 26 fev. 2020.

LUCENA, C. Fronteras em movimento y los movimientos em la frontera. *In*: CARRIÓN, F. (org.). **Seguridad, planificación y desarrollo em las regiones transfronterizas**. Quito: FLACSO, Sede Ecuador - Centro Internacional de Investigaciones para el Desarrollo (IDRC-CRDI), 2013. Disponível em: <https://biblio.flacsoandes.edu.ec/libros/digital/52254.pdf>. Acesso em: 25 maio 2020.

MACHADO, Lia Osorio *et al.* O desenvolvimento da faixa de fronteira: uma proposta conceitual. *In*: OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de (org.). **Território sem limites: estudos sobre fronteiras**. Campo Grande: Editora da UFMS, 2005. Disponível em: <http://www.retis.igeo.ufrj.br/wp-content/uploads/2011/07/2005-Territorio-sem-limites-TCMO.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2021.

MACHADO, Lia Osorio. Estado, territorialidade, redes. Cidades-gêmeas na zona de fronteira sul-americana. *In*: SILVEIRA, M. L. **Continentes em chamás**. Globalização e território na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 246-284. Disponível em: https://www.academia.edu/download/38881767/Cidades_Gemeas_na_Zona_de_Fronteira_Sul-americana.pdf. Acesso em: 20 jan. 2020.

MACHADO, Lia Osorio. Limites, fronteiras, redes. *In*: STROHAECKER, T. M. *et al.* (org.). **Fronteiras e Espaço Global**. Porto Alegre: AGB-Porto Alegre, 1998. p. 41-49.

MARGENS RIO URUGUAI ENTRE BRASIL E ARGENTINA. *In*: GOOGLE maps. Diferença entre usos agrícolas e florestais das margens do Rio Uruguai entre Brasil

e Argentina: Google, 2020. Disponível em: <https://www.google.com.br/maps/@-28.6135762,-56.0294125,11009m/data=!3m1!1e3!5m1!1e4>. Acesso em: 12 maio 2020.

MARTINS, J. S. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997.

MAURER, R. F.; COLVERO, R. As possibilidades na análise das fontes: a redução de São Francisco de Borja a partir do inventário de Bruno Zavala. *In*: NASCIMENTO, A. O.; OLIVEIRA, M. I. A. **Bens e riquezas das Missões**. Porto Alegre: URCAMP/Martins Livreiro, 2008. p. 46-60.

MEAD, G. H. **Espíritu, persona y sociedad**. Desde el punto de vista del conductivismo social. Buenos Aires: Paidós, 1972.

MEDRANO, Lilia Ines Zanotti de; GARCIA, Emanuel Soares da Veiga. **A livre navegação dos rios Paraná e Uruguay**: uma análise do comércio entre o Império Brasileiro e a Argentina, 1852-1889. São Paulo: USP, 1989.

MÉLO, J. L. B. Conflitualidade, integração regional e globalização: a problemática das relações transfronteiriças. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 57/58, p. 187-205, 2000. Disponível em: <https://www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/artigos/57%20-%2058/Jose%20Luiz%20Bica%20de%20Melo%20-%20Conflitualidade,%20integracao%20regional%20e%20globalizacao.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2019.

MÉLO, J. L. B. Fronteiras: da linha imaginária ao campo de conflitos. **Sociologias**, Porto Alegre, a. 6, n. 11, p. 126-146, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n11/n11a07.pdf>. Acesso em: 9 abr. 2019.

MEZZADRA, Sandro; BRETT, Neilson. **La frontera como método**: o la multiplicación del trabajo. Madrid: Traficantes de Sueños, 2013.

MILANI, C. R. *et al.* **Atlas da política externa brasileira**. 1. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Rio de Janeiro: EDUERJ, 2014. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/>. Acesso em: 24 out. 2019.

MUNICIPALIDAD DE SANTO TOMÉ. Provincia de Santa Fe. Disponível em: <https://www.santotome.gob.ar/>. Acesso em: 2 maio 2020

NASA. Disponível em: <https://visibleearth.nasa.gov/images/58265/uruguay-and-southernmost-brazil/582671>. Acesso em: 26 fev. 2021.

NASA. Disponível em: https://www.nasa.gov/connect/ebooks/earthatnight_detail.html. Acesso em: 25 mai. 2020.

NOBOA, Alejandro. **Navega Uruguay**: estudio de prefactibilidad del Proyecto Esclusas de San Antonio. Salto, 2015. Disponível em: <http://gepade.edu.uy/docs/publicaciones/navegauguay/addenda.pdf>. Acesso em: 25 dez. 2020.

OLIVEIRA, E. A. **Aonde vai a integração latino-americana?** O futuro das articulações sul-sul nas experiências comuns entre países/povos na América latina. ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 38, 2014, Caxambu. **Anais [...]** Caxambu: ANPOCS, 2014. Disponível em: <https://anpocs.com/index.php/papers-38-encontro/gt-1/gt38-1>. Acesso em: 25 set. 2019.

OLIVEIRA, R. C. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. *In*: **Revista de Antropologia**, [s. l.], v. 39, n. 1, p. 7-21, 1996. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/41616179>. Acesso em: 21 jan. 2021.

OLIVEIRA, R. C. Os (des)caminhos da identidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 15, n. 42, p. 7-21, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v15n42/1733.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2019.

OLIVEIRA, T. C. M. **Território sem limites**: estudos sobre fronteiras. Campo Grande: Editora da UFMS, 2005.

PAIM, E. S.; ORTIZ, L. S. (org.). **Hidrelétricas na bacia do Rio Uruguai**: guia para ONGs e movimentos sociais. Porto Alegre: Núcleo Amigos da Terra/Brasil, 2006. Disponível em: https://archive.internationalrivers.org/sites/default/files/attached-files/hidreletricas_riouruguai.pdf. Acesso em: 22 jan. 2019.

PANIAGUA, Edson Romário Monteiro; EPITÁCIO, Sara de Souza Fernandes; JOVINO, Danilo. **Identidade, cultura política e políticas públicas**: saberes e práticas interdisciplinares. Jaguarão: CLAEC, 2018.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Além das fronteiras. *In*: MARTINS, Maria Helena (org.). **Fronteiras culturais**. Brasil-Uruguai-Argentina. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

PINTO, M.; COLVERO, R. B.; RETAMOSO, A. S. B. Integração ou separação? Uma reflexão sobre a governança territorial no Prata a partir da construção da ponte da integração São Borja-Brasil/ Santo Tomé-Argentina. **Confins**, São Paulo, v. 31, 2017. Disponível em: <http://journals.openedition.org/confins/11960>. Acesso em: 12 dez. 2018.

PINTO, M.; MAURER, R. F.; RETAMOSO, A. S. Comunidades tradicionais, marcadores territoriais e identidades sociais: um novo pensar do desenvolvimento territorial transfronteiriço entre antigas Reduções Missioneiras. III SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE LOS ESPACIOS DE FRONTERA/III GEOFRONTERAS, 8 a 10 set. 2015, Encarnación (Paraguay). **Anais [...]**. Encarnación: Universidad Nacional de Itapúa (UNI), 2015. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/pgeografica>. Acesso em: 12 dez. 2018.

PINTO, Muriel. **A identidade socioterritorial missioneira na cidade histórica de São Borja-RS**: as hegemonias de poder sobre uma identidade tradicional enraizada entre antigas Reduções Jesuítico-Guarani. 2015. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2015. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/131160/000980214.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 1 jan. 2018.

PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO DA FRONTEIRA OESTE 2015-2030 (PED 2015/2030). Conselho Regional de Desenvolvimento da Fronteira Oeste (COREDE/FO). RETAMOSO, Alex Sander Barcelos (coord.). São Borja: Mope, 2017. Disponível em: <https://governanca.rs.gov.br/upload/arquivos/201710/11104708-plano-fronteira-oeste.pdf>. Acesso em: 23 abril 2020.

PONTES, Paulo R. M. **Modelagem hidrológica e hidrodinâmica integrada da Bacia do Rio da Prata**. 2016. Tese (Doutorado em Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental) - Programa de Pós-Graduação de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental, Instituto de Pesquisas Hidráulicas (IPH), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2016. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/156600/001017073.pdf?sequence=1>. Acesso em: 25 jul. 2020.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAFFESTIN, Claude. Prefácio. In: OLIVEIRA, T. C. M. (org.) **Território sem limites: estudos sobre fronteiras**. Campo Grande: Editora da UFMS, 2005.

RAMBO, A. G.; RÜCKERT, A. A. Desenvolvimento territorial e escalas geográficas de poder e gestão – o caso da Coopercana, Porto Xavier – RS. **Geosul**, Florianópolis, v. 23, n. 46, p 95-114, jul.\dez. 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/2177-5230.2008v23n46p96/11727>. Acesso em: 5 maio 2020.

RAMOS, A. D. **A formação histórica dos municípios da região das missões do Brasil**. 2006. Disponível em: <http://www.urisan.tche.br/~iphan/upload/downloads/file1.pdf>. Acesso em: 10 out. 2018.

RECEITA FEDERAL. Ministério da Economia. Superintendência da Receita Federal do Brasil da 10ª Região Fiscal. Alfândega da Receita Federal do Brasil em Uruguaiana. Apresentação de dados do Comércio Internacional na jurisdição da Alfândega da Receita Federal do Brasil em Uruguai. Disponível em: <https://receita.economia.gov.br/sobre/acoes-e-programas/acoes-da-receita-federal/regiao-fiscal/rf10>. Acesso em: 19 jan. 2021.

RETAMOSO, A. S. B. **Plano Estratégico Participativo de Desenvolvimento Regional da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul 2015/2030**. São Borja: Editorial Hope, abril de 2017. Disponível em: <https://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201710/11104708-plano-fronteira-oeste.pdf>. Acesso em: 1 jan. 2018.

RIO DA PRATA. In: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. [San Francisco: Wikimedia Foundation], 22 jun. 2021. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Rio_da_Prata#/media/Ficheiro:Riodelapla tabasinmap.png. Acesso em: 25 fev. 2020.

RIO URUGUAI. *In*: GOOGLE maps. Trecho de rio das saídas de campo: Google, 2020. Disponível em: <https://www.google.com.br/maps/@-28.6135762,-56.0294125,11009m/data=!3m1!1e3!5m1!1e4>. Acesso em: 12 maio 2020.

ROSIÈRE, S. **Géographie politique & géopolitique**. Une grammaire de l'espace politique. 2. ed. Paris: Ellipses, 2007. p. 283-346.

ROUSSEAU, J. J. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. Brasília: Editora da UnB; São Paulo: Ática, 1989.

RUBIATTY, B. C. Integração Sul-Americana: trajetória e instituições. **Conexão Política**, Teresina v. 3, n. 2, p. 27-44, ago./dez. 2014. Disponível em: <https://revistas.ufpi.br/index.php/conexaopolitica/article/view/4294>. Acesso em: 12 out. 2019.

RÜCKERT, A. Políticas territoriais, crise europeia e fronteiras. Perspectivas comparadas entre a União Europeia e o Brasil. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, v. 35, p. 55-69, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2013.75438>. Acesso em: 12 out. 2019.

SACK, R. D. **Territorialidade humana**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SAHLINS, P. Repensando boundaries. *In*: GRIMSON, A. **Fronteras, naciones e identidades**. La periferia como centro. Buenos Aires: Ediciones Ciccus-La Crujía, 2000. p. 41-49.

SÁNCHEZ, Andrea Quadrelli. **A fronteira inevitável**: um estudo sobre as cidades de Rivera (Uruguai) e Santana do Livramento (Brasil) a partir de uma perspectiva antropológica. 2002. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2002. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/2455/000370113.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 9 abr. 2020.

SANTOS, A. R. **Interação social e estigma na fronteira Brasil/Venezuela**: um olhar sociológico sobre a migração de brasileiros e venezuelanos. 2018. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2018. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/180609>. Acesso em: 26 jan. 2019.

SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. **Epistemologias do Sul**. Portugal: Grafica de Coimbra, 2009.

SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L. **Território, globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1998.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo. Razão e Emoção. 4. ed. São Paulo: Editora da USP, 2006.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. 4. ed. São Paulo: Nobel, 1997.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SCHERMA, M. A. **As políticas brasileiras para a faixa de fronteira**: um olhar a partir das relações internacionais. 2015. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) - Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas (UNICAMP), Campinas, 2015. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/281269/1/Scherma_MarcioAugusto1983-_D.pdf. Acesso em: 1 jan. 2019.

SCHUTZ, A. **El problema de la realidad social**. 2. ed. Buenos Aires: Amorrortu, 2003.

SIMMEL, G. A ponte e a porta. **Revista de Ciências Sociais - Política & Trabalho**, João Pessoa, Universidade Federal da Paraíba, n. 12, p. 11-15, 1996. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/view/6379>. Acesso em: 4 abr. 2020.

SOUSA, Rainer. Entradas e bandeiras. *In*: **Mundo Educação**, [s. l.], 2021. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/historiadobrasil/entradas-bandeiras.htm>. Acesso em: 1 jan. 2021.

STRASSBURGER, T. **A participação da mídia na construção de representações sobre a fronteira São Borja/BR - Santo Tomé/AR**. 2018. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2018. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/179661/001069793.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 4 abr. 2019.

TELLES, V. S. **A cidade nas fronteiras do legal e ilegal**. São Paulo: Fino Traço, 2010. 276 p.

TURNER, F. J. **The significance of the frontier in american history**. Chicago: National Humanities Center, 1893. Disponível em: <http://nationalhumanitiescenter.org/pds/gilded/empire/text1/turner.pdf>. Acesso em: 9 abr. 2019.

UNBRAL FRONTEIRAS. Portal de Acesso Aberto das Universidades Brasileiras sobre Fronteiras e Limites. Ministério da Integração, UFRGS. Disponível em: <http://unbral.nuvem.ufrgs.br/site/>. Acesso em: 18 ago. 2016.

VOLKMER, M. S. **Compatriotas franceses ocupam a fronteira**: imigração e comércio na fronteira oeste do Rio Grande do Sul: (segunda metade do século XIX). 2013. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2013. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/81373>. Acesso em: 1 jan. 2019.

WALLERSTEIN, I. **O sistema mundial moderno**. Porto: Afrontamentos, 1974. v. 1: A agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI.

ANEXO A - OFÍCIO DA UNIPAMPA AO CÔNSUL ARGENTINO SOBRE A PONTE INTERNACIONAL DA INTEGRAÇÃO



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
Campus São Borja



A/C Consul Argentino de Uruguaiana-Brasil – Ricardo di Lelle

OFÍCIO

Vimos através deste primeiramente cumprimentar a senhor Consul Argentino Ricardo Di Lelle e oficializar ao Consulado Argentino de Uruguaiana-Brasil, sobre as ações que vem ocorrendo entre as Comissões de Educação, Cultura e Universidades; e Comércio, Infraestrutura e Turismo do Comitê de Integração Fronteira de São Borja-Brasil/ Santo Tomé-Argentina (CIF) referente à Nova Concessão da Ponte da Integração. Conforme o Ministério das Relações Exteriores do Brasil os Comitês de Fronteira compreendem comissões temáticas que, reunidas, estabelecem metas a ser alcançadas e desafios a serem superados, com vistas à melhor qualidade de vida e prosperidade das populações das cidades irmãs. Partindo deste pressuposto algumas comissões do CIF de São Borja-Brasil/ San Tomé-Argentina vem nos últimos meses realizando diversas reuniões e Grupos de Trabalho procurando articular e escutar as forças vivas da região e atores governamentais dos dois países sobre uma pauta de extrema importância para o desenvolvimento regional transfronteiriço, que é a pauta da nova concessão da Ponte da Integração. Entre estas ações cita-se:

- Reunião com a Mercovia S.A (Empresa que gerencia a Concessão até Agosto de 2021).
- Reunião com o Núcleo de Fronteira do Estado Rio Grande do Sul;
- Reunião com o Diretor de Fronteiras e Hidrovias vinculado ao Ministério da Segurança do Governo Federal Argentino (Prof. Dr. Alejandro Benedetti);
- Reunião com a Associação Comercial e Industrial de São Borja (ACISB), Despachantes Aduaneiros e Vereadores eleitos de São Borja;
- Inúmeras Reuniões entre as Comissões de Educação, Cultura e Universidade; e Comissão de Comércio, Infraestrutura e Turismo do CIF.

Após estes encontros foram apontados pelos atores e instituições envolvidas três pontos que são considerados estratégicos na nova concessão da ponte para as cidades Gêmeas em questão:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
Campus São Borja



1ª) Manutenção do modelo operacional atual do CUF – Centro Unificado de Fronteira (Primeiro Centro Unificado da América Latina): Conforme diversos dados o porto de São Borja e Santo Tomé possui uma excelente eficácia e qualidade nos serviços prestados na Aduana, o que contribuiu para que 31% das relações comerciais entre Argentina e Brasil passasse por aqui em 2019. Atualmente o CUF emprega diretamente entorno de 1000 cidadãos fronteiriços. A discussão sobre a concessão ser pública, privada, ou pública-privada não nos toca enquanto CIF, no entanto demonstramos preocupação nesta pauta da manutenção do CUF no modelo atual integrado, que é um diferencial e pode alavancar ainda mais esta região, tanto na geração de emprego, renda, divisas para os municípios, assim como na valorização da expertise de profissionais locais que se qualificaram e constituíram uma rede técnica na área de comércio internacional. A descontinuidade do Modelo Unificado acarretaria em perda de competitividade para outros Portos Fronteiriços, e dessa forma esvaziando o atual porto, visto que a agilidade apresentada nos desembarques só é possível nesse modelo. Isso é perfeitamente comparável com os números apresentados por esse Porto e pelos demais. Além disso, o Centro Unificado apresenta uma simbologia de que as estruturas Administrativas Públicas e Privadas dos dois países podem trabalhar de forma coordenadas, desenvolvendo o espírito da Integração dos povos, que não foi por acaso que a Ponte denomina-se “Ponte da Integração”.

2ª) Flexibilização do pedágio veículos vicinais fronteiriços e para veículos de turistas: Outro ponto que vem sendo muito discutido e reforçado durante as reuniões de trabalho é sobre a não cobrança de pedágio vicinal para carros fronteiriços e para veículos de turistas na próxima concessão. Durante os primeiros 25 anos da primeira concessão a comunidade regional pagou pedágio, esta cobrança vem gerando problemáticas para a integração social, cultural, comercial e educacional, pois as duas municipalidades possuem uma grande parcela da comunidade em vulnerabilidade social. Cabe destacar que esta região possui uma importância Histórica, cultural e natural, pois foram antigas Reduções Jesuítico-Guaranis, além de estar no entorno dos 30 povos Missionários da Argentina, Brasil e Paraguai e estar próximo as Cataratas de



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
Campus São Borja**



Foz do Iguaçu. A cobrança do alto pedágio para turistas vem afastando a demanda de turistas desta aduana, fator este que necessita ser revisto, pois a região possui um alto potencial turístico que poderá dinamizar as questões socioeconômicas regionais. Outro fator a ser considerado é que as cidades Gêmeas de São Borja e Santo Tomé são novos polos educacionais em seus países, apresentando as duas municipalidades entomo de 10 mil estudantes Universitários. A não cobrança de pedágio para fronteiriços poderá contribuir para a integração educacional entre pesquisadores, estudantes, professores, visto que muitas das Universidades públicas e privadas instaladas na região já possuem acordos de cooperação em vigor. Conforme dialogo com a Empresa Mercovia S.A, a mesma destacou que é possível não cobrar pedágio vicinal para fronteiriços na próxima concessão, visto que o montante maior de tributos arrecadados vem dos caminhões. A flexibilização de pedágio também poderá fortalecer o comércio das duas cidades que poderão receber cidadãos de toda a região para compras nos estabelecimentos das duas cidades.

3ª) Fundo Binacional para políticas públicas fronteiriças:

Este ponto do Fundo Binacional para políticas Públicas fronteiriças vem sendo destacado como uma contrapartida essencial para a nova concessão, visto que observa-se que a concessão atual não contribuiu com nenhum grande projeto para as comunidades locais, sendo assim o destino de alguma verba para políticas educacionais, culturais, ambientais, ribeirinhas, saúde e infraestrutura municipais (criação de calçamento adequado, casas populares, esgoto, sinalização turística, iluminação pública, entre outros), torna-se de grande valia, pois a região precisa de qualificação profissional, valorização cultural, sustentabilidade e planejamento social e econômico urgente para as comunidades que estão no entono do rio Uruguai.

São Borja, Brasil, 07 de Dezembro de 2020.

Yolanda Aguilera – Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Universidades - do CIF São Borja/ San Tomé

Muriel Pinto – Presidente da Comissão de Comércio, Infraestrutura e Turismo - do CIF São Borja/ San Tomé